

**Isabella Jinkings**



**Reestruturação Produtiva e  
Emprego na Indústria Têxtil  
Catarinense**

Florianópolis

2002

**Isabella Jinkings**

# **Reestruturação Produtiva e Emprego na Indústria Têxtil Catarinense**

Dissertação de mestrado  
apresentada ao Programa de pós-  
graduação em Sociologia Política  
da Universidade Federal de Santa  
Catarina – UFSC para obtenção  
do grau de mestre

Orientador: Prof. Dr. Fernando  
Ponte de Sousa

Florianópolis

2002

Isabella Jinkings

Reestruturação Produtiva e Emprego na Indústria Têxtil  
Catarinense

Esta dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final pelos membros da Banca composta pelos seguintes professores doutores:

Banca:

---

Prof. Dr. Fernando Ponte de Sousa (orientador)

---

Prof. Dr. Ricardo Antunes – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas –  
Unicamp

---

Prof. Dr. Sílvio Cário – Departamento de Economia – UFSC

---

Profa. Dra. Bernardete Aued – Departamento de Sociologia – UFSC  
(suplente)

Florianópolis, dezembro de 2001

**À minha avó, Isa, e ao  
meu avô, Raimundo,  
sempre presentes.**

## **AGRADECIMENTOS**

Há uma série de pessoas sem as quais esta dissertação não seria a mesma. Contudo, as mais importantes são, sem dúvida, meus pais, Nise e Luizinho, que sempre me deram todo o apoio necessário e acreditaram mais do que eu que esta fase seria transposta.

Aos meus amigos do Dieese, que não pouparam esforços em me ajudar a lidar com as questões mais "econômicas" e, sobretudo, a José Álvaro, um leitor atento de todas as versões preliminares deste trabalho e Clóvis Scherer, sempre compreensivo nas minhas (necessárias) ausências do trabalho.

Aos meus colegas de mestrado e, especialmente, a Giuliano e Silvana, sempre muito companheiros.

Ao meu orientador, Fernando Ponte, que se mostrou amigo e compreensivo, e aos meus colegas do Lastro.

Ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Brusque, principalmente ao seu presidente, Aníbal.

Ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Blumenau, notadamente à então diretoria, Osmar, Iracema, Waldemar, Valfredo.

Ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário de Jaraguá do Sul, nomeadamente ao presidente Gildo e à secretária geral Rosane.

Finalmente a todas as empresas visitadas e trabalhadores que enriqueceram este trabalho com seus depoimentos.

*Sem lágrimas em teares que tremem  
tecemos e batemos os dentes.  
Alemanha, tecemos nesta ocasião  
aqui a tua mortalha e a tríplice maldição  
Tecemos. Tecemos.*

*Maldição ao Deus falso, ao qual rezamos  
enquanto o frio e a fome agüentamos.  
Em vão confiamos e esperamos;  
tem fraudado, mentido e enganado.  
Tecemos. Tecemos.*

*Maldição ao rei, o rei dos ricos,  
o monstro que traga os peixes pequenos;  
que nos oprime, explora e tonsura  
e, como aos cães, nos fuzila.  
Tecemos. Tecemos.*

*Maldição à pátria falsa e funesta,  
que só à vergonha se presta,  
que a toda flor precocemente esmaga  
e ao verme alimenta em podridão nefasta.  
Tecemos. Tecemos.*

*Voa a lançadeira e treme o tear.  
Tecemos com dedicação sem cessar.  
Alemanha de ontem, nesta ocasião,  
eis a tua mortalha e a tríplice maldição.  
Tecemos. Tecemos.*

*Heinrich Heine, Tecelões da Silésia, 1844.*

## RESUMO

A década de 1990 é marcada por importantes mudanças na política econômica brasileira. A adoção de políticas de inspiração neoliberal, que implicam em uma indiscriminada abertura do mercado interno ao capital internacional, ocasiona graves conseqüências à indústria brasileira, com repercussão no processo produtivo das empresas. Um conjunto de inovações tecnológicas, organizacionais e gerenciais é adotado nos diversos ramos industriais, em resposta ao contexto de liberalização e desregulamentação da economia. Este estudo centra-se nas singularidades dessas inovações na indústria têxtil de Santa Catarina – onde se localizam as maiores empresas do setor – analisa o modo como elas repercutem no mercado de trabalho e nas condições de existência dos trabalhadores. Para viabilizar a análise, foram examinados os indicadores financeiros das empresas têxteis de maior porte ao longo da década e consultados seus documentos institucionais, além de textos e publicações acadêmicos e sindicais analisando as variadas dimensões das mudanças na indústria têxtil. Entrevistamos trabalhadores, dirigentes do movimento sindical e representantes do empresariado, cujas diferentes interpretações iluminaram aspectos diversos dessa realidade em transformação. Buscamos uma articulação analítica entre o trabalhador têxtil e o trabalho que realiza e a indústria têxtil catarinense e as políticas econômicas e sociais dos governos brasileiros nos anos 90. O processo de precarização do emprego e de intensificação do trabalho resulta das medidas de modernização tecnológica e flexibilização produtiva adotadas. Enquanto muda o perfil do profissional têxtil, disseminam-se a terceirização e o trabalho a domicílio, como estratégias empresariais de redução de custos. Entre programas de qualidade total, remuneração variável, novas exigências de qualificação e a ameaça constante do desemprego e do subemprego, muitos trabalhadores sujeitam-se a jornadas extenuantes e à sobrecarga de tarefas. Nesse quadro, o sindicalismo têxtil desenvolve ações defensivas, que não conseguem impedir os efeitos da reestruturação produtiva, lesivos a tantos operários.

Palavras-chave: reestruturação produtiva, indústria têxtil, trabalhadores têxteis.

## **ABSTRACT**

The 1990s was marked by important changes in Brazilian economic policies. The adoption of neoliberal policies, which led to the indiscriminate opening of the domestic market to international capital, had grave consequences for Brazilian industry and repercussions in the productive processes of companies. A group of technological, organizational and managerial innovations was adopted in various industrial sectors in response to the context of economic liberalization and deregulation. This study focuses on the singularity of these innovations in the Santa Catarina textile industry – the Brazilian state where the largest companies in the sector are located. The research focuses on the repercussions of these innovations in the labor market and on working conditions. To make the analysis possible, financial indicators of the largest textile companies were examined for the 1990s and institutional documents were consulted, in addition to academic and union publications and texts which analyze the various dimensions of the changes in the textile industry. We interviewed workers, union leaders and company representatives. Their different interpretations shed light on various aspects of the reality in transformation. We sought to conduct an analytic articulation between the textile worker and the work he or she conducts, and between the Santa Catarina textile industry and the economic and social policies of the Brazilian governments in the 1990s. The process which has caused the increased precariousness of employment and the intensification of labor is a result of the measures for technical modernization and productive flexibilization. While the profile of the textile professional changes, outsourcing and home work increase as company strategies to reduce costs. Among programs for total quality, variable remuneration, new demands for training and the constant threat of unemployment and underemployment, many workers subject themselves to long work hours and excess tasks. Faced with this situation textile unionism has developed defensive actions, but they have not been able to impede the effects of productive restructuring that are harmful to so many workers.

Key words: productive restructuring, textile industry, textile workers.



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO _____	2
CAPÍTULO 1 – REESTRUTURAÇÃO DO CAPITAL E REALIDADE BRASILEIRA NA DÉCADA DE 1990 _____	6
1.1. A nova conjuntura mundial _____	6
1.2. A reestruturação produtiva como elemento determinante da reestruturação do capital _____	13
1.3. As políticas macroeconômicas brasileiras sob a reestruturação capitalista _____	17
1.4. As estratégias defensivas do sindicalismo brasileiro _____	20
CAPÍTULO 2 – REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NA INDÚSTRIA TÊXTIL _____	24
2.1. A indústria têxtil _____	24
2.2. O setor têxtil nacional _____	27
CAPÍTULO 3 – FIAÇÃO, TECELAGEM E VESTUÁRIO EM SANTA CATARINA _____	37
3.1. Colonização e industrialização no Vale do Itajaí _____	39
3.2. Atual contexto do setor _____	44
3.2.1. Indicadores produtivos e financeiros _____	44
3.2.2. Estratégia mercadológica do setor _____	51
3.2.3. Reestruturação na indústria têxtil catarinense _____	55
3.2.4. Mudanças organizacionais _____	75
3.2.5. Qualificação e educação _____	79
3.2.6. Prática sindical _____	81
3.2.7. Políticas públicas _____	85
CAPÍTULO 4 – MERCADO DE TRABALHO E PERFIL DO TRABALHADOR _____	87
4.1. Perfil do trabalhador _____	87
4.1.1. Gênero _____	87
4.1.2. Remuneração _____	88
4.1.3. Escolaridade _____	92
4.1.4. Faixa Etária _____	93
4.1.5. Tempo de emprego _____	94
4.2. Comportamento do emprego _____	95
CONSIDERAÇÕES FINAIS _____	99
BIBLIOGRAFIA _____	106

## INTRODUÇÃO

Os movimentos de reestruturação produtiva, que têm implicado em profundas transformações tecnológicas e organizacionais no mundo do trabalho, apresentam particularidades nos diferentes setores produtivos da economia.

Muitos estudos têm se dedicado a analisar esses movimentos e suas repercussões no mercado de trabalho e nas condições e relações de trabalho no interior das empresas. Todavia, poucas análises sociológicas têm focado o trabalho na indústria têxtil e seus impactos no mercado de trabalho, apesar da sua importância na economia brasileira, tanto no que diz respeito à quantidade de força de trabalho que emprega, quanto ao valor da produção que gera.

No Estado de Santa Catarina, a relevância da indústria têxtil na dinâmica econômica, em termos de produção e geração de empregos, é inequívoca. Abarcando um total de 5.740 empresas no Estado, o setor emprega aproximadamente 27% do total da força de trabalho vinculada à indústria e 9,5% do total geral do Estado, segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, 2001.

Nacionalmente, as empresas têxteis de Santa Catarina também têm peso econômico. Verificando-se sua posição setorial, observa-se que várias delas revezam-se entre as dez maiores em liderança de mercado, rentabilidade, liquidez corrente e riqueza criada por trabalhador. Entretanto, os indicadores econômico-financeiros de algumas das principais empresas do setor deterioraram-se significativamente desde a década de 1990. O declínio das margens de lucro contribuiu para a piora da performance financeira de muitas empresas. A margem bruta (Lucro Bruto/Faturamento), por exemplo, declinou consideravelmente, do patamar médio de 30% em 1990 para 20% em 1997.<sup>1</sup> Simultaneamente, houve uma queda de 53% no nível de emprego na indústria têxtil nacional entre 1989 e 1994, segundo dados do BNDES.

É possível considerar como determinantes nesse processo as políticas de abertura econômica implementadas nos anos 1990, quando as empresas nacionais depararam-se com uma situação na qual produtos importados altamente competitivos invadiram o mercado interno. O acirramento da concorrência, assim como a intensidade e amplitude dos movimentos de reestruturação produtiva em nível mundial, compeliram as empresas têxteis a adotar novos padrões tecnológicos e organizacionais para se adequarem à competitividade internacional.

---

<sup>1</sup> Revista *Exame*, Melhores e Maiores 2000.

É com base nesses pressupostos que este estudo volta-se para os movimentos particulares de reestruturação produtiva na indústria têxtil de Santa Catarina e suas repercussões nas condições de emprego e trabalho do setor. A finalidade desta dissertação é, portanto, analisar as especificidades da reestruturação produtiva no setor têxtil da indústria catarinense, intensificada desde a década de 1990, e o modo como ela afeta a estrutura do emprego, a organização e as formas de controle do trabalho, bem como a ação sindical. As grandes indústrias têxteis do Vale do Itajaí, situadas na região norte de Santa Catarina, empresas com mil ou mais trabalhadores com vínculos diretos, são o objeto do estudo.

Esta dissertação buscou as mediações entre o trabalhador têxtil catarinense – e suas atuais condições de trabalho e emprego – e as transformações do capitalismo contemporâneo. Desse modo, a análise da problemática fundamentou-se teoricamente nas reflexões de cientistas sociais sobre o neoliberalismo e a adoção de seus princípios e programas no Brasil, a inserção brasileira no processo atual de mundialização capitalista, a reestruturação produtiva e as transformações do trabalho nesta década, as possibilidades de resistência da classe trabalhadora em face dessas transformações.

Para viabilizar a análise, foram desenvolvidos diferentes procedimentos de pesquisa e utilizadas fontes diversas de investigação empírica. Uma caracterização geral do setor têxtil no Brasil e em Santa Catarina foi obtida através de dados secundários e estudos produzidos nas pesquisas do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos – DIEESE, da Federação das Indústrias de Santa Catarina – FIESC, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE, da Associação Brasileira da Indústria Têxtil – ABIT, do Sindicato das Indústrias de Fiação, Tecelagem e do Vestuário de Blumenau – SINTEX e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Tal caracterização embasou a reflexão sobre as transformações organizacionais, gerenciais e tecnológicas desencadeadas no processo produtivo têxtil na década de 1990 e seus impactos no mercado de trabalho, que transfiguram de modo significativo as relações de trabalho. A pesquisa documental visou complementar essa análise, incluindo dados contábeis das grandes companhias têxteis coletados nas publicações da Gazeta Mercantil e da Revista Exame e, por meio de Internet, no *site* da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Realizou-se, ainda, um estudo de evolução do emprego com os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, do Ministério do Trabalho e Emprego, que permitiu verificar a flutuação do nível de emprego no setor analisado na década de 1990. Tal estudo possibilitou desvelar como as novas formas de gestão do capital

impactaram o nível do emprego formal e quais suas repercussões na rentabilidade e lucro das empresas.

Além disso, as informações obtidas na base de dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS permitiram compor um quadro analítico das mudanças verificadas no perfil do trabalhador têxtil inserido no mercado de trabalho formal, ao longo da década de 1990 até o ano de 2001. Essa análise do perfil do trabalhador têxtil e da situação do mercado de trabalho revela o movimento dos postos de trabalho formais e os novos mecanismos de precarização do emprego criados pela flexibilização produtiva.

Já os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, desvendam as oscilações do mercado de trabalho, permitindo uma melhor definição do perfil do trabalhador excluído e inserido no mercado formal e as suas novas configurações, além de possibilitar uma atualização da quantidade de trabalhadores têxteis formais, já que os dados do CAGED têm periodicidade mensal.

Com o objetivo principal de apreender como o movimento sindical têxtil está respondendo ao cenário de tantas e complexas transformações do trabalho e qual o poder de negociação dos sindicatos frente à classe patronal, foi desenvolvido um estudo das convenções coletivas que resultaram das campanhas salariais dos trabalhadores têxteis, ao longo da década de 1990, acordadas nas empresas e regiões que se constituem em objeto da análise.

A perspectiva metodológica adotada, centrada nas grandes indústrias têxteis do Vale do Itajaí – onde se desenvolve um processo dinâmico de mudança produtiva –, exigiu visitas às empresas selecionadas. Ali foram coletados documentos institucionais que iluminaram as estratégias empresariais sistematizadas nos programas de reorganização implementados. Foram também realizadas visitas aos sindicatos de trabalhadores da região estudada, onde foram coletados periódicos da imprensa sindical e textos originados das formulações e táticas dos sindicalistas, com o objetivo de conhecer as propostas e ações do movimento sindical no que se refere às conseqüências da reestruturação produtiva para os trabalhadores. Jornais e revistas da imprensa especializada na área econômica completaram a pesquisa documental.

Entrevistas realizadas com trabalhadores, sindicalistas e gestores do setor, por meio das quais afloraram diversas opiniões e interpretações sobre os desdobramentos e conseqüências da reestruturação produtiva na indústria têxtil catarinense, ao longo da década de 1990, permitiram compor um quadro bastante expressivo dos significados desses movimentos. As entrevistas, semi-estruturadas, foram efetivadas a partir dos seguintes tópicos temáticos:

1. Mudanças no processo produtivo.
2. Novas exigências de escolaridade e de qualificação.
3. Flexibilização e precariedade do mercado de trabalho.
4. Condições de trabalho.
5. Crise e respostas do movimento sindical.

A dissertação está estruturada em quatro capítulos. O primeiro capítulo trata do referencial teórico, no qual discutem-se os rumos da reestruturação recente do capital e suas implicações no mundo do trabalho e nas relações entre Estados Nacionais. Neste sentido, a reestruturação produtiva mostra-se como elemento determinante e fundamental deste processo. No caso brasileiro, demonstra-se como as políticas macroeconômicas, adotadas de acordo com a orientação neoliberal, impactam o mercado de trabalho. Além disso, abordam-se as respostas que o movimento sindical está dando ao novo contexto que se apresenta.

O segundo capítulo apresenta uma caracterização da cadeia produtiva têxtil e a situação de crise da indústria têxtil brasileira após o processo de abertura econômica, já que este foi um dos setores mais afetados neste novo contexto, e as respostas do setor à nova conjuntura.

O terceiro capítulo tem como foco a indústria têxtil catarinense e a especificidade de suas respostas às mudanças macroeconômicas. Tendo início na história da colonização da região, percebe-se a influência da cultura germânica no processo de industrialização e nas características atuais das empresas. A partir disso, faz-se uma apresentação da presente conjuntura das empresas a partir de dados contábeis e de produção.

Além disso, discutem-se as estratégias mercadológicas e de gestão da reestruturação têxtil em Santa Catarina. Conseqüentemente, a análise das convenções coletivas fechadas entre os sindicatos de trabalhadores e os patronais faz-se importante mecanismo na compreensão das respostas do movimento sindical à nova situação. Finalizando, uma breve análise das políticas públicas de desenvolvimento do setor busca entender o papel do Estado no processo de reestruturação destas empresas.

Finalmente, no quarto capítulo, será exposta a situação do mercado de trabalho através da apresentação dos dados de perfil dos trabalhadores em termos de gênero, idade, escolaridade, tempo de serviço e remuneração. Adicionalmente, objetiva-se expor dados sobre o comportamento do emprego na década estudada.

## **CAPÍTULO 1 – REESTRUTURAÇÃO DO CAPITAL E REALIDADE BRASILEIRA NA DÉCADA DE 1990**

### **1.1. A nova conjuntura mundial**

A difusão das experiências neoliberais pelo mundo desde o início dos anos 80, a rápida expansão dos mercados financeiros internacionais e a introdução de novas modalidades produtivas são fenômenos que marcam o desenvolvimento capitalista contemporâneo. Esse cenário de mudança estrutural traz em seu bojo transformações nas relações de trabalho, nos hábitos de consumo, nas práticas políticas e, inclusive, nas formas de pensar. A complexidade e o alcance desse processo de intensificação dos movimentos do capital em escala mundial foram assim analisados por Ianni (1997, p. 147):

*(...) o capitalismo se torna concretamente global, influenciando, recobrando, recriando ou revolucionando todas as outras formas de organização social do trabalho, da produção e da vida. Isto não significa que tudo o mais se apaga ou desaparece, mas que tudo o mais passa a ser influenciado, ou a deixar-se influenciar, pelas instituições, padrões e valores socioculturais característicos do capitalismo. Aos poucos, ou de maneira repentina, os princípios de mercado, produtividade, lucratividade e consumismo passam a influenciar as mentes e os corações de indivíduos, as coletividades e os povos.*

Todavia, esse processo de internacionalização acelerada do capital e sua repercussão na vida social não apagam as relações de dominação entre as nações. Pelo contrário, Chesnais (1996) reflete sobre o sentido excludente desse processo, afirmando que “a mundialização deve ser pensada como uma fase específica do processo de internacionalização do capital e de sua valorização, à escala do conjunto das regiões do mundo onde há recursos ou mercados, e só a elas”. Chesnais assinala também que esse processo de mundialização do capital é dominado pela esfera financeira e pelos movimentos dos mercados mundiais de capitais. Carneiro (1999), em direção semelhante, considera que a globalização resulta de dois movimentos: da liberalização financeira na esfera nacional e da mobilidade dos capitais transnacionais no plano global. Segundo ele, a globalização produtiva é um fenômeno subordinado.

Os significados da internacionalização do capitalismo e das relações hierárquicas que se estabelecem entre os países já eram analisados nos anos 70 por Cardoso e Faletto (1985, p. 27), que tratam do seu caráter mundial e desigual:

*Quase todos os sistemas econômicos nacionais contemporâneos estão articulados ao sistema internacional (...). O capitalismo é um sistema mundial. Mas algumas partes detêm uma maior parcela de liderança e uma posse quase que exclusiva dos setores cruciais para a produção e acumulação de capital, tais como os setores tecnológicos ou financeiros.*

Ianni (1992) distingue três fases do desenvolvimento do capitalismo. De acordo com o autor, inicialmente, o capital organiza-se em moldes nacionais. Em um segundo momento, o capitalismo ultrapassa as fronteiras dos estados nacionais, se expande, e desenvolvem-se relações de imperialismo e colonialismo no mundo. Em sua terceira etapa, o capitalismo atinge efetivamente uma escala global, quando se intensificam os movimentos mundiais do capital.

Assim, foi através de uma combinação de fatores políticos e econômicos que se criaram as condições para a emergência e a expansão de um novo modo de reprodução capitalista. Anderson (1996) aponta a crise do modelo econômico de acumulação de capital instaurado no pós-guerra, baseado no sistema de organização do trabalho e de relações produtivas que se chamou de *fordismo*, como uma condição essencial para a difusão dos princípios e programas econômicos do chamado *neoliberalismo*.

Essa crise, que se desencadeou na primeira metade dos anos setenta, ocasionou uma longa recessão, com baixas taxas de crescimento econômico e altos índices inflacionários, em todo o mundo capitalista avançado. Foi este cenário que favoreceu a propagação do discurso neoliberal contra o Estado intervencionista e de bem-estar social, que seria praticado inicialmente pelos governos de Margareth Thatcher, na Inglaterra, e de Ronald Reagan, nos EUA. Anderson nos mostra como os programas neoliberais foram sendo adotados por diversos países europeus ao longo dos anos 80 e depois se estenderiam a muitos países periféricos.

A receita neoliberal pauta-se na desregulação social e da economia, atacando qualquer limitação dos mecanismos do mercado por parte do Estado e gerando uma situação real de livre acumulação privada de capital. Algumas consequências do neoliberalismo no mundo do trabalho são os altos índices de desemprego, a informalidade no trabalho e o agravamento dos níveis de pobreza. Portanto, por um lado o Estado se exime de seu papel de desenvolvimento social e de promotor de serviços públicos e, por outro, mostra-se fortalecido ao implementar políticas de interesse do grande capital transnacional e ao incrementar seu aparelho coercitivo. Gómez (2000, p. 101-102) sintetiza o papel do Estado neoliberal:

*...o Estado assume, como Jano, duas faces simultâneas: para uns, os beneficiários da continuidade do modelo econômico e da política do ajuste estrutural permanente, trata-se de um verdadeiro Estado de "Bem-Estar"; para outros, para esse vasto e heterogêneo conjunto de excluídos, "velhos" e "novos" pobres e de integração precária, assume a face de um Estado punitivo-repressivo que vitimiza por ação ou omissão (experiência cotidiana de arbitrariedades ilegais, violência endêmica, persistência de graves violações aos direitos humanos, atuação das instituições judiciais do Estado e alterações severas do direito penal tendentes a preservar a ordem e a disciplina social, etc.).*

Desse modo, é possível pensar que algumas afirmações sobre o "fim do Estado-nação" não encontram base na realidade concreta. Gómez lembra que é necessário um Estado forte para introduzir as reformas neoliberais e que foram os estados nacionais centrais, no chamado "Consenso de Washington", que elaboraram as políticas do ideário neoliberal. Todavia, é certo que o Estado-nação é afetado com o advento do capitalismo global. Um dos motivos disso é que as grandes corporações e os investidores financeiros adquirem demasiada importância nos rumos do desenvolvimento capitalista contemporâneo, impondo condições e regras aos países nos quais pretendem investir e exigindo total liberdade em suas ações especulativas. Entretanto, os Estados são impactados de forma diferenciada nesse novo contexto. São os países periféricos os mais atingidos, em virtude de sua dependência econômica dos fluxos de capital estrangeiro e dos empréstimos das instituições multilaterais que determinam uma série de políticas a esses estados.

Além disso, um *press release*, divulgado pela Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento em 12 de agosto de 2002, listando as 100 maiores economias mundiais, entre empresas e países, resultou em um dado estarrecedor: 29 entre elas são grandes companhias transnacionais. O estudo afirma, ainda, que grandes corporações como ExxonMobil ou General Motors erguem-se, economicamente, ao nível de países como o Chile ou o Paquistão. A Nigéria fica entre a Daimler-Chrysler e a General Electric, enquanto a Philip Morris está equivalente à Tunísia, Eslováquia e Guatemala. Este contexto se agrava quando o texto explicita que o valor agregado destas grandes corporações tem crescido proporcionalmente mais que os PIB's dos países, o que sugere o crescimento da importância delas em relação aos países. Na mesma lista com dados de 1990, aparecem 24 companhias transnacionais, cinco a menos que os dados de 2000 apresentam.<sup>2</sup>

Portanto, há uma crescente subordinação dos Estados-nações em relação aos movimentos do capital privado. A forte dependência dos investimentos estrangeiros,

<sup>2</sup> <http://www.unctad.org/en/press/pressref.htm> consultada em 28/08/2002.



principalmente nas economias capitalistas periféricas, faz com que o poder das grandes corporações ultrapasse a autonomia decisória dos Estados-nacionais. Analisando essa dimensão da nova conjuntura mundial, Ianni (1992, p. 90) assinala que: "são nítidos os indícios de que os aparelhos estatais nacionais são também agências da economia política mundial", na medida em que os Estados centrais utilizam diversos mecanismos para impor aos periféricos políticas que beneficiam suas próprias corporações.

As movimentações intensas do capital financeiro especulativo, extremamente volátil, têm o poder de desestabilizar economicamente nações inteiras. Chesnais (1999) analisa a expansão inusitada dos mercados financeiros internacionais e a preponderância de grandes instituições e grupos transnacionais no capitalismo contemporâneo. Ele denomina de "regime de acumulação mundial predominantemente financeiro" esse processo e o considera uma dimensão essencial da reestruturação capitalista atual.

Essa situação tem como consequência uma crescente desigualdade social tanto nos espaços nacionais, quanto na sociedade global. Ianni (1997, p. 147) reafirma o sentido desigual da sociedade global a partir das distintas inserções dos países:

*É claro que o globalismo não anula nem a interdependência nem o imperialismo. Essas são duas dimensões da realidade histórica e geográfica do capitalismo que se reproduzem e se recriam com maior força ainda. Mais do que nunca, essas categorias são generalizadas, no sentido de que abarcam indivíduos, coletividades e povos em todos os continentes, ilhas e arquipélagos. São determinações que se reproduzem todo o tempo, reiterando, modificando ou mesmo aprofundando as desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais.*

Os programas de estabilização e de "ajuste estrutural" impostos pelo Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial, como condição de liberação de empréstimos e negociações de dívidas dos países periféricos, determinam políticas econômicas e sociais, conforme a lógica neoliberal. Petras (1998) cita, dentre outras medidas, a abertura desordenada das economias e dos mercados destes países, os programas de estabilização financeira, as privatizações de empresas públicas, a crescente extinção de direitos sociais e a desestruturação da rede de proteção social do Estado.

A desigualdade social, todavia, também atinge os países desenvolvidos. Harvey (1993) demonstra que nos EUA mais de 35% da riqueza do país encontrava-se nas mãos do 1% mais rico da população no início dos anos noventa. E, apesar dos nove anos consecutivos de crescimento econômico, a concentração de renda cresceu, ou seja, o acúmulo de riqueza ocorreu entre a parcela mais rica da população. Segundo o *Census*

*Bureau*,<sup>3</sup> o americano de estrato médio não teve incremento em sua renda na década de 1990 e os 20% mais pobres tiveram seu padrão de vida ainda mais precarizado, com queda em seus rendimentos. Por outro lado, o PIB norte-americano, no mesmo período, aumentou em 30%. Foram os 5% mais ricos da população que tiveram um acréscimo de 22% em sua renda.

A Europa, com o esfacelamento do modelo do Estado de Bem-Estar Social, atualmente enfrenta fortes problemas com o desemprego que, muitas vezes, explodem em forma de movimentos nacionalistas contra imigrantes. É exemplar nesse sentido, o fortalecimento da extrema direita em países europeus como França, Áustria, Holanda, Dinamarca e Bélgica. Por outro lado, o Japão enfrenta uma grave crise de endividamento, assiste a um aumento do desemprego e a uma crescente perda de poder aquisitivo de sua população.

Essa globalização, que agudiza o problema da desigualdade entre países centrais e periféricos e entre classes sociais, desenvolve novos padrões de concorrência e muda a divisão internacional do trabalho. Neste contexto, assiste-se à desestruturação de parques industriais inteiros nos países periféricos, que não se mostram capazes de atuar de acordo com as novas regras de competitividade impostas pelas grandes corporações transnacionais, que adquiriram papel preponderante nesta "nova ordem mundial". Segundo Luiz Gonzaga Belluzo (2000, p. 5):

*A globalização se apresenta fundamentalmente como a regeneração das três tendências centrais e inter-relacionadas do capitalismo: 1) a mercantilização acelerada de todas as esferas da vida, inclusive daquelas até agora protegidas (amor, lazer, religião), 2) a universalização da concorrência e 3) a concentração do poder econômico e político.*

As polarizações atuais também refletem uma cisão tecnológica no globo. O economista Jeffrey Sachs<sup>4</sup> demonstrou que uma pequena parte do mundo, que abriga somente 15% da população mundial, produz praticamente todas as inovações tecnológicas. Cerca de metade da população mundial pode absorver tais tecnologias nas atividades produtivas e no consumo, enquanto uma terceira parcela estaria completamente à margem de tais inovações. A população dessas regiões excluídas supera os dois bilhões de pessoas. Essas regiões não teriam capacidade nem mesmo de manter as atuais condições de vida de suas populações e a tendência é de crescerem ainda mais essas desigualdades entre as regiões do mundo.

<sup>3</sup> Dados divulgados na revista Carta Capital, nº 50, de 07/06/2000, p. 54.

<sup>4</sup> Gazeta Mercantil, 30/07/2000.

Nesse contexto os países subdesenvolvidos passam a ser vistos como simples reserva de força de trabalho barata e de matérias primas, como assinala Chossudovsky (1995). Além disso, mantêm-se como mercado consumidor dos produtos industrializados produzidos pelos países centrais. Peixoto (s/d) destaca os baixos salários pagos aos trabalhadores como fator primordial na realocação espacial das atividades produtivas das empresas transnacionais dos países mais desenvolvidos para os de menor grau de desenvolvimento. Segundo o autor, "as atividades deslocadas foram apenas atividades de produção menos qualificada, caracterizadas pela sua qualidade trabalho-intensiva". Ele lembra ainda que, historicamente, a ligação entre países centrais e periféricos, ocorrida a partir do século XIX, criou importantes fluxos de comércio mundial.

Essa ligação tinha como base a exportação de produtos agrícolas e de matérias-primas das economias menos desenvolvidas para as nações de capitalismo desenvolvido. Era uma economia capitalista agro-exportadora que caracterizava os países menos desenvolvidos. Atualmente, são indústrias de transformação que estão voltadas à exportação nesses países. Assim, a pauta de exportação dos países periféricos hoje consiste, também, de produtos industrializados. Ainda que tais produtos tenham menor valor agregado e sejam menos intensivos em tecnologia que os produtos exportados pelos países centrais. Portanto, os laços de dependência, segundo o autor, são ditados pelas empresas transnacionais. Peixoto afirma (s/d, p. 9):

*...parece ter sido a instalação das ETN (empresas transnacionais) que permitiu abrir os canais do comércio mundial a este tipo de produtos e alterar significativamente as relações econômicas estabelecidas entre "centros" e "periferias". As ETN transformaram-se, assim, nos principais agentes de ligação – ou, num sentido teórico mais denso, os mediadores das relações capitalistas de "dependência" (...) – entre os diferentes países do mundo.*

As relações capitalistas de dependência também são abordadas, a partir de uma perspectiva racial, por Quijano (2000). Este autor defende que houve uma divisão racial do trabalho e de papéis sociais na colonização do continente americano. A exploração de não-europeus era justificada, assim, com base em idéias racistas. Nesse sentido, busca explicar a concentração do capital na Europa pelo controle exclusivo que os "brancos" detinham sobre os meios de produção e pela falta de um "interesse nacional" no mercado interno. Segundo o autor, a população branca da maioria dos países da América (exceto EUA e Chile) optava por investir na Europa, principalmente na Inglaterra, ao invés de promover a expansão do mercado interno com o assalariamento da força de trabalho local.

Todavia, atualmente a potência hegemônica por excelência não é nenhum país europeu. São os Estados Unidos da América que vêm dominando financeiramente o globo. De acordo com Belluzo (op. cit.), desde meados da década de 1970 a história política e econômica registra o crescimento dos interesses e da pressão dos EUA pela liberalização financeira mundial e pela manutenção do dólar como moeda universal. As ferramentas utilizadas para atingir tais objetivos são as instituições multilaterais como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio ou a Organização das Nações Unidas. Em relação à ONU, ficou claro o predomínio das posições norte-americanas principalmente nas guerras da Coreia, do Golfo e, mais recentemente, na intervenção realizada na Iugoslávia.

Portanto, se considerarmos o processo de globalização – com a financeirização da economia e a propagação do ideário neoliberal – como um conjunto de políticas impostas por iniciativa norte-americana buscando uma hegemonia em relação aos demais estados nacionais, então há, de fato, uma relativa perda de autonomia da maioria dos estados nacionais com o avanço da globalização.

Carneiro (1999) ressalta o caráter de dependência na inserção latino-americana no processo de globalização. Lembra que o ajuste dos países periféricos tem bases precárias e que a redução da dependência dos recursos externos está diretamente ligada à melhoria das condições econômicas desses países, o que os tornaria menos vulneráveis à volatilidade do capital especulativo. O autor é pouco otimista em relação ao papel da periferia nesse contexto que, segundo ele, parece estar excessivamente atrelada à situação econômica dos países centrais, destacando-se os EUA. Assim, a instabilidade das economias centrais, típica do processo de financeirização, reflete-se de maneira ampliada na periferia.

Nesse sentido, a formação dos blocos econômicos entre os países periféricos (casos do Mercosul e do bloco do sudeste africano, liderado pela África do Sul) tem como um de seus objetivos a busca de meios de sobrevivência desses países em uma realidade de capitalismo globalizado, na qual as nações mais industrializadas tendem a dominar. Os três blocos econômicos mais influentes nos movimentos do capitalismo contemporâneo são o Nafta (North America Free Trade Agreement), liderado pelos EUA, a União Européia e o bloco do sudeste asiático, liderado pelo Japão. Segundo Jinkings e d'Avila (1999, p. 82):

*A consolidação destes blocos tem o objetivo de derrubar barreiras alfandegárias, instaurar taxas de importação comuns, fazendo com que pessoas, mercadorias e capital circulem livremente entre os países-membros.*

*Como exemplo paradigmático tem-se a União Européia que já conta com uma moeda única – o euro – e com um único banco central.*

## **1.2. A reestruturação produtiva como elemento determinante da reestruturação do capital**

Em relação ao processo produtivo industrial, as transformações nas formas de acumulação do capital em escala internacional supõem modificações significativas nos processos produtivos e nas condições de reprodução da força de trabalho. Segundo Harvey (1993), foi no período de 1965 a 1973 que o fordismo e o keynesianismo mostraram-se incapazes de conter as contradições capitalistas. De acordo com o autor (ibidem, p. 140), transitamos na atualidade para um modo inédito de reprodução capitalista. A forma de organização produtiva que predominou na indústria no decorrer deste século – o fordismo –, vai se mesclando ou mesmo sendo substituída pelo que ele denominou de regime de acumulação “flexível”:

*A acumulação flexível é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional.*

Portanto, essas novas formas produtivas distinguem-se das experiências anteriores em alguns aspectos essenciais. Entretanto, adquirem configurações distintas nos diversos setores produtivos e nos diferentes países, conforme seus níveis de desenvolvimento econômico e sua posição na divisão internacional do trabalho. Em muitos países periféricos ainda preponderam os métodos de racionalização do trabalho introduzidos sob o padrão taylorista/fordista, como analisa Antunes (1995). O autor caracteriza o fordismo como o modelo que consolidou a indústria e o processo de trabalho ao longo do século XX, e cujos elementos principais são a produção em massa, a linha de montagem, o produto homogêneo, o trabalho parcelar e fragmentado e as unidades fabris concentradas e verticalizadas que constituíram o *operário-massa*. Harvey elegeu como marco inicial simbólico do fordismo o ano de 1914, quando Henry Ford estabeleceu o dia de trabalho com jornada de oito horas e pagamento de cinco dólares para os operários da linha automática de montagem de carros de sua fábrica.

Henry Ford (1863-1947), industrial norte-americano, fundou a Ford Motor Company em 1903 e foi ele quem tornou o carro um produto de massa. Tinha uma postura conservadora e paternalista, não aceitou a sindicalização de seus trabalhadores

até 1941 e diminuiu a jornada de trabalho com respectivo aumento salarial porque acreditava que seus trabalhadores deveriam poder comprar seus produtos. Para uma produção de massa, teria que haver um consumo de massa.

Tem-se um brilhante retrato do fordismo na primeira seqüência do filme “Tempos Modernos”, realizado em 1936 por Charles Chaplin. A idéia da seqüência, onde o personagem Carlitos tem um colapso nervoso em plena linha de montagem, surgiu de uma conversa com um repórter, que explicou a Chaplin como o processo de produção na linha de montagem de automóveis fazia com que os jovens operários ficassem reduzidos a “frangalhos nervosos” após quatro ou cinco anos de trabalho na fábrica. (CHAPLIN, 1965, p. 385)

No filme pode-se perceber claramente como funciona a linha de montagem com cada operário tendo seu trabalho parcelizado e fragmentado e com o tempo de realização das atividades sendo rigidamente controlado através do supervisor e de câmeras de vídeo. Aparece a idéia, também, da grande quantidade de operários em uma só planta fabril com a primeira cena dos porcos associada à massa de operários.

Contudo, o taylorismo surge ainda antes do fordismo. Frederick Winslow Taylor (1856-1915), engenheiro norte-americano, publica sua obra “Princípios da administração científica” em 1911 e torna-se o pioneiro na racionalização da organização do trabalho. Ele estudou o tempo exato para realização de cada tarefa e afirmava que o controle de cada operação fabril é fundamental na busca por maior produtividade do trabalho.

Assim, o taylorismo tinha como principal objetivo a busca por maiores índices de produtividade através de um sistema de normas de controle dos movimentos humanos e das máquinas. Inclui, também, propostas de remuneração por desempenho e tem como base a cisão entre concepção e execução da produção que era personificada nos gestores capitalistas de um lado e, nos operários, de outro. De acordo com Taylor, “um operário classificado faz justamente o que se lhe manda e não reclama” (1970, p. 56).

Portanto, o fordismo nasce utilizando alguns princípios tayloristas, como o controle de tempo de cada atividade, mas inova através da linha de montagem, da focalização e homogeneização do produto, da verticalização produtiva, da produção de massa (economias de escala), do trabalho parcelar e fragmentado (cada operário, uma tarefa) e do fato que o operário deveria ser bem remunerado e trabalhar menos.

Somente a título de ilustração, temos que um carro antes das inovações introduzidas pelo taylorismo era produzido em doze horas e trinta minutos. Com o taylorismo esse tempo cai para cinco horas e cinquenta minutos. Ainda com o taylorismo

e com o treinamento dos operários o tempo cai para duas horas e trinta e oito minutos. Com Ford, um carro passa a ser produzido em uma hora e meia (GOUNET, 1999).

Como o fordismo implica em um consumo de massa, passam a existir novas formas de reprodução da força de trabalho e emerge uma nova sociedade de massa, democrática, moderna e racionalizada. Com a crise capitalista da década de 1930 de falta de demanda por produtos, a Grande Depressão, e, com o contexto do pós-guerra, a relação entre fordismo e keynesianismo se fortalece objetivando que o consumo de massa fosse assegurado (ibidem, p. 130). Assim, as políticas keynesianas foram adotadas no pós-guerra nos EUA e na Europa. O economista inglês John Maynard Keynes (1883-1946) foi o pioneiro na análise macroeconômica e sugeria uma política de intervenção do Estado no conjunto das atividades econômicas. Keynes foi o representante da Inglaterra na Conferência de Bretton Woods<sup>5</sup>, em 1944, e presidiu o FMI em 1946.

Todavia, a partir de 1965-1973, o fordismo e o keynesianismo mostram-se incapazes de conter as contradições do capitalismo. Houve o choque do petróleo e uma forte onda inflacionária. A partir de 1973 houve uma onda deflacionária e foi um período de reorganização do trabalho (HARVEY, 1993).

Enquanto modalidade produtiva que se destacou como alternativa ao taylorismo/fordismo, o modelo japonês – ou *toyotismo* em virtude de ter sido implantado na fábrica da Toyota, tem se espalhado pelo mundo. O toyotismo é uma organização do trabalho implantada na Toyota nas décadas de 1950 a 1970, por Taiichi Ohno, engenheiro japonês considerado o pai do toyotismo.

Coriat (1994) refere-se a quatro fases de implantação do toyotismo como resposta ao contexto de crise econômica no Japão do pós-guerra. A primeira fase seria a introdução, na indústria automobilística, da experiência desenvolvida no setor têxtil, onde o trabalhador operava diversas máquinas ao mesmo tempo. A segunda consistiu na busca do crescimento produtivo sem aumento de pessoal empregado, ou seja, intensificando o processo de trabalho. A terceira foi a importação da técnica dos supermercados norte-americanos de reposição de produtos que originou o *kanban*,<sup>6</sup> o qual busca produzir somente o que está vendido. A quarta fase foi a expansão do *kanban* para os fornecedores e empresas subcontratadas. Outras características do toyotismo são o desenvolvimento de produtos diferenciados e produzidos em pequena

---

<sup>5</sup> A Conferência de Bretton Woods foi realizada em New Hampshire, EUA, em 1944, com representantes de 44 países para planejar e estabilizar a economia mundial. Foram criados o Fundo Monetário Internacional – FMI –, o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD – e o dólar passou a ser moeda-reserva mundial. Na prática, transformou os EUA em banqueiro do mundo. Esse acordo terminou em 1971.

<sup>6</sup> Técnica que busca o estoque zero, produzindo o que já se encontra vendido, normalmente são utilizadas placas para reposição dos produtos. Faz parte do sistema *just in time*.

quantidade, além da difusão da prática da terceirização que, segundo Druck (1999), é um elemento “integrante e indispensável” dessa modalidade produtiva.

Algumas características do toyotismo são: produção por demanda; flexibilidade produtiva, no trabalho e com os trabalhadores; kanban; muitos modelos de determinado produto; maior intensificação do trabalho; e gestão participativa com enxugamento de níveis hierárquicos. Surge, conseqüentemente, um novo perfil de trabalhador: polivalente, mais qualificado, que adote os ideais de produtividade empresariais, criativo, autônomo, com capacidade decisória.

Então sinteticamente temos que no fordismo: há produção de massa, o trabalho é parcelar e fragmentado, os produtos são homogêneos, existe uma linha de montagem, há uma verticalização produtiva, as economias são de escala, existe forte cisão entre concepção e execução das atividades, e a produção é realizada por grandes indústrias. Já no toyotismo a produção é por demanda, com base no trabalho em equipe e polivalente, a produção se pauta em produtos diferenciados, se utilizam células de produção, há uma horizontalização produtiva, as economias são de escopo, a gestão busca ser mais participativa e as indústrias são mais enxutas.

A predominância do toyotismo ou do que alguns autores chamam de acumulação flexível não consiste em melhoria das condições de vida e trabalho para amplos segmentos da população mundial. Para a maioria dos trabalhadores, estes movimentos resultam em intensificação do trabalho, baixos níveis de remuneração e instabilidade do emprego. Segundo Teixeira (1996), “as transformações porque passa o modo de produção capitalista caminham na direção de uma racionalização brutal do trabalho vivo, enquanto fonte produtora de valor”.

Com efeito, muitas das estratégias adotadas pelas empresas em busca de uma maior lucratividade passam pelo aumento da precarização das relações de trabalho, com práticas de terceirização e subcontratação do trabalhador. No caso brasileiro há, adicionalmente, o agravante da negligência estatal na fiscalização das condições laborais o que, por outro lado, estimula ainda mais a informalidade no mercado de trabalho e a exploração capitalista exacerbada.

Diversos estudiosos do mundo do trabalho assinalam um aumento da exploração da força de trabalho com os novos métodos de produção, que permitem a intensificação do trabalho, degradam as condições de saúde e fragmentam os trabalhadores. Como Antunes (1995, p. 33-34) aponta quando analisa o toyotismo, permanece nos dias de hoje a alienação do trabalhador em relação à sua atividade, pensada por Marx no século XIX:



*...embora reconheçamos que o estranhamento do trabalho, que decorre do modelo toyotista, tem elementos singulares – dados pela própria diminuição das hierarquias, pela redução do despotismo fabril, pela maior "participação" do trabalhador na concepção do processo produtivo –, é de todo relevante enfatizar que essas singularidades não suprimem o estranhamento da era toyotista. A desidentidade entre indivíduo e gênero humano, constatada por Marx nos Manuscritos, encontra-se presente e até mesmo intensificada em muitos segmentos da classe trabalhadora japonesa (...). A subsunção do ideário do trabalhador àquele veiculado pelo capital, a sujeição do ser que trabalha ao "espírito" Toyota, à família Toyota, é de muito maior intensidade, é qualitativamente distinta daquela existente na era do fordismo.*

### **1.3. As políticas macroeconômicas brasileiras sob a reestruturação capitalista**

Nos anos 1990, as políticas brasileiras de abertura econômica indiscriminada, de desregulamentação financeira e de privatizações, repercutem drasticamente na indústria nacional. Com efeito, desde os primeiros anos da década de 1990, com o governo Fernando Collor (1990-1992), são implementadas medidas de liberalização comercial e financeira que desestruturam diversos segmentos do sistema produtivo no país, gerando uma política de substituição de produção nacional por produção importada. Tal processo ocasionou o fechamento de linhas de produção inteiras, acarretando um desemprego estrutural que se agravaria com a intensificação dos programas neoliberais no Brasil, a partir de 1995, com o governo Fernando Henrique Cardoso. A política econômica do governo FHC, fundada em uma estabilização monetária que se sustentou na sobrevalorização cambial e em elevadas taxas de juros (só em 1995 as importações cresceram mais de 50%), agrava esse processo de desestruturação produtiva (TAVARES, 1999).

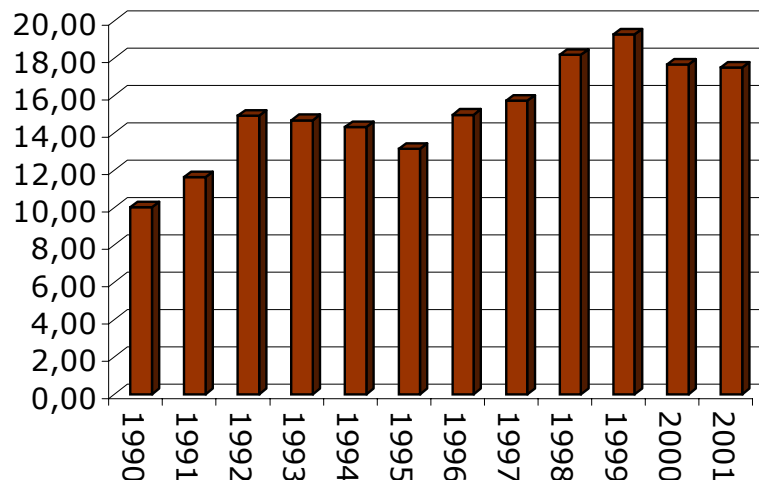
Cabe destacar a redução das alíquotas de importação, como medida governamental de incentivo à entrada de produtos estrangeiros no país, restringindo bastante o mercado interno para o produto nacional. Por outro lado, a sobrevalorização do câmbio, vigente até janeiro de 1999, limitou muito a competitividade internacional do produto brasileiro. Foi essa conjuntura que compeliu muitas empresas nacionais a se reestruturarem com o objetivo de enfrentar a concorrência externa. Essa reestruturação resultou, na maioria das vezes, em enxugamento de força de trabalho, adoção de novos processos de organização produtiva e generalização do processo de terceirização.

As políticas dos anos 1990, portanto, não têm promovido o crescimento econômico do Brasil, o que se reflete diretamente no volume de empregos gerados internamente. A baixíssima atividade industrial, conseqüência da adoção das políticas macroeconômicas governamentais, é uma das principais causas do baixo crescimento do

PIB brasileiro. Na década de 1980, amplamente conhecida como a “década perdida” justamente pela estagnação econômica, o Produto Interno Bruto do Brasil teve crescimento médio de 2,8%. Na década de 1990 (já sendo chamada de “a década mais que perdida” por uns, ou “a década vendida” por outros<sup>7</sup>) a situação do Brasil ficou ainda pior. O crescimento do PIB cai para 1,8%.<sup>8</sup> Contudo, se em 2000, o crescimento econômico no Brasil é um pouco mais elevado, ficou em 4,4%, no ano seguinte, em 2001, cai novamente e fica em míseros 1,5%.<sup>9</sup>

O crescimento da taxa de desemprego nos anos 1990<sup>10</sup> na região metropolitana de São Paulo é impressionante. Em 1990 a média anual da taxa de desemprego situava-se em 10%; em 2001, o índice salta para 17,5%. Entretanto, esse índice chegou ao ápice em 1999, quando a média anual foi de 19%. Ou seja, quase 20% da população economicamente ativa de São Paulo estava desempregada nesse ano (Gráfico 1).

**GRÁFICO 1**  
**Taxa de desemprego total**  
**Região Metropolitana de São Paulo – 1990 / 2001**



Fonte: Dieese/Seade  
Elaboração própria

Em relação ao mercado de trabalho brasileiro na última década o trabalho de Márcio Pochmann (2001) é esclarecedor. O autor afirma que os anos 90 são a segunda

<sup>7</sup> A respeito da situação brasileira, José Ricardo Tauile (2001) é esclarecedor.

<sup>8</sup> Dados da Folha de São Paulo de 16/05/00, pg. A4.

<sup>9</sup> Dados do IBGE.

<sup>10</sup> Utilizou-se o índice da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), realizada pelo Dieese em convênio com o Seade na região metropolitana de São Paulo. A taxa de desemprego total calculada pelo Dieese engloba não só o conceito de desemprego aberto mas, também, os conceitos de desemprego oculto pelo trabalho precário e oculto pelo desalento. Mais esclarecimentos sobre o assunto consultar “Elementos para compreender a controvérsia sobre as taxas de desemprego no Brasil”, em: <http://www.dieese.org.br/ped/pedxpme.html>

década perdida, tendo como características principais o crescente desemprego, a concentração de renda, o endividamento e a ausência de crescimento. Além disso, o autor lembra que as razões estruturais do desemprego brasileiro são duas: as baixas taxas de crescimento econômico e a adoção de um novo modelo econômico a partir de 1990. Contudo, o desemprego no Brasil não é somente decorrência da carência de postos de trabalho é, também, resultado da baixa renda que empurra segmentos sociais como aposentados ou crianças e jovens, para o mercado de trabalho.

Em 2001 o IPEA fez um levantamento que reafirma a liderança do Brasil em desigualdade de renda. O estudo afirma que este quadro se manteve praticamente imutável desde a década de 1970, anulando a falsa propaganda de melhora na distribuição da renda após o Plano Real. Tanto em 1978 quanto em 1999, os 10% mais ricos se apropriavam de pouco mais de 47% da renda nacional, enquanto os 40% mais pobres viram sua fatia do bolo aumentar um ínfimo meio ponto percentual, passando de 7,6% para 8,1%.<sup>11</sup>

Assim, governo FHC tem consolidado um processo de abertura econômica no país, aprofundando as relações de subordinação e dependência do país em relação ao capital estrangeiro. Mattoso (1999) analisa as conseqüências da política econômica deste governo, "baseada no tripé da abertura econômica e financeira indiscriminada, na sobrevalorização do real e nos elevados juros", como causadora de "uma profunda desestruturação produtiva e do mercado de trabalho". Segundo o autor, cerca de 897 mil empregos formais foram fechados entre 1995 e 1998, de acordo com dados do Ministério do Trabalho. Tais números, além de demonstrarem o crescimento do desemprego aberto, também indicam a maior proporção da informalidade no mercado de trabalho.

Esse processo de precarização do emprego, além de deteriorar as condições laborais, também enfraquece as ações de resistência dos trabalhadores. É interessante lembrar que o papel do exército industrial de reserva é fundamental na correlação de forças entre a classe trabalhadora e setores patronais, pois quanto maior o excedente de trabalhadores, maior o poder das empresas para impor condições mais precárias de trabalho.<sup>12</sup> Tal situação gera, assim, uma crescente e generalizada insegurança no emprego do trabalhador.

Seguindo os ensinamentos de Marx sobre as leis de acumulação capitalistas, Klagsbrunn (1999) afirma que "longe de constituir uma exceção ou anomalia, o desemprego é parte intrínseca do desenvolvimento capitalista". E conclui que, "quanto

<sup>11</sup> Jornal do Brasil, Caderno de Economia, 2 de Abril de 2001.

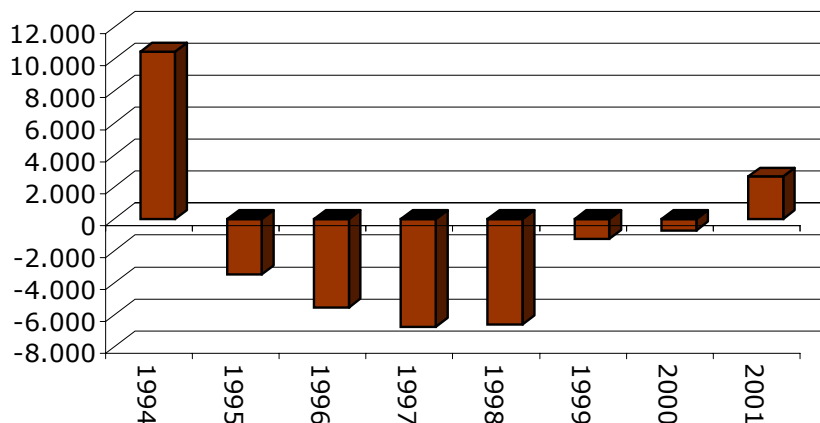
<sup>12</sup> Ver Guimarães Neto (1999) sobre as tendências no mercado de trabalho brasileiro e Klagsbrunn (1999) sobre o papel do exército industrial de reserva no funcionamento dos mercados de trabalho capitalistas.

mais trabalhadores estiverem desempregados, concorrendo por um posto de trabalho, mais se deterioram os níveis de salário e as condições de trabalho e emprego”.

Os dados do saldo da balança comercial brasileira são esclarecedores em relação à entrada de produtos estrangeiros no mercado interno (Gráfico 2). Percebemos que, em 1995, o saldo da balança comercial fica negativo pela primeira vez na década. Em 1994 houve um superávit de US\$ 10 bilhões, que despenca para um déficit de US\$ 3 bilhões em 1995, resultado de um forte crescimento nas importações brasileiras.

É nesse ano que a sobrevalorização do real e a postura subserviente do governo brasileiro em relação ao capital internacional aprofunda a forte crise que se abaterá sobre a indústria nacional na década de 1990. Crise, contudo, minimizada pelos efeitos da desvalorização cambial que o Real sofreu em janeiro de 1999. Já a partir deste ano o déficit diminui drasticamente. Saindo de quase 7 bilhões de dólares em 1998, para 1,2 bilhão de dólares, em 1999. Em 2001, pela primeira vez desde 1994, a balança comercial brasileira tem resultado positivo: chegou a 2,6 bilhões de dólares.

**GRÁFICO 2**  
**Saldo da balança comercial**  
**Brasil – 1990 / 2001**



Fonte: Secex  
Elaboração própria

#### **1.4. As estratégias defensivas do sindicalismo brasileiro**

No Brasil, o movimento sindical vem tentando responder ao novo cenário nacional e mundial de forma pouco satisfatória. Armando Boito Jr. (1999) em sua análise do movimento sindical brasileiro afirma que, apesar do movimento sindical não haver aderido ao neoliberalismo, a tendência à conciliação se fortaleceu. Se na década de 1980, o sindicalismo era “defensivo”, na década de 1990 ele passa a ser “propositivo”. Boito

tem como marco desta mudança a IV Plenária Nacional da CUT, de agosto de 1990, na qual decidiu-se que a Central deveria deixar de valorizar tanto a ação grevista e ir além da postura reivindicativa e passar a elaborar propostas de políticas a serem negociadas em fóruns tripartites. O autor, inclusive, exemplifica com a discussão sobre o contrato coletivo de trabalho como a CUT se aproximou da idéia da desregulamentação de direitos trabalhistas neoliberal. Jair Meneguelli, então presidente da CUT, deu o seguinte depoimento, ainda no final da década de 1980 (apud: BOITO, 1999, p. 150):

*Faremos as leis, nós faremos a "constituição" que regerá o capital e o trabalho, ou seja, não se deveria ser discutido redução da jornada de trabalho na Constituição. Deveria se discutir, sim, entre as partes, entre o capital e o trabalho. A única constituição detalhista que existe no mundo é a nossa. Não queremos mais que o Congresso nos diga como temos que contratar; queremos discutir – nós, trabalhadores, com os empregadores – como queremos fazer o contrato.*

Obviamente, tal declaração explica-se pelo próprio contexto no qual foi dada. Embora tenha sido feita no final da década de 1980, a força do Novo Sindicalismo ainda se fazia sentir. Todavia, como Boito (op. cit.) afirma, tal proposta de contrato coletivo só poderia estimular o neocorporativismo. Outro exemplo da autofagia neocorporativa do movimento sindical, segundo o autor, foi sua participação nas câmaras setoriais tripartites. A idéia era que houvesse uma câmara para cada setor econômico. Apesar de terem se formado 26 câmaras, somente em catorze o movimento sindical conseguiu inserção e, destas, só três estabeleceram acordos com seus respectivos sindicatos de trabalhadores. Além disso, as montadoras – no curto período em que a câmara do setor automotivo funcionou –, entre 1992 e 1994, aumentaram seu faturamento em mais de 50% e reduziram sua participação no IPI de 2% para 1%. Em contrapartida, a partir de 1995, com a desativação das câmaras setoriais pelo governo FHC, a Ford e a Mercedes-Benz demitiram, em apenas um mês, quase três mil trabalhadores.

Assim, a idéia do sindicalismo propositivo de gerir, juntamente com os empresários, o setor onde está a base dos trabalhadores mostrou-se, de fato, equivocada. Por outro lado, quando se busca este tipo de saída, desvia-se tanto da luta por transformações sociais estruturais, quanto da busca por reformas que poderiam erigir um Estado de Bem Estar Social (BOITO, op. cit.).

Santana (2000) também aponta alguns fatores que explicariam a crise do movimento sindical na década de 1990. O primeiro ponto seria a mudança no perfil do trabalhador: reduz-se a base de trabalhadores manuais, mais propensos à atividade sindical, e cresce o trabalhador polivalente, mais qualificado e inserido na lógica

empresarial. O segundo aspecto assinalado é o crescimento de trabalhadores fora do mercado formal, trabalhando em condições precárias ou subcontratados. Em terceiro lugar, o autor refere-se à facilidade de transferência geográfica das indústrias, o que acaba por minar as bases sindicais mais fortes. O quarto aspecto perpassaria pelas novas formas de gestão, menos autoritárias e aparentemente mais participativas, que buscam fazer com que os trabalhadores “vistam a camisa” da empresa e, conseqüentemente, afastem-se da militância sindical. A esses elementos acrescentamos a conjuntura brasileira de altos índices de desemprego e de flexibilização da legislação trabalhista como fator de refluxo do movimento sindical brasileiro na década de 1990, depois de uma fase de avanços organizativos significativos nos anos 1980.

Santana (op. cit.) discorre sobre as respostas das três maiores centrais sindicais brasileiras a esse contexto. As propostas de ação sindical elaboradas pela Central Única dos Trabalhadores, a CUT, são: fortalecer laços de solidariedade entre os trabalhadores, buscando superar o atual quadro de individualismo exacerbado; procurar uma política de emprego, cujo objetivo seja o pleno emprego; capacitar a militância sindical sobre os novos temas; impulsionar a mobilização dos trabalhadores; utilizar os meios legal, institucional e de negociação direta; a democratização do Estado; o combate às privatizações; a reforma tributária com base em imposto sobre renda e patrimônio; um controle social sobre o sistema financeiro; e, finalmente, a busca de uma política econômica de defesa do emprego e de melhores condições de trabalho e vida para a população.

Já a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) tem como eixo de ação sindical prioritário a luta contra o desemprego e pela redução da jornada de trabalho. Aparece entre as preocupações dessa central, também, a qualificação profissional do trabalhador. É fundamental, ainda, a luta por uma política econômica voltada para a geração de emprego e para a melhoria das condições de vida dos trabalhadores. Objetivando isso, a CGT acredita indispensável a recuperação da capacidade de investimento estatal, sobretudo em educação e saúde, o que combinaria melhora dos serviços públicos com geração de emprego. Deve haver, também, uma revisão do endividamento do Estado. Portanto, percebe-se que o Estado tem papel central e deve ser fortalecido na visão cegetista.

A terceira central sindical analisada pelo autor, a Força Sindical, também apresenta algumas propostas de ação, afirmando que há a necessidade por parte do movimento sindical de não se fechar às “mudanças ocorridas no mundo” (SANTANA, 2000, p. 211). Em relação à organização sindical, suas propostas são: lutar pelo direito de greve, pela garantia de liberação aos dirigentes sindicais, pela organização dos

trabalhadores no local de trabalho, organizar sindicatos estaduais, regionais ou municipais por central sindical, estruturar departamentos nacionais e regionais por ramo produtivo, entre outros pontos citados.

Além desses tópicos, a Central analisa as transformações estruturais da sociedade e aborda questões como: a reforma fiscal; setores produtivos estatais; reforma no sistema judiciário; reforma política; papel das Forças Armadas e reestruturação econômica e social. Um ponto importante é a discussão sobre o papel do Estado. A Força Sindical acredita que deve haver uma mescla entre intervenção estatal e livre-mercado. Para isso a reestruturação do Estado passaria por três pilares básicos: 1) a privatização de empresas; 2) a desregulamentação de áreas econômicas e 3) aprimoramento da gestão pública.

Notam-se, claramente, divergências entre as propostas das três centrais que são resultado de suas distintas interpretações conjunturais e opções políticas. A CUT busca reverter os fundamentos do contexto atual do mercado de trabalho, enquanto que a CGT e a FS objetivam adequar o trabalhador às novas exigências do mercado e acreditam que estes podem ocupar espaços estratégicos nesse novo contexto. Todavia, uma preocupação comum perpassa a ação das três centrais: as novas exigências de qualificação do trabalhador. As centrais têm investido muito em educação e formação de trabalhadores, principalmente financiadas pelos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Santana acredita que o movimento sindical brasileiro está tentando dar respostas à crise dos anos 1990. Todavia, deve-se considerar que as deliberações tomadas em congressos, muitas vezes, ficam extremamente dissociadas da prática sindical cotidiana. O fato é que o movimento sindical não está conseguindo negociar a reestruturação produtiva nas empresas. Pontos fundamentais como introdução de novas tecnologias, formação profissional, enxugamento de força de trabalho, remuneração variável, jornada de trabalho flexível, terceirização, raramente estão contemplados nas convenções coletivas. E quando estão, são abordadas de forma extremamente limitada. Certamente, uma política sindical efetiva de conscientização e mobilização da força de trabalho e de maior aproximação entre dirigentes sindicais e base, aumentaria o poder de barganha dos sindicatos em situações de negociação.

## CAPÍTULO 2 – REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NA INDÚSTRIA TÊXTIL

### 2.1. A indústria têxtil

O complexo produtivo da cadeia têxtil envolve o beneficiamento de fibras, a fiação, a tecelagem e malharia, o acabamento de fios e tecidos e a confecção. Cada etapa tem como resultado o principal insumo da etapa seguinte. Como se pode ver no Quadro 1, as fibras podem ser químicas (sintéticas ou artificiais) ou naturais. A principal distinção que podemos fazer em relação às fibras sintéticas e artificiais é que as segundas são produzidas a partir da celulose, por isso são conhecidas também como fibras celulósicas. Exemplos de fibras artificiais são a viscose e o acetato. Já as fibras sintéticas são originadas da indústria petroquímica. As principais fibras sintéticas são o poliéster, o acrílico e o polipropileno.<sup>13</sup>

Portanto, o setor têxtil tem sua base na pecuária (produção de lã) e na agricultura (produção de fibras naturais como o algodão, linho, juta), estando interligado também com a fabricação de fibras e produtos químicos (corantes, amaciantes, botões plásticos, embalagens) e metalúrgicos (zíperes, alfinetes, botões de metal) e, finalmente, com a indústria de bens de capital.

O setor têxtil se inicia com a fiação – ou beneficiamento – das fibras. É quando as fibras transformam-se em fios de diversas espessuras. A qualidade desses fios (se forem de algodão) está ligada a três componentes básicos: a titulação da fibra (sua espessura), o tipo de fio produzido (cardado ou penteado) e o nível tecnológico das máquinas.

As máquinas de fiação a rotor, chamadas de *open-end*, vêm substituindo as de tecnologia mais antiga, os filatórios a anéis. Elas produzem mais em menor espaço, geram menos resíduos, eliminam algumas tarefas mais árduas da fiação convencional, reduzem custos com energia elétrica e têm uma relação custo/benefício superior ao processo convencional (DIEESE, 1997). Há, ainda, o filatório a jato de ar, conhecido como *jet-spinner*, que tem alta produtividade em relação aos anteriores, mas que não é muito difundido no Brasil, já que é de desenvolvimento recente e seus custos considerados muito altos.

Existe uma forte limitação na substituição dos filatórios a anéis pelos *open-end*, que não produzem fios de todos os títulos, como as máquinas a anéis. Os filatórios a



anéis, portanto, ainda são os mais versáteis, enquanto as máquinas a rotor estão limitadas à produção de fios grossos e são muito utilizadas para produzir o *jeans*, por exemplo. Todavia, os filatórios *open-end* mais modernos já produzem fios de espessura mais fina, ainda que com uma consistência mais dura que o fio produzido por um filatório a anel.<sup>14</sup>

Com o fio pronto, a próxima fase da atividade têxtil é a tecelagem de tecidos planos ou a malharia. Na tecelagem de tecidos planos, os teares com lançadeira vão dando lugar aos sem lançadeira, progressivamente. As inovações tecnológicas substituem os teares convencionais com lançadeiras, por teares sem lançadeiras a projétil, pinça, jato de ar e jato de água. Estes aumentam a velocidade produtiva de 200 batidas por minuto (bpm) nos teares tradicionais, para 300 bpm nos teares a projétil e pinça, 800 bpm nos teares a jato de ar e 1.000 bpm nos a jato de água.

Tais inovações permitem que os operários possam operar um número maior de máquinas, reduzindo os custos de produção e incrementando sobremaneira a produtividade do trabalho. Assim, os teares sem lançadeira são mais rápidos, fazem a trama em mais cores – teares com lançadeira utilizavam 4 cores, enquanto os sem lançadeira fazem tecidos em 12 e até 18 cores – e diminuem o ruído e o custo de produção. Aqui, não encontramos nenhum tipo de limitação na substituição dos teares antigos pelos mais novos, como vimos no caso da fiação.

Na malharia são utilizados os teares circulares, que são muito mais produtivos que os teares de tecidos planos. Um tear circular moderno produz cerca de 450 kg de tecidos por dia, enquanto um tear a jato de ar – ou seja, sem lançadeira, de tecnologia nova – produz somente 100 kg.

A atividade chamada de “acabamento” consiste na preparação do tecido com o objetivo de eliminar suas impurezas. Nesta etapa são realizados o alvejamento, a mercerização (dá aspecto sedoso e aumenta a resistência do tecido) e a flambagem (extração de penugens do tecido de algodão, conferindo ao produto uma aparência mais homogênea). A etapa seguinte é a tinturaria, cuja função é, obviamente, colorir o tecido. Posteriormente, vem a lavagem que objetiva retirar os fortes produtos químicos utilizados nos processo de tinturaria e alvejamento.

Após a elaboração do tecido, ele é encaminhado para o setor de corte e, em seguida, para o setor de confecção. Aqui, a novidade tecnológica é a introdução de um

---

<sup>13</sup> Mais sobre fibras artificiais e sintéticas ver BNDES, Relato Setorial, junho/1995.

<sup>14</sup> BNDES, *O segmento de fiação no Brasil*.

sistema em CAD/CAM<sup>15</sup> que integra o setor de estilismo e a máquina de corte do tecido. Trataremos deste sistema mais adiante, ao analisar sua utilização na indústria têxtil de Santa Catarina. No caso do não-tecido, nenhuma das fases anteriores é realizada, e o produto sai direto da indústria química para a fase de corte e confecção. Os não-tecidos são muito utilizados para produtos descartáveis como fraldas, absorventes, panos de limpeza e, mais atualmente, até calcinhas descartáveis. Sua utilização para vestuário, contudo, ainda é muito recente e poucas empresas desenvolveram tecnologia suficiente para atingir os padrões de qualidade exigidos pela indústria do vestuário.

A costura é a última fase do processo produtivo têxtil e se constitui na atividade menos automatizada deste processo. Ainda é muito intensivo o uso de força de trabalho na atividade. Com efeito, na costura, diferentemente de outros setores da indústria têxtil, é menor o uso de tecnologia substituta de trabalho humano.

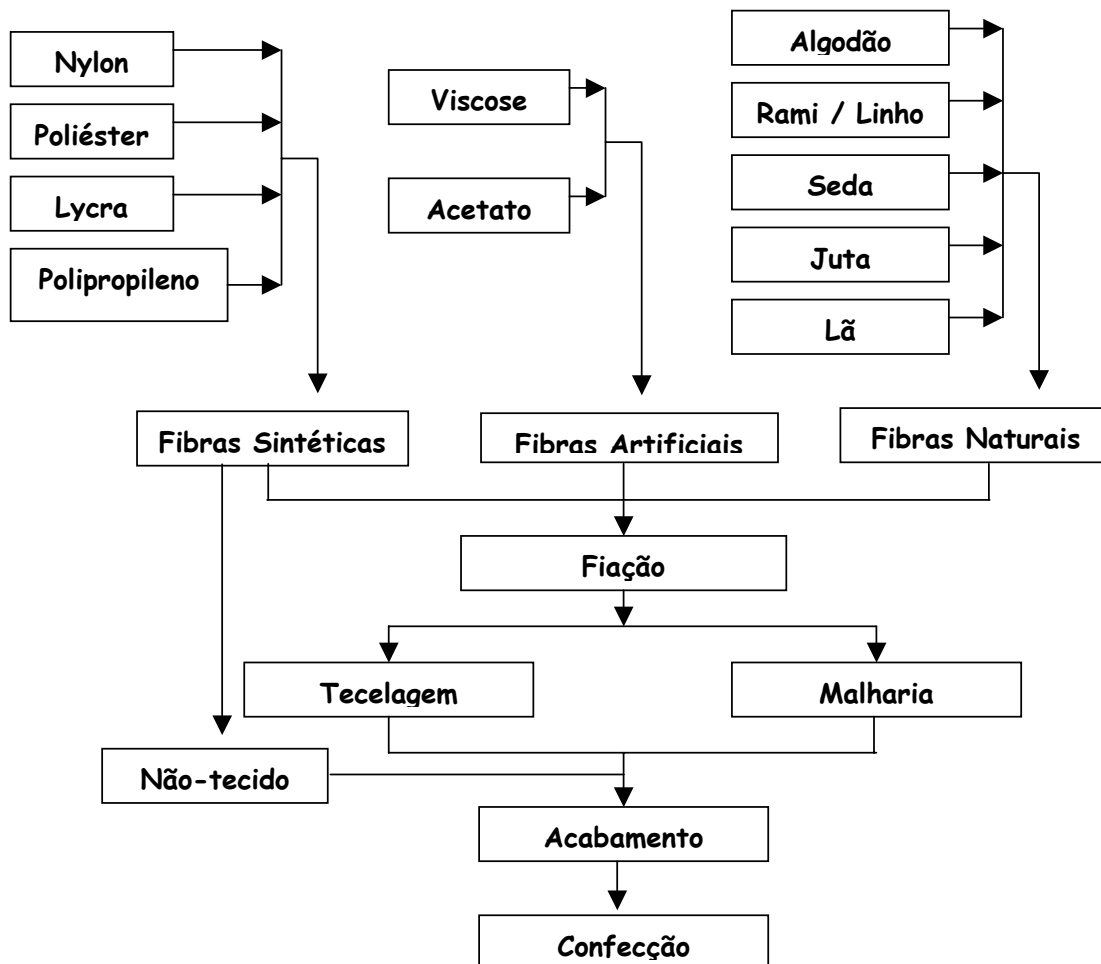
Nas indústrias de tecidos felpudos, especificamente, há uma máquina de tecnologia avançada no setor de confecção que aglutina três áreas, anteriormente separadas: o corte da toalha, a costura lateral e a costura na frente e atrás com a etiqueta. Esta máquina substitui três outras máquinas e mais as costureiras que ali trabalhavam. Numa grande indústria de felpudos visitada, as costureiras estão limitadas, agora, à produção de roupões de banho. Todavia, esta máquina está voltada somente à costura de toalhas. Assim, em seu conjunto, o setor de confecção pode ser considerado ainda bastante intensivo em força de trabalho.

Uma outra etapa do processo produtivo têxtil é a impressão das estampas nos tecidos. A realização dessa atividade pode ser por meio de um sistema de moldura rotativa – com a utilização de quadros, como na serigrafia –, ou sistema de *transfer*, com a aplicação da estampa em alta temperatura. Ou, ainda, através do setor encarregado dos serviços de bordado. Por fim, o produto têxtil passa pela fase de “terminação”. Aqui, são utilizadas diversas técnicas que têm como função melhorar a resistência do tecido (DIEESE, op. cit.).

---

<sup>15</sup> *Computer aided design / computer aided manufacturing*, a tradução é desenho com auxílio de computadores e produção industrial com auxílio de computadores. O uso dos dois indica a passagem automática das especificações do projeto para a produção.

**QUADRO 1**  
**Cadeia produtiva têxtil**



## 2.2. O setor têxtil nacional

A indústria têxtil foi um dos setores da economia nacional que mais sofreu com a abertura econômica e a sobrevalorização cambial. Segundo dados do BNDES<sup>16</sup> houve uma queda de 53% no nível de emprego na indústria têxtil nacional, entre 1989 e 1994. Os técnicos do BNDES afirmam que a introdução de novas tecnologias no período foram as maiores responsáveis por esta retração do emprego.

Entretanto, em que pese o enxugamento de força de trabalho nas grandes empresas do setor devido à introdução de novas tecnologias e inovações organizacionais, o fator essencial do desemprego no setor é o baixo nível de atividade das indústrias, condicionado pela política macroeconômica do país. Além disso, há inúmeras pequenas e

<sup>16</sup> BNDES, Investimentos Necessários para a Modernização do Setor Têxtil, s/d.

médias empresas que não têm acesso às novas tecnologias da mesma forma que as empresas maiores.

Em pesquisa realizada pelo Dieese em 1996 (op. cit., p. 99), o representante de uma indústria têxtil responsabilizou o contexto macroeconômico do país pelo aumento dos níveis de desemprego no setor. Segundo o entrevistado, cerca de 80% dos postos de trabalho perdidos na sua empresa foram decorrentes desse contexto. À reestruturação produtiva, o entrevistado atribuiu cerca de 10% das demissões.

Note-se, entretanto, que a desvalorização do Real, ocorrida em janeiro de 1999, coincidiu com uma retomada dos níveis de crescimento da indústria têxtil no Brasil. Aquele foi o primeiro ano de crescimento do setor após muitos anos de queda.<sup>17</sup> Segundo dados da Associação Brasileira da Indústria Têxtil (ABIT), as indústrias têxteis nacionais abriram 40 mil novas vagas e cresceram 5% em relação a 1998.

De fato, a abertura econômica e a sobrevalorização do Real trouxeram dificuldades para a indústria nacional, que perdeu em competitividade nas exportações e no mercado interno com a entrada crescente de produtos importados, principalmente dos chamados "Tigres Asiáticos".<sup>18</sup> Em estudo sobre o setor têxtil, Renato Campos, Sílvio Cário e José Antônio Nicolau (2000, p. 29-30), analisam o processo de abertura no setor:

*O setor trafegou de uma situação fortemente protegida até o final dos anos 80, para uma exposição elevada à concorrência externa no mercado doméstico. As alíquotas de importação de produtos têxteis-vestuários foram significativamente reduzidas e sem qualquer plano de reestruturação industrial. Esta ocorrência coincidiu com a forte expansão dos países asiáticos no mercado internacional de artefatos têxteis-vestuários e com quadro recessivo no mercado doméstico (...). Somente cerca de cinco anos após o processo de abertura, foram tomadas medidas de caráter emergencial, como a elevação parcial de certas alíquotas de importação para produtos concorrentes, redução da tarifa de importação para alguns bens de capital, crédito fiscal para exportação e linha de financiamento específica para reestruturação setorial.*

Em contrapartida, as facilidades para importar aumentaram as possibilidades de importação de equipamentos. Como a quase totalidade das máquinas é produzida fora do país, a sobrevalorização do Real constituiu-se em oportunidade de modernização do parque de bens de capital têxtil. As importações de máquinas têxteis quase duplicaram

<sup>17</sup> Ver Gazeta Mercantil de 17/12/1999.

<sup>18</sup> BNDES, *Malharias*, dez/1994. A este respeito, uma camiseta de algodão, branca, produzida na China chega em qualquer lugar do mundo a US\$ 1,00. Por outro lado, as melhores empresas nacionais não conseguem colocar no mercado interno o mesmo produto por menos de US\$ 1,30 (sem ICMS).

de 1990 para 1995, caindo em 1998 e mantendo-se praticamente estáveis até 2000, mas ainda mantendo-se bem acima dos valores de 1990 (Tabela 1).<sup>19</sup>

**TABELA 1**  
**Importação de Máquinas e Equipamentos Têxteis**  
**Brasil – 1990 / 2000 (US\$ mil FOB)**

Máquinas	1990	1993	1995	1998	1999	2000
Máquinas para extrudar, estirar, cortar materiais têxteis sintéticos ou artificiais	24.869	20.576	27.428	15.916	28.059	26.438
Máquinas para fiação	80.606	43.140	109.227	83.967	55.349	70.403
Teares para tecidos	55.313	30.729	99.623	47.513	37.716	59.019
Teares para fabricar malhas	69.111	56.005	152.874	86.189	73.568	86.046
Máquinas e equip. auxiliares	78.593	63.981	85.926	56.685	55.977	57.040
Máq. Para fabricação de feltros	5.236	4.225	24.371	20.192	8.581	22.471
Máquinas de lavar roupas	234	1.182	11.314	11.574	2.608	5.024
Máq. Para lavar, limpar, espremer, passar, tingir, etc	13.256	36.560	77.453	72.161	58.331	62.472
Máquinas de Costura	49.822	80.955	150.606	73.682	53.186	63.771
<b>Total</b>	<b>377.040</b>	<b>337.353</b>	<b>738.606</b>	<b>467.879</b>	<b>373.376</b>	<b>452.684</b>

Fonte: SECEX e ABIT  
Elaboração própria

Apesar do crescimento das importações de máquinas, o parque de fiação brasileiro é velho. Os fusos têm, em 1999, uma idade média de quase dez anos. Enquanto os rotores (open end), bem mais novos, têm, em média, três anos. Contudo, conforme demonstra a Tabela 2, o número de anos destes equipamentos teve expressiva queda desde 1990, os fusos tinham mais de quinze anos e os rotores quase seis anos de idade média. O dado interessante é a queda no número de fusos de nove milhões de unidades, para cinco e o crescimento do número de rotores de 171 mil, para quase trezentos mil, ainda que, de modo geral, haja muito mais fusos do que rotores.

<sup>19</sup> A Alemanha é tradicional produtora de teares circulares; o Japão, de teares retilíneos e de máquinas de bordar; a Áustria produz máquinas para estamperia, com a moldura rotativa em até 12 cores; e, a Suíça, produz as de lavar, secar e compactar a malha.

**TABELA 2**  
**Parque de Fiação Brasileiro**  
**1990 / 1999**

Máquinas	Máquinas instaladas		Idade média	
	1990	1999	1990	1999
Fusos	9.420.174	5.523.233	15,4	9,3
Rotores	171.945	292.284	5,7	3,1

Fonte: IEMI Apud: GORINI, 2000.  
Elaboração própria

Pode-se notar ainda (Tabela 3) que o parque de tecelagem também é predominantemente de tecnologia ultrapassada. Os teares com lançadeira têm maioria esmagadora em nosso parque industrial, cerca de 74% dos teares são teares com lançadeira. Entretanto, estão sendo substituídos progressivamente pelos modelos mais avançados. Os teares a jato de água cresceram quase cinco vezes, os a jato de ar cerca de quatro vezes, os a pinça aproximadamente 45% e, finalmente, os de projétil, 30%. Além disso, a idade média de todos os tipos de teares vem caindo ao longo da década.

**TABELA 3**  
**Idade média do parque de Tecelagem Brasileiro**  
**1990 / 1999**

Máquinas de tecelagem	Máquinas instaladas		Idade média	
	1990	1999	1990	1999
Tear a pinça	17.541	25.684	9,7	6,1
Tear a jato de ar	1.610	6.526	3,9	1,0
Tear a jato de água	53	254	1,0	1,0
Tear de projétil	4.163	5.420	8,6	6,7
Tear de lançadeira	141.100	107.692	22,2	18,8

Fonte: IEMI Apud: GORINI, 2000.  
Elaboração própria

O parque de confecção também apresenta forte queda na idade média das máquinas. As máquinas de costura reta, overloque, interloque e corte tinham, em 1990, oito anos de idade média. Este número cai para espantosos 2,2 anos. Adicionalmente, os quatro tipos de máquinas crescem em número de unidades para o mesmo período (GORINI, 2000).

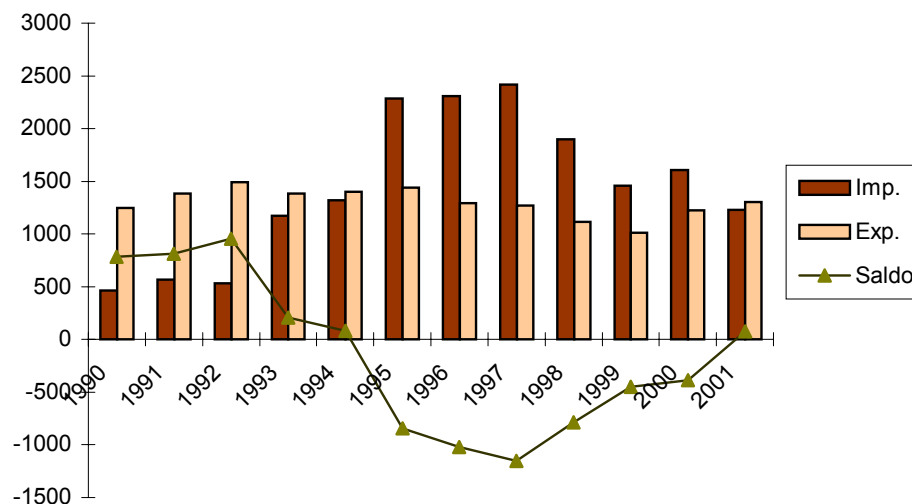
Contudo, se a abertura econômica propiciou avanço tecnológico, implicou na entrada massiva de produtos manufaturados têxteis de outros países, que passavam a

concorrer com os brasileiros, como já foi assinalado. O impacto do crescimento das importações na balança comercial têxtil brasileira está registrado no Gráfico 3.

A evolução da balança comercial têxtil indica claramente o que foi uma tendência generalizada na economia brasileira, com a abertura comercial. Era superavitária até 1995 quando, então, atinge um déficit comercial de US\$ 846 milhões. Este déficit alcança a cifra de US\$ 1,1 bi em 1997. A partir de 1998 esboça-se uma recuperação: o saldo, ainda deficitário, sobe para US\$ -780 milhões. No ano seguinte, o saldo fica em US\$ -433 milhões. A meta para o setor, de acordo com a Associação Brasileira da Indústria Têxtil (ABIT), era zerar o saldo da balança comercial em 2000 e, até 2005, alcançar um superávit US\$ 3 bilhões.

A estratégia para alcançar este valor estaria em reduzir as importações dos atuais US\$ 1,4 bilhões para US\$ 1 bilhão e, além disso, em aumentar as exportações do patamar de US\$ 1 bilhão até atingir o valor de US\$ 4,3 bilhões. De fato, o que ocorreu foi uma recuperação um pouco mais discreta: em 2000 o saldo ainda fica negativo, em US\$ 384 milhões e, somente em 2001, o saldo fica positivo em US\$ 74 milhões.

**GRÁFICO 3**  
**Balança Comercial de Produtos Têxteis**  
**Brasil – 1990 / 2001** (em US\$ 1.000.000 FOB)



Fonte: ABIT / Sintex / Secex  
Elaboração própria

Na balança comercial têxtil, além dos produtos manufaturados, temos um insumo de fundamental importância incluído: o algodão. Este é considerado o principal insumo da indústria têxtil nacional que, principalmente em Santa Catarina, é baseada em produtos de cama, mesa e banho (Teka, Artex, Döhler, Karsten e Buettner) e vestuário

de produtos de malha (Hering, Marisol, Malwee e Sulfabril). Ou seja, todos esses produtos têm como matéria-prima básica o algodão.<sup>20</sup> No Brasil, cerca de 75% da produção têxtil é realizada tendo como matéria-prima a fibra de algodão.<sup>21</sup>

O Brasil ainda não é auto-suficiente na produção de algodão, ou seja, tem déficit entre sua produção e seu consumo interno. Verifica-se na Tabela 4 que a produção de algodão teve uma forte queda na década de 1990, em especial nos anos de 1993 e 1997.

Contudo, se observa um movimento de crescimento na produção do algodão nos últimos anos, ainda que em 1999 ela mantenha-se abaixo dos níveis alcançados no início da década: foram produzidas cerca de 526 mil toneladas, enquanto em 1990 a produção resultou em 665,7 mil toneladas. Segundo estimativa da Embrapa Algodão, de Campina Grande (PB), a produção de algodão para 2000 seria de 650 mil toneladas e foi, na realidade, de 700 mil toneladas, superando as expectativas. As estimativas da ABIT para 2001 já alcançam quase 860 mil toneladas.<sup>22</sup>

A expectativa de retomada da produção de algodão estimulou a assinatura de um contrato de exportação do produto para uma *trading* suíça. Há mais de dez anos o Brasil não exportava algodão, haja visto que não supria nem mesmo sua demanda interna. Foram exportadas 300 toneladas à Argentina no início de 2000 e o contrato de exportação para a *trading* suíça prevê mais 800 toneladas, que serão produzidas no Mato Grosso.<sup>23</sup>

A migração da produção nacional para o Centro-Oeste gerou um crescimento da produção nesta região de mais de 800%, uma estabilidade produtiva no Norte/Nordeste e uma forte queda na produção de algodão da região Sul/Sudeste de 74%. Estes são aspectos marcantes das mudanças na indústria têxtil nacional, na década de 1990, registrados numericamente na Tabela 4. A política de incentivos fiscais do Mato Grosso foi fundamental nessa reconfiguração regional da produção de algodão. A partir de 1997, foi criado um programa que previa redução de ICMS entre 25% e 75% de acordo com a qualidade do algodão colhido. Além disso, o governo do Mato Grosso vem investindo em pesquisa. A previsão era de que o estado colhesse cerca de 48% da safra brasileira de 2000.<sup>24</sup>

<sup>20</sup> BNDES, *O Complexo Têxtil Brasileiro*, 1997, e BNDES, *O setor de cama, mesa e banho*, 1998.

<sup>21</sup> Gazeta Mercantil, *Relatório Indústria Têxtil*, 08/06/2000.

<sup>22</sup> Gazeta Mercantil, cad. Santa Catarina, 30/05/2000.

<sup>23</sup> Gazeta Mercantil, 31/05/2000, p. B20.



**TABELA 4**  
**Produção de Algodão em Pluma por região**  
**Brasil – 1990 / 2001 (em mil toneladas)**

Regiões	Anos							
	1990	1992	1993	1995	1997	1999	2000	2001*
N/NE	88,1	81,2	53,4	87,6	59,1	37,8	93,2	85,9
CO	74,0	92,4	80,8	135,6	123,9	361,9	470,2	642,5
S/SE	503,6	493,5	286,0	313,9	122,9	120,9	136,9	129,8
<b>Total</b>	<b>665,7</b>	<b>667,1</b>	<b>420,2</b>	<b>537,1</b>	<b>305,9</b>	<b>520,6</b>	<b>700,3</b>	<b>858,2</b>

\* Estimativa  
 Fonte: Abit  
 Elaboração própria

Diferentemente do que ocorreu no âmbito da produção, o consumo industrial do algodão, ao longo da década de 1990, seguiu um movimento de relativa estabilidade (Tabela 5), somente apresentando crescimento em 1999. A partir de 1993, com a queda acentuada da produção interna, chegou a abastecer pouco mais de 50% da demanda nacional. Conforme já assinalado, a demanda interna de algodão em 1999 foi de 850 mil toneladas para uma produção de 520 mil toneladas, ou seja, verificou-se um déficit de 330 mil toneladas. Segundo dados da ABIT, em 2000 o consumo industrial de algodão no Brasil alcançou 974 mil ton. e, se a produção foi de 700 mil ton., ainda verifica-se um déficit de quase 300 mil toneladas.

O Programa de Recuperação da Cotonicultura Brasileira prevê, para 2004, um equilíbrio entre produção e consumo de algodão no país. Para isso recolhe um percentual do valor do algodão comprado que é investido em pesquisa e melhorias das plantações. Segundo os prognósticos dos técnicos responsáveis pelo programa, a produção do algodão deve chegar a 900 mil toneladas em quatro anos, superando, dessa forma, a demanda interna, que tem se mantido em torno de 800 mil toneladas.<sup>25</sup>

O grande crescimento das importações de produtos têxteis na década de 1990, portanto, também está ligado à importação do algodão, como insumo fundamental do processo de produção têxtil. Além da produção de algodão nacional não ser suficiente à demanda interna, o algodão importado, segundo as fontes empresariais, tem melhor qualidade e prazos de pagamento bem mais elásticos que o nacional (as empresas têm cerca de um ano para pagar os produtores internacionais). De acordo com dados da ABIT, somente no ano de 2000 foram importadas 303 mil toneladas de algodão.

<sup>24</sup> Idem.

<sup>25</sup> Gazeta Mercantil, *Relatório Indústria Têxtil*, 08/06/2000.

**TABELA 5**  
**Consumo Industrial de Algodão em Pluma por Região e em Santa Catarina**  
**Brasil – 1992 / 1999 (em mil toneladas)**

Regiões / Estados	Anos							
	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Nordeste	176,0	247,1	259,1	252,1	278,8	303,2	308,4	333,2
Sudeste	423,2	427,7	404,7	381,8	382,3	333,8	314,2	341,6
Sul	133,0	146,0	160,0	156,2	153,1	152,8	152,5	167,9
Santa Catarina	81,9	90,7	97,8	91,7	85,9	90,0	87,9	95,1
<b>Total</b>	<b>741,6</b>	<b>829,5</b>	<b>836,6</b>	<b>803,7</b>	<b>829,1</b>	<b>798,7</b>	<b>782,9</b>	<b>849,5</b>

Fonte: Abit  
 Elaboração própria

Em relação à produção de fibras químicas, a Tabela 6 mostra que também houve crescimento na produção interna deste tipo de fibra de cerca de 50%. No total da produção das fibras químicas, as sintéticas (por exemplo, o poliéster, o acrílico e o polipropileno) cresceram 66%, enquanto as artificiais (com a viscose e o acetato), na realidade, tiveram sua produção diminuída em 33,5%. O fato é que as fibras artificiais têm uma participação muito pequena no total da produção das fibras químicas, cerca de 7%, o que faz com que não seja significativa a queda de sua produção em relação ao total das fibras químicas.

**TABELA 6**  
**Produção de fibras e filamentos químicos**  
**Brasil – 1990 / 2000 (em mil toneladas)**

Fibras	Anos						
	1990	1992	1993	1995	1997	1999	2000
Artificiais	54,6	56,2	56,7	53,0	36,4	34,6	36,3
Sintéticas	280,6	294,7	320,1	335,2	350,6	411,5	467,0
<b>Total</b>	<b>335,3</b>	<b>349,0</b>	<b>376,8</b>	<b>388,3</b>	<b>387,1</b>	<b>446,1</b>	<b>503,4</b>

Fonte: Abit  
 Elaboração própria

Por outro lado, o consumo industrial das fibras químicas vem crescendo continuamente ao longo da década, chegando a um crescimento de 120% entre 1990 e 2000. Mais uma vez, as fibras artificiais apresentaram uma pequena queda que, todavia, não é sentida devido à baixa representação que este tipo de fibra tem no consumo total das fibras químicas. As fibras sintéticas, por sua vez, tiveram seu consumo industrial incrementado em 142% (Tabela 7).

Pode-se notar um déficit também na relação entre a produção e o consumo nacional das fibras sintéticas, não só em relação ao algodão. A produção nacional deste tipo de fibra foi de 467 mil toneladas, enquanto seu consumo industrial foi 657 mil toneladas, em 2000. Ou seja, houve um déficit de 190 mil toneladas neste ano. Buscando suprir a falta de fibras químicas no mercado interno, portanto, foram importadas aproximadamente 134 mil toneladas somente de acrílico, poliamida e poliéster.

**TABELA 7**  
**Consumo de fibras e filamentos químicos**  
**Brasil – 1990 / 2000 (em mil toneladas)**

Fibras	Anos						
	1990	1992	1993	1995	1997	1999	2000
Artificiais	41,8	41,1	54,0	51,9	33,4	32,7	31,6
Sintéticas	271,6	293,0	347,8	424,0	471,3	530,9	657,3
<b>Total</b>	<b>313,4</b>	<b>334,1</b>	<b>401,8</b>	<b>475,9</b>	<b>504,7</b>	<b>563,6</b>	<b>688,9</b>

Fonte: Abit  
Elaboração própria

Sinteticamente, então, a abertura econômica da década de 1990, gerou uma forte concentração de capital nas indústrias de fiação e tecelagem e, por outro lado, a indústria do vestuário continua extremamente pulverizada, as grandes indústrias passaram por forte processo de reestruturação, com intensificação da terceirização em muitos casos e, finalmente, a configuração regional da produção têxtil e de vestuário sofreu alteração. Como Ana Paula Gorini (op. cit.) demonstra, entre 1995 e 1999:

- ✓ Em relação à produção de tecidos planos, a participação das regiões sul e nordeste cresceu de 11% para 14% e de 17% para 23%, respectivamente, enquanto a região sudeste perdeu dez pontos percentuais em sua participação: caiu de 68% para 58%.
- ✓ Por outro lado, na produção de fios o destaque é o forte crescimento da região nordeste, de 30% para 40% e a queda na da região sudeste: de 48%, para 40%.
- ✓ Na produção de malhas, a região sul alcança 58% de participação, enquanto a sudeste chega a 38%. Estes percentuais não apresentam alteração significativa no período.

Além disso, a retomada das exportações a partir de janeiro de 1999, com a desvalorização cambial, parece haver se fortalecido. Atualmente, entrou em vigor um acordo bilateral entre o Brasil e a União Européia que suspende o limite de cotas para os produtos têxteis brasileiros. O acordo beneficia principalmente os produtos de tecido de algodão, como as camisetas, os jeans e os produtos de cama, mesa e banho, que já estavam com seus limites quase esgotados. Essa abertura representará um incremento de US\$ 500 milhões no faturamento do setor nos próximos dois anos. O acordo foi assinado dia 08 de agosto e entrou em vigor dia 01 de novembro.<sup>26</sup>

---

<sup>26</sup> [www.abit.org.br](http://www.abit.org.br), visitado em 15/11/2002.

### **CAPÍTULO 3 – FIAÇÃO, TECELAGEM E VESTUÁRIO EM SANTA CATARINA**

O setor têxtil foi selecionado como objeto da pesquisa em Santa Catarina, devido à sua relevância na dinâmica econômica catarinense, em termos de produção e geração de empregos. O total de trabalhadores empregados na indústria têxtil catarinense constitui 27% do total assalariado no setor industrial e 9,5% do total geral do estado.<sup>27</sup>

Nacionalmente, as empresas de Santa Catarina também têm relevância: a Teka ficou em 363º lugar e a Hering em 385º no *ranking* nacional da Revista Exame.<sup>28</sup> Especialmente nos subsetores de cama, mesa e banho e artigos de vestuário Santa Catarina se destaca.

No setor de cama, mesa e banho, as maiores empresas, de acordo com o faturamento em 2001, foram a Teka (R\$ 394 mi), a Karsten (R\$ 188 mi), a Döhler (R\$ 162 mi), a Buettner (R\$ 129 mi), a Altenburg (R\$ 70 mi) e a Lepper (R\$ 54).<sup>29</sup> Todas elas com sede em Santa Catarina, sendo que: Teka e Karsten em Blumenau, Döhler e Lepper em Joinville e, finalmente, Buettner em Brusque.

E é justamente este o subsetor têxtil que mais exporta. Santa Catarina foi o estado que mais exportou em 1997 – US\$ 185.272 mil em artigos de cama, mesa, banho e copa-cozinha. Em seguida vem São Paulo com, apenas, US\$ 11.458 mil. Os dois estados juntos representaram, em 1997, 96% das exportações totais desses artigos (Gráfico 4).<sup>30</sup>

---

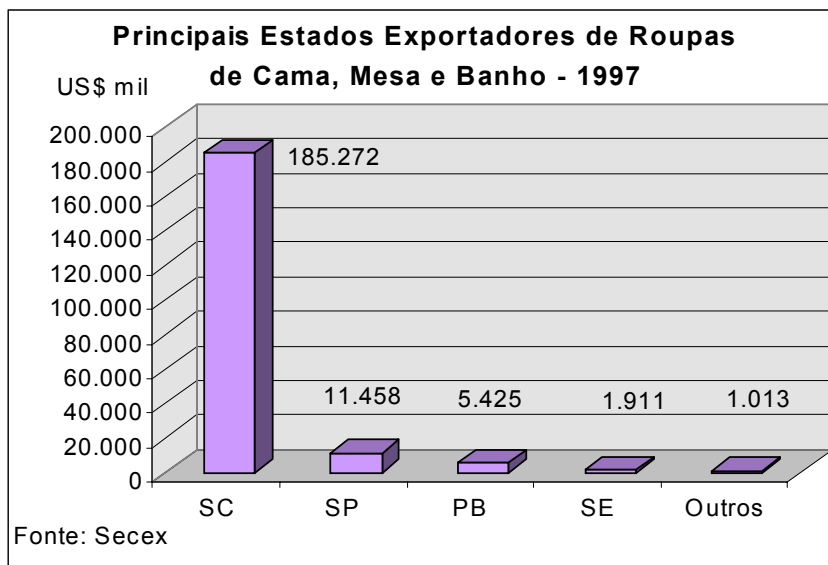
<sup>27</sup> Os dados referem-se à base de dados da RAIS, do Ministério do Trabalho, alimentada de questionários preenchidos anualmente pelas empresas. Logo, o mercado informal e precarizado, que vem crescendo de forma contínua e permanente, principalmente no setor têxtil, não está contemplado.

<sup>28</sup> Exame, *Melhores e Maiores 2002*.

<sup>29</sup> Gazeta Mercantil, *Balanço Anual 2002*.

<sup>30</sup> BNDES, Relato Setorial nº 8, 1998.

GRÁFICO 4



Apud: BNDES, Relato Setorial nº 8, 1998.

A balança comercial no setor de cama, mesa e banho, com um saldo extremamente favorável, alcançou US\$ 230 mi em 1993. Em 1997 ficou em US\$ 185 mi,<sup>31</sup> o que é coerente com a deterioração dos indicadores econômico-financeiros de grande parte das empresas do setor, que vêm acumulando crescentes déficits desde o Plano Real. Apesar de não terem sido encontrados dados mais atualizados da balança comercial do subsetor de cama, mesa e banho, esse quadro deve ter sofrido alteração, já que a desvalorização do Real frente ao Dólar ocorrida no início de 1999, provoca um encarecimento das importações e, portanto, um barateamento das exportações, fazendo com que as empresas nacionais fiquem mais competitivas em relação à produção de empresas do exterior.

Em relação aos artigos de vestuário, as duas maiores empresas destes produtos também são catarinenses: Hering, que faturou em 2001 R\$ 338 milhões, e Marisol com R\$ 218 milhões.<sup>32</sup> A primeira com sede em Blumenau e, a segunda, em Jaraguá do Sul. Contudo, é importante lembrar que a Malwee, outra grande empresa de Jaraguá do Sul, tem capital fechado e, portanto, não entra na listagem da Revista, mas provavelmente ficaria em terceiro ou quarto lugar.

Outro ponto importante a ser ressaltado é o saldo da balança comercial têxtil catarinense. Os dados estão disponibilizados pelo Sintex a partir de 1998 até 2001: as importações caíram de um patamar de 200 milhões de dólares em 1998, para 78 milhões

<sup>31</sup> Gazeta Mercantil, *Balanço Anual 2002*.

<sup>32</sup> Idem.

em 2001. Por outro lado, as exportações não apresentaram grande variação: foram, em 1998, 267 milhões de dólares e, em 2001, chegaram a 284 milhões de dólares.

Portanto, o saldo da balança comercial têxtil catarinense está em constante crescimento no período citado. Em 1998 foi de 66 milhões de dólares, em 1999 cresceu para 102 milhões, em 2000 ficou em 162 milhões e, em 2001, a performance da indústria têxtil catarinense foi ainda melhor, o saldo da balança comercial ficou em 206 milhões de dólares.

A característica exportadora da indústria catarinense é, aqui, confirmada se confrontarmos estes dados com os da balança comercial têxtil brasileira que amargou resultados negativos de 1995 a 2000, somente atingindo um patamar positivo em 2001 e de apenas 74 milhões de dólares.

### **3.1. Colonização e industrialização no Vale do Itajaí**

A indústria têxtil catarinense fica localizada predominantemente no Vale do Itajaí (Mapa 1). As cidades de Blumenau, Brusque e Jaraguá do Sul são sede das maiores indústrias têxteis do estado. Blumenau tem a industrialização mais antiga. A Hering iniciou suas atividades em 1880 e a Karsten em 1882, ambas em Blumenau. Em 1926 foi inaugurada a Teka (Tecelagem Kuehnrich), em 1937 a Artex começou a fabricar seus produtos e, finalmente, em 1947 a Sul Fabril abriu as portas.

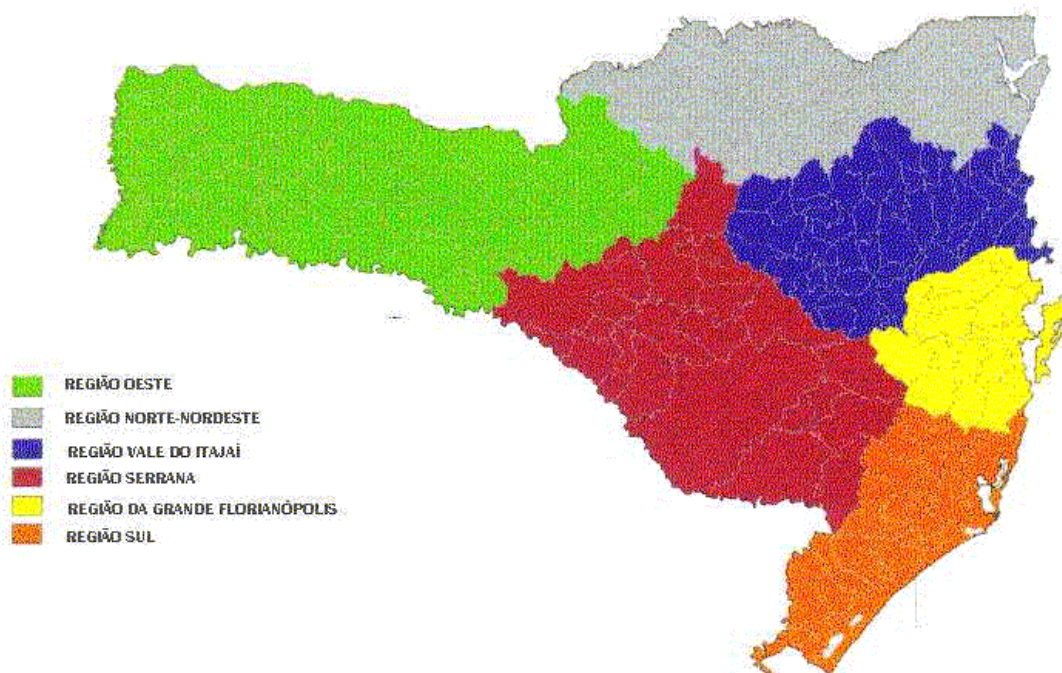
Em Brusque, a Tecidos Carlos Renaux foi a indústria pioneira. Começou suas atividades em 1892, a partir do trabalho de tecelões poloneses que encontraram em Carlos Renaux um comerciante disposto a investir na nova indústria. Em 1900, foi instalada a fiação, anexa à tecelagem da fábrica Renaux, cuja importância histórica reside no fato de ter sido a primeira fiação de algodão de Santa Catarina (HERING, 1897). Ainda em Brusque, a Buettner foi fundada em 1898, como fábrica de bordados, devido à habilidade da mulher e da nora de Eduardo Von Buettner.

As máquinas eram provenientes da Inglaterra, Estados Unidos e Alemanha. Um outro aspecto comum a essas indústrias do final do século XIX era sua localização próxima a fontes de água, porque os teares eram movidos por força hidráulica. Hering e Karsten importavam o fio da Alemanha, Renaux comprava sua matéria-prima – o algodão – da Inglaterra. Com a implantação das fiações, o algodão passou a ser comprado do Nordeste, mas havia muita perda devido à baixa qualidade do produto nordestino.

A industrialização de Jaraguá do Sul é mais recente. As duas maiores indústrias que têm sede na cidade, Marisol e Malwee, não chegam a ter quarenta anos. A Marisol foi

fundada em 1964, dedicando-se à produção de chapéus. Entretanto, buscando diversificar a produção, incorporou ao seu patrimônio uma malharia em 1968, passando a produzir artigos de malha. A Malwee Malhas, que iniciou suas atividades com apenas quatro operários em 1968, hoje conta com cerca de 4.000 trabalhadores.

**MAPA 1**  
**Regiões de Santa Catarina**



Segundo Florestan Fernandes (1981), o imigrante desempenhou os principais papéis econômicos que dinamizaram a evolução capitalista no Brasil. Em primeiro lugar, por se constituir no agente original do trabalho livre. Em segundo lugar, apesar de sua condição de substituto da força de trabalho escrava, o imigrante logo se converteu no único elemento (além dos representantes da ordem senhorial) que possuía poder aquisitivo real, contribuindo para ampliar tendências de consumo típicas das "sociedades modernas". Desse modo, concorreu para intensificar o desenvolvimento do capitalismo comercial e financeiro no país e ocupar posição destacada na diversificação e expansão da produção destinada ao consumo interno. Os imigrantes alemães se concentraram no sul do país e, de acordo com Maria Luiza Renaux Hering (1987)<sup>33</sup>, as colônias alemãs foram as primeiras a tentar a industrialização em detrimento da prática agrícola,

<sup>33</sup> É de fundamental importância apontar que a autora tem origem em duas das famílias mais importantes da indústria têxtil catarinense: Renaux e Hering. A primeira é proprietária de duas empresas: Carlos Renaux e Renaux. A segunda possui a maior indústria de camisetas de malha do país.



generalizada no período. Somente entre os anos de 1860-90 registrou-se a entrada de 7.111 alemães em Blumenau (LOMBARDI, 2001).

As colônias alemãs tinham sua base na pequena propriedade, com a família sendo a unidade produtora, enquanto o resto do país tinha base econômica no latifúndio e usava preponderantemente a força de trabalho escrava. No processo de industrialização dessas colônias, foi de fundamental importância o que Hering (op. cit., p. 27) considera como características do imigrante alemão:

*...o imigrante trouxe uma mentalidade imbuída de ética que dele exigia ECONOMIA, MODERAÇÃO E AUTO-CONTROLE no comportamento, valores esses justamente destacados como pressuposto mais imperioso para a industrialização, nos países líderes desse processo, do que a própria posse de capital.*

Dessa forma, o imigrante alemão parecia encarnar o “moderno ethos econômico” que Max Weber (1985) analisou nas suas relações com a ética racional do protestantismo ascético, ao pensar as peculiaridades do capitalismo ocidental. Segundo Weber, o racionalismo econômico, “embora dependa parcialmente da técnica e do direito racional, é ao mesmo tempo determinado pela capacidade e disposição dos homens em adotar certos tipos de conduta racional”. Considerando que as religiões e seus ideais éticos de dever estão entre “importantes elementos formativos da conduta”, o autor destaca aspectos da ética protestante que a aproximam da racionalidade capitalista.

Na análise de Weber, as idéias de predestinação, principalmente entre os calvinistas, combinam-se com um comportamento sóbrio e industrioso tanto por parte do capitalista, quanto por parte do trabalhador. A vocação é considerada uma ordem divina, ou seja, o trabalho vocacional é a tarefa ordenada por Deus. O labor especializado e encarado como vocação é justificado em termos de “amor ao próximo” e é o promotor da glória de Deus, enquanto se critica o gozo espontâneo da vida. Assim, o trabalho, visto como um fator preventivo contra as tentações do ócio e da riqueza, deveria ser a finalidade de vida do homem religioso. Entretanto, a riqueza deveria ser buscada na medida em que também era uma forma de glorificação divina. As diferenças de classe, inclusive, eram explicadas em termos da vontade divina e era um dever religioso permanecer nos limites impostos por ordens divinas.

O capitalista protestante, portanto, adota uma postura de acumular o capital. Primeiro, devido ao fato da riqueza ser explicada como glorificação divina, é por isso que ele a busca incessantemente. Em segundo lugar, porque a riqueza devia ser usada não para o gozo espontâneo da vida, mas para fins de necessidades práticas e úteis. O estilo

de vida do protestante era, acima de tudo, sóbrio. Então, a máxima do homem protestante era “ganhar tudo o que for possível e economizar o máximo possível” (WEBER, 1985).

Na sala de jantar da família Hering do final do século XIX, havia um quadro pendurado com os dizeres: “a glória do cidadão é o labor e o prêmio do esforço é a prosperidade” (HERING, op. cit.). Tal frase revela uma inequívoca proximidade com a ética protestante analisada por Weber. Do mesmo modo, a idéia de que os negócios deveriam crescer apenas com recursos familiares, tendo a restrição nos gastos particulares papel fundamental na acumulação de capital para reinvestimento na empresa capitalista, orienta a prática empresarial da família Hering, segundo o estudo.

Para Calvino, a massa de trabalhadores deveria manter-se pobre para que se conservasse obediente a Deus. O trabalhador protestante, portanto, potencialmente era fiel e conformista. Por um lado, porque buscava incessantemente permanecer dentro dos limites divinos. Por outro, era extremamente dedicado ao trabalho, considerando-o a tarefa “ordenada por Deus”. A exploração do trabalho estava, dessa forma, justificada pelos princípios religiosos.

Para Weber, “o puritano queria tornar-se um profissional, e todos tiveram que segui-lo”. Ele reconhece com um certo pessimismo, por outro lado, que na sociedade em que viveu o capitalismo não necessitava mais do suporte religioso que um dia foi um de seus fatores de impulsão. Segundo Weber, o acúmulo de capital tornava-se um fim em si mesmo e as qualidades morais da ética protestante não permeavam mais as relações capitalistas.

Citando Sérgio Buarque de Holanda em seu “Raízes do Brasil”, Hering assinala que o comportamento do imigrante alemão era próprio das populações nórdicas protestantes e caracterizado pela disciplina, obediência e ordem. De acordo com a autora, observa-se nos operários alemães e seus descendentes “um comportamento pouco crítico em relação às suas condições de vida” (1987, p. 157).

Desse modo, a aparente falta de contradição entre capital e trabalho na indústria têxtil de Santa Catarina teria, segundo interpretação da autora, um de seus fatores explicativos na origem dos imigrantes alemães e no tipo de colonização realizada por eles. Outro provável fator é a relação de paternalismo estabelecida entre o capitalista e os trabalhadores, que permeou as condições de trabalho, pelo menos nos primórdios da empresa. Note-se que, ao iniciar suas atividades, a Cia. Hering construiu moradias para os operários e as refeições eram preparadas no local de trabalho. Além disso, Bruno Hering, um dos fundadores da empresa, criou uma biblioteca para os trabalhadores. Já a fábrica de Carlos Renaux era cercada de hortas e pastos e a carne bovina era distribuída

aos operários mediante o pagamento de um preço mínimo. Além desses fatores já citados, a origem comum dos capitalistas e trabalhadores, como colonos, também teria sido um elemento de amortecimento social nas relações de trabalho (HERING, 1987).

Na publicação comemorativa do centenário da Cia. Hering, em 1980, a propalada harmonia entre capital e trabalho é enfatizada nos depoimentos de um trabalhador da empresa e de um líder sindical, transcritos a seguir (HERING, 1980, p. 53):

*Eis o que vemos na Cia. Hering, onde dirigentes e dirigidos se congraçam e se confundem num clima de trabalho, de disciplina e de respeito. Há, ali, uma simbiose perfeita entre o capital e o trabalho. Não há, ali, superiores nem inferiores, mas tão-somente soldados do trabalho empenhados na batalha da produção. O que vemos ali é um organismo sadio e equilibrado, que muito bem sabe e melhor compreende que a cabeça por si só nada faria, não fosse o concurso de mãos hábeis, capazes e dedicadas.*

*No mundo só há paz e progresso uma vez que o capital se harmonize perfeitamente com o trabalho. E, neste particular, força é proclamar-se que encontramos este princípio posto em prática em toda sua vitalidade justamente na Cia. Hering. Vai nisto o testemunho de um dirigente sindical que tem encontrado para seu órgão de classe a mais completa aceitação e maior receptividade possível em todas as suas reivindicações. Vai, mais do que isto, o testemunho de um simples operário que, feliz, vê sempre elevado num plano superior os naturais dissídios de trabalho e, sobretudo, que pode testemunhar a inexistência de conflitos coletivos na empresa em que trabalha.*

Segundo informações da empresa, até 1980 a Cia. Hering jamais havia enfrentado uma greve de trabalhadores. Em contrapartida, na região de Blumenau, a primeira greve do setor data de 1920. Depois houve greves em 1949 e 1950, esta realizada sem o apoio do sindicato dos trabalhadores. Em 1989, houve a última greve na cidade, foi considerada a de maior porte, contou com um alto índice de adesão e foi organizada com o apoio do sindicato de trabalhadores local.

Não coincidentemente, é neste ano que ocorre a eleição da nova diretoria, cuja chapa era "Força Operária" e tinha como principal mote de campanha o rompimento com a postura "pelega" da direção anterior do sindicato. Esta paralisação atingiu a Cia. Hering assim como todas as outras indústrias têxteis da região. Cerca de 30 mil trabalhadores têxteis pararam suas atividades por doze dias e obtiveram 33% de reajuste salarial. A reivindicação, entretanto, era de 87,6% de reposição. Todos os movimentos grevistas foram motivados por reivindicações de melhores salários e condições de trabalho.

De acordo com declaração do presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Brusque, Aníbal Boettgre, a primeira greve do setor no município data de 1930, quando os tecelões da indústria Carlos Renaux paralisaram suas atividades devido às mudanças implantadas pela legislação trabalhista de Getúlio Vargas, que limitava o número de horas trabalhadas. Para aqueles trabalhadores isso reduziu sua remuneração, haja visto que esta era definida de acordo com o tempo de trabalho.

Em 19 de dezembro de 1952 teve início nova greve em Brusque, motivada pelo não cumprimento de decisão judicial trabalhista sobre reajuste salarial. A primeira empresa a parar, foi a Fábrica de Tecidos Carlos Renaux. Posteriormente, os operários da Buettner também entraram em greve e os trabalhadores da Cia. Industrial Schlösser só não aderiram completamente, porque a Companhia concordou em conceder o reajuste. Esta paralisação durou 37 dias, que não foram pagos aos trabalhadores, e contou com o apoio de cerca de quatro mil trabalhadores. Esta paralisação foi considerada vitoriosa não somente porque se conseguiu que as empresas pagassem o reajuste definido judicialmente, mas pelo fato do movimento haver realmente acontecido (NIEBUHR, 1997).

Em 1986 ocorreu nova paralisação reivindicando melhores salários, quando a categoria conquistou 20% de reajuste salarial. Em 1987, novo movimento grevista teve a adesão de poucas indústrias, dentre elas a Schlosser e a Buettner. A paralisação durou oito dias e teve como resultado a demissão por justa causa de 220 operários, inclusive de dirigentes sindicais. Posteriormente, foi negociada a retirada da justa causa do motivo dos afastamentos. Entretanto, as demissões foram mantidas. Em Jaraguá do Sul nunca houve greve dos trabalhadores têxteis, segundo declaração do presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário de Jaraguá do Sul, Gildo Alves. Assim, no setor têxtil, o número de greves, paralisações ou manifestações públicas é muito pequeno em Santa Catarina, em relação a outros centros industriais.

### **3.2. Atual contexto do setor**

#### ***3.2.1. Indicadores produtivos e financeiros***

À primeira vista, o crescimento do número de empresas de 2.841, no início da década, para 5.740, em 2001, pode parecer paradoxal quando se fala tão exaustivamente da crise sofrida pelo setor no período estudado (Tabela 8).

Contudo, uma observação mais detalhada revela que esse crescimento ocorreu entre as empresas com até 99 empregados, ou seja, micro e pequenas. As grandes e

médias empresas do setor fecharam suas portas ou enxugaram drasticamente seus quadros de força de trabalho. Desse modo, em relação ao porte das empresas, podemos observar que houve um encolhimento delas, quando se considera o número de trabalhadores empregados. Sem dúvida, as políticas econômicas dos governos brasileiros dos anos 1990, que desestruturaram diversos segmentos produtivos do país, concorrem de modo efetivo para essa situação.

**TABELA 8**  
**Estabelecimentos na Indústria Têxtil por Tamanho (nº de empregados)**  
**Santa Catarina – 1990 / 2001**

Tamanho (nº empregados)	Anos							
	1990	1992	1993	1995	1996	1998	2000	2001*
0 empregados	352	575	489	725	686	535	498	587
até 4 emp.	1.387	1.396	1.578	1.773	1.686	1.939	2.270	2.491
de 5 a 9 emp.	367	380	434	521	529	715	923	999
de 10 a 19 emp.	269	279	299	371	387	471	679	770
de 20 a 49 emp.	208	213	257	296	294	406	542	579
de 50 a 99 emp.	109	89	92	113	117	136	152	151
de 100 a 249 emp.	81	87	98	85	80	71	95	98
de 250 a 499 emp.	31	24	27	30	31	26	37	33
de 500 a 999 emp.	15	16	19	21	21	19	15	23
1000 ou + emp.	22	11	17	13	10	8	11	9
<b>Total</b>	<b>2.841</b>	<b>3.070</b>	<b>3.310</b>	<b>3.948</b>	<b>3.841</b>	<b>4.326</b>	<b>5.222</b>	<b>5.740</b>

\* Dados preliminares

Fonte: Rais / MTe

Elaboração própria

As empresas têxteis com maior poderio econômico mantiveram-se no mercado à custa de intensa reestruturação produtiva. O uso de tecnologia para aumentar a produtividade do trabalho, as novas formas de organização da produção e a introdução massiva da terceirização para reduzir os custos do trabalho resultam em forte aumento dos níveis de desemprego e subemprego no setor têxtil. Nesse quadro, o crescimento explosivo de micro e pequenas empresas têxteis na década de 1990 pode ser pensado como consequência da expulsão de enorme contingente de trabalhadores do mercado formal de trabalho e das tentativas desses trabalhadores de se reinserir no mercado, agora na condição de autônomos.<sup>34</sup>

<sup>34</sup> Mais sobre pequenas e médias empresas têxteis ver o cuidadoso trabalho de Hoyêdo Nunes Lins (2000).

Esse contexto fica muito concreto quando se observa o exemplo da Hering que empregava cerca de 12.000 trabalhadores no início da década e hoje conta com aproximadamente 4.000. Nesta empresa, a terceirização atingiu gigantescas proporções. Isto se deve ao fato de suas estratégias competitivas estarem mais diretamente ligadas à valorização das marcas da indústria e do varejo dos produtos. Portanto, a Hering atualmente está muito mais próxima do consumidor do que da linha de produção.

Os dados que serão apresentados a seguir (tabelas 9, 10 e 11) estão diretamente relacionados à atividade no setor. São números de consumo de energia elétrica, de utilização da capacidade instalada e de crescimento da produção física industrial em relação ao ano anterior.

O consumo de energia elétrica pela indústria têxtil catarinense (Tabela 9) mostra-se crescente ao longo da década, tendo seu ponto alto no ano de 1994, quando atingiu o pico de 795.747 MWh. Nesse ano somente a indústria têxtil foi responsável por mais de 20% do consumo total da energia industrial de Santa Catarina. A partir de 1994, há uma leve queda no consumo energético, o que condiz com o quadro de decréscimo da atividade no setor têxtil.

**TABELA 9**  
**Consumo de energia elétrica na indústria**  
**têxtil – SC – 1989 / 1999**

<b>Anos</b>	<b>Consumo (em MWh)</b>	<b>Variação (%)</b>	<b>% do total industrial</b>
1989	638.269	1,99	18,28
1990	640.219	0,5	---
1991	676.050	5,3	19,7
1992	688.431	1,8	19,9
1993	753.220	9,42	20,31
1994	795.747	5,6	20,4
1995	780.851	-1,9	18,9
1996	744.243	-4,9	---
1997	768.729	3,3	16,5
1998	761.607	-0,93	16,03
1999	778.927	2,3	15,7

Fonte: Fiesc  
Elaboração própria

Na Tabela 10 podemos visualizar os dados da utilização da capacidade instalada têxtil. Como na tabela anterior, há um pico em 1994 e, nos anos posteriores, uma queda nos números com uma pequena retomada de 1997 para 1998. Em 1999, a utilização da

capacidade instalada alcança 84,74% do parque de máquinas, chegando perto dos níveis de 1994. Isto condiz com os relatórios de 1999 da CVM que foram consultados.

Parece ser generalizada entre as empresas a retomada da atividade do setor têxtil de Santa Catarina. Note-se, todavia, que as empresas pesquisadas na CVM são as maiores do setor e, possivelmente, não representam a média do estado. Entretanto, no ano 2000 a média de utilização da capacidade instalada chega a 85,84%, batendo o limite da década anterior.

**TABELA 10**  
**Utilização da capacidade instalada na**  
**indústria têxtil – SC – 1991 / 2000**

<b>Anos</b>	<b>% média</b>
1991	80,25
1992	80,25
1993	82,50
1994	85,28
1995	84,01
1996	82,81
1997	73,88
1998	82,76
1999	84,73
2000	85,84

Fonte: Fiesc  
Elaboração própria

Os números de crescimento da produção (Tabela 11) explicitam que, na maioria dos anos, o setor têxtil de Santa Catarina teve uma performance melhor que a média brasileira. No ano de 1997, o setor cresceu 6,48% em Santa Catarina, enquanto no Brasil encolheu 5,47%. Em 1994, cresceu 7,33% e a média brasileira ficou em 3,57%.

**TABELA 11**  
**Crescimento da produção física industrial**  
**do setor têxtil – SC – 1989 / 2000**

<b>Anos</b>	<b>Santa Catarina</b>	<b>Brasil</b>
1989	-3,8	0,49
1990	0,77	-10,11
1991	-0,13	-5,27
1992	-5,68	-4,04
1993	-1,03	6,39
1994	7,33	3,57
1995	-1,18	-5,7
1996	-2,9	-5,8
1997	6,48	-5,47
1998	-3,78	-6,83
1999	-1,66	2,13
2000	1,87	6,4

Fonte: Fiesc  
 Elaboração própria

Os indicadores econômico-financeiros de algumas das principais empresas do setor deterioraram-se significativamente no período 1990-2001 (Tabela 12). Houve expressiva queda do faturamento líquido e o endividamento cresceu muito. É importante notar que a receita líquida da maioria das empresas, que apresentou crescimento em 1990, caiu em 1995 e 1998, só retomando minimamente o crescimento a partir de 2001.

**TABELA 12**  
**Evolução de Alguns Indicadores Financeiros Selecionados**  
**1990/ 2001**

<b>1990</b>	<b>Evol. Real Rec. Líq.</b>	<b>Rentab. Líquida</b>	<b>Endividamento Geral</b>
Hering	14%	-17%	35%
Teka	31%	-35%	72%
Marisol	29%	5%	30%
Artex	30%	-12%	41%
Sul Fabril	44%	3%	58%
Döhler	20%	20%	32%
<b>1995</b>	<b>Evol. Real Rec. Líq.</b>	<b>Rentab. Líquida</b>	<b>Endividamento Geral</b>
Hering	-28%	-15%	71%
Teka	-14%	-8%	59%
Marisol	8,4%	22%	38%
Artex	5,9%	-21%	67%
Sul Fabril	-21%	-181%	79%
Döhler	-0,4%	14%	23%



<b>1998</b>	<b>Evol. Real Rec. Líq.</b>	<b>Rentab. Líquida</b>	<b>Endividamento Total</b>
Hering	-6,2%	0,4%	145%
Teka	2,9%	1,8%	174%
Marisol	n.d.	10,9%	43%
Artex	-51%	1,0%	143%
Karsten	-4,4%	1,8%	70%
Döhler	-6,6%	5,2%	27%

<b>2001</b>	<b>Evol. Real Rec. Líq.</b>	<b>Rec. líq. / trab.</b>	<b>Endividamento Total</b>
Hering	-11,8%	R\$ 79,41 mil	663%
Teka	1,5%	R\$ 61,95 mil	569%
Marisol	0,7%	R\$ 54,28 mil	57%
Buettner	10%	R\$ 84,09 mil	6.714%
Karsten	9,4%	R\$ 75,13 mil	129%
Döhler	-6,0%	R\$ 67,39 mil	32%

Fonte: Balanço Anual, Gazeta Mercantil.

Elaboração própria

Observações: em 1998 o conceito de Endividamento Geral muda para Endividamento Total

n.d. = não disponível

Índices: Evolução Real da Receita Líquida

Rentabilidade Líquida = Lucro líquido / Patrimônio Líquido

Endividamento Geral = Passivo circulante + exigível a longo prazo / passivo real

Endividamento Total = Passivo circulante + exigível a longo prazo / patrimônio líquido

Receita Líquida / trabalhador = receita líquida / número de trabalhadores

A partir de 1999, observa-se um movimento de recuperação econômica do setor têxtil. No que se refere às empresas catarinenses, a desvalorização cambial de janeiro de 1999, reduziu a entrada dos produtos importados e aumentou as exportações, proporcionando novo ânimo à indústria têxtil. A Karsten,<sup>35</sup> por exemplo, aumentou suas vendas para o mercado interno em 24,6% no ano de 1999 e quadruplicou o seu lucro líquido. Em 2001 teve um incremento nas vendas de quase 10% e um lucro líquido de R\$ 8 milhões, alcançando uma receita líquida por trabalhador de R\$ 75 mil. Atualmente a Karsten tem três empresas controladas, a Karsten Europa, a Karsten América e a Karsten Argentina. Mas o excelente desempenho da Karsten não foi exceção.

O grupo Marisol, de Jaraguá do Sul, emprega cerca seis mil trabalhadores nas três plantas fabris (a Marisol Calçados em Novo Hamburgo-RS, com 900 trabalhadores; a Marisol Nordeste, em Fortaleza-CE, com 1.200 trabalhadores; e, a Marisol de Jaraguá, com 4.100 trabalhadores) e na Marisol Franchising, o escritório de franquias, que gerencia as franquias das lojas "Lilica&Tigor", com meta de atingir 240 lojas até 2005. A empresa elevou seu lucro líquido de R\$ 12,5 milhões, em 1998, para R\$ 26,4 milhões,

<sup>35</sup> Empresa sediada em Blumenau que detêm a liderança brasileira na exportação de artigos de cama, mesa e banho.

em 1999. Contudo, desde então, o lucro líquido vem caindo até chegar ao patamar de R\$ 11 milhões em 2001. Entretanto, a empresa fez quase mil novas contratações entre o final de 1999 e início de 2000. Tais contratações visavam à fábrica de Santa Catarina mas, também, à recém-inaugurada fábrica da Marisol no Nordeste. Localizada na periferia de Fortaleza, a Marisol pretende, com esta nova planta, estar mais próxima dos mercados nordestino e norte-americano.

A estratégia mercadológica é de incrementar as exportações da empresa. A nova planta deve exportar cerca de 30% de sua produção. Atualmente, a Marisol tem níveis de exportação extremamente modestos, exporta somente 10% de sua produção das plantas de Santa Catarina. Ou seja, sua produção esteve voltada para o mercado interno. Todavia, além dessa mudança na estratégia da empresa, a implantação da fábrica no Ceará foi estimulada por fatores como os incentivos fiscais oferecidos pelo governo do estado. Além disso, o baixo custo da força de trabalho no Ceará deve ter sido determinante na escolha do local da nova fábrica.

Mesmo as grandes empresas que apresentaram prejuízo em 1999, parecem seguir um movimento de recuperação. É o caso da Hering. Apesar do prejuízo de R\$ 158 milhões em 1999, a empresa aumentou em 15% o seu caixa e reduziu o passivo pela metade: em 1998 este era de US\$ 220 milhões, caindo para os atuais US\$ 120 milhões. A empresa, ao mesmo tempo, alongou o perfil de sua dívida (70% do total da dívida é de longo prazo, contra 56% em 1998) e as suas exportações aumentaram em 25%. Além disso, a Hering contratou cerca de 300 novos trabalhadores. O prejuízo explica-se basicamente, pelas dívidas que a empresa contraiu em dólar e pelo fechamento de uma fábrica na Espanha. Em 2001, ainda houve um prejuízo de R\$ 58 milhões, mas a empresa reduziu o seu endividamento de US\$ 140 milhões, para US\$ 134 milhões. Além disso, a Hering aumentou em 5% seu quadro funcional, emprega em 2001 cerca de 4.200 trabalhadores.

A Buettner, de Brusque, após anos de prejuízos e demissões, voltou a ter lucro em 1999 (R\$ 7 milhões) e está operando com toda a capacidade instalada, em 2001 o lucro ficou em R\$ 589 mil, mas teve um crescimento de 10% nas suas vendas em relação a 2000. A empresa contava com aproximadamente 1500 trabalhadores diretos em 2001 e, neste ano, gerou cerca de 100 novos postos de trabalho. Além disso, entre as seis maiores empresas em 2001, foi a que gerou maior receita por trabalhador, cerca de 84 mil reais. Contudo, o índice de endividamento da Buettner é assustador: a empresa tem quase 7.000% de endividamento. Se esta situação não se alterar, o endividamento irá inviabilizar a empresa.

A Teka, de Blumenau, tem cinco unidades fabris: em Blumenau e Indaial, SC, Artur Nogueira e Sumaré, SP, e Passos, MG. Além de operar sem capacidade ociosa, fez contratações de trabalhadores para funcionar aos finais de semana. Ou seja, a fábrica funciona ininterruptamente. Atualmente, a empresa emprega cerca de seis mil trabalhadores e gerou 812 novos postos de trabalho em 2001. A produção da Teka em toneladas vem crescendo continuamente: em 1997 eram 26 mil toneladas de produtos, número que chega a quase 31 mil em 2001. As vendas cresceram de 291 milhões de reais em 1997, para 441 milhões em 2001. O endividamento, por outro lado, caiu de um nível de 122 milhões de dólares em 1997, para 49 em 2001.

### **3.2.2. Estratégia mercadológica do setor**

A indústria têxtil de Santa Catarina concentra-se nos ramos de cama, mesa e banho e vestuário de malha. A estratégia do setor de valorização de marcas, inovações crescentes na gama de produtos ofertados e ocupação de nichos de mercado específicos, além de uma focalização da produção.

Grandes empresas que tinham unidades produtivas em atividades paralelas adotaram como estratégia a venda destes setores, com o objetivo de direcionar suas atividades produtivas somente para a área têxtil. São os casos da Hering e da Teka. A primeira controlava a Ceval, a maior empresa de Santa Catarina em termos de faturamento e que está ligada à produção de derivados de soja, vendida para o Grupo Bunge, da Argentina. A Teka tinha uma unidade de esmagamento de soja, que também foi vendida.

A estratégia de verticalizar a produção foi muito utilizada quando da consolidação dessas indústrias. No caso da Hering, por exemplo, a dificuldade na obtenção do fio de algodão, muito grande no fim do século XIX e início do XX, quando não havia um fornecimento regular de fios, tornava imperioso, para o crescimento da empresa, que fosse instalada uma fiação própria (HERING, 1987).

Atualmente, há um redirecionamento das estratégias mercadológicas da Hering. Não há mais fiação em seu parque de máquinas e existe uma maior valorização do comércio de suas marcas. A valorização das marcas, a busca de nichos de mercado específicos e o investimento em produtos de maior valor agregado, em tendências de moda, adquirem grande importância nessas estratégias. Atualmente, a Hering conta com 96 franquias da Hering Store, 44 unidades da marca dzarm<sup>36</sup> e 11 lojas da PUC – ambas marcas de propriedade da Hering. Isto totaliza 151 lojas da empresa no Brasil. Além

<sup>36</sup> O nome da marca dzarm escreve-se todo em minúsculas.

disso, há mais 57 lojas espalhadas pela América Latina. Ou seja, a Hering tem seus produtos expostos em 208 lojas exclusivas.

No caso do vestuário de malha há, por parte das grandes empresas, uma crescente diversificação de marcas voltadas para o público infantil, jovem, adulto, masculino e feminino. Em relação aos produtos felpudos e aos de cama e mesa, o desenvolvimento de novos tecidos e estampas, além do investimento em qualidades específicas que diferenciem o produto dos demais oferecidos ao consumidor, têm se destacado como estratégias importantes. A Karsten, por exemplo, tem investido em produtos antiácidos buscando seu diferencial no mercado.

Em ambos os ramos busca-se, cada vez mais, agregar valor ao produto em oferta no mercado consumidor. Outra estratégia amplamente utilizada na indústria têxtil catarinense é as licenças para usar nomes ou personagens famosos nas estampas. Tem sido assim com a Malwee – que tem contratos para utilizar estampas com Turma da Mônica, Looney Tunes, Animaniacs e Ursinho Puff – e com A Buettner, que usa as marcas Aqualung e times de futebol. A Marisol também estampa em suas roupas personagens famosos como o Snoopy, o Gasparzinho, Red Nose, Australia Down South e WWF. A Hering tem como personagens licenciados o Mickey, o Ursinho Puff, a Barbie, o Garfield e o Senninha.

Além dos produtos fabricados com as marcas licenciadas, há as marcas de cada empresa para ocupar nichos de mercado específicos. A Malwee tem produtos para crianças, jovens e adultos utilizando somente a marca do nome da empresa. Já a Marisol, tem uma marca específica para o público feminino infantil a Lilica Ripilica, para o público masculino infantil a Tigor T. Tigre e a Criativa, direcionada ao mercado feminino adulto, a Marisol, público infantil, a Maju, masculino adulto e, mais recentemente, foi lançada a marca Mineral, voltada ao público adulto informal. A Hering, além de seu nome, tem a dzarm (segmento jovem feminino), a PUC (infantil) e a Omio (moda adulto básica masculina).

O ramo do vestuário de malha está muito voltado ao mercado interno, enquanto o setor de cama, mesa e banho apresenta-se mais inserido no mercado externo. Observe-se que as empresas com percentuais mais altos de exportação em relação às vendas totais são as do segundo tipo. A Karsten exporta quase metade do que vende, a Teka, Buettner e Döhler exportam cerca de um terço de suas vendas totais. Por outro lado, a Hering e a Marisol estão predominantemente voltadas ao mercado interno e seus percentuais de exportação não são tão significativos em relação às suas vendas totais.

Contudo, com a retomada das exportações, a partir da desvalorização do Real em janeiro de 1999, todas essas empresas obtiveram um incremento nas exportações. A

Teka cresce de 19% em 1997, para 32% em 2001. A Hering salta de 10% para 18%, quase duplicando suas taxas de exportação. A Marisol de fato duplica seu índice de exportação que sai de 2% para 4%, em 2001. A Karsten, em 2001, passa a exportar mais da metade do que produz (Tabela 13).

**TABELA 13**  
**Participação das exportações nas vendas totais de empresas selecionadas – 1997 / 2001**

Empresa	Exportação em relação às vendas totais (%)				
	1997	1998	1999	2000	2001
Hering	10	7	12	19	18
Teka	19	20	30	29	32
Marisol	2	3	4	2	4
Karsten	49	44	49	48	52
Buettner	27	30	40	39	40
Döhler	30	30	34	35	35

Fonte: relatórios contábeis / CVM

Elaboração própria

Em relação ao mercado interno (Tabela 14), a região sudeste é o principal mercado consumidor de algumas das maiores empresas têxteis de Santa Catarina. Nos casos da Buettner e da Marisol, mais da metade das vendas ao mercado interno são destinadas àquela região. Seguindo a mesma tendência: em 2001, a Buettner destinou somente a São Paulo e Rio de Janeiro 63% das suas vendas ao mercado interno. A Karsten, deixou só em São Paulo 18% do total de suas vendas. A Marisol continuou destinando mais da metade de sua produção à região sudeste, assim como a Teka que, em 2001, vendeu cerca de 53% de sua produção à mesma região.<sup>37</sup>

**TABELA 14**  
**Vendas de empresas selecionadas por região brasileira em 1999 (%)**

Empresas	Regiões				
	Norte	Nordeste	Sul	Sudeste	Centro-oeste
Buettner	---	17,4	18,8	63,8	---
Karsten	4	7,24	10,66	28,6	---
Marisol	4,8	9,1	19,3	57,2	9,6

Fonte: CVM

Elaboração própria

<sup>37</sup> Dados coletados nos relatórios contábeis que as empresas mandam à Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Os dados do comércio exterior de Santa Catarina não estão sistematizados. Em relação à balança comercial têxtil catarinense, como já explicitado, em 2000, seu saldo ficou em 162 milhões de dólares e, em 2001, o resultado foi ainda melhor, de 206 milhões de dólares. Em relação aos dez produtos têxteis mais exportados pelo Estado, em 2000, são produtos de banho, atalhados, e as roupas de mesa de algodão. Deve-se destacar, ainda, as importações de algodão e de fios de poliéster que estão entre os dez produtos mais importados pelas indústrias têxteis catarinenses, no ano 2000 (DIEESE, 2002). Nos relatórios da CVM de praticamente todas as empresas selecionadas, há referências sobre a importação de algodão nos últimos anos.

Como a produção de algodão nacional não supre a demanda interna, a indústria têxtil catarinense se vê obrigada a importar grande parte de seus insumos produtivos: basicamente, o algodão. Todavia, esse cenário tende a se alterar no médio prazo, já que a produção de algodão nacional está sendo retomada, principalmente na região Centro-Oeste.

O capital empregado nas empresas têxteis é maciçamente nacional. A maioria das empresas do setor é de origem familiar e mesmo as grandes indústrias de capital aberto ainda conservam uma prática de administração de cunho familiar. No setor têxtil não há muitos casos de fusão ou aquisição de empresas nacionais por grupos estrangeiros. Em Santa Catarina ocorreu, recentemente, a aquisição da Artex pela Coteminas, que também tem capital nacional.

Ulrich Kuhn, diretor da Hering e presidente do Sintex (Sindicato das Indústrias de Fiação, Tecelagem e do Vestuário de Blumenau), em entrevista ao jornal Gazeta Mercantil,<sup>38</sup> afirma que a abertura econômica teve um significado paradoxal para o setor têxtil. Segundo ele,

*O lado positivo foi perverso e duro. Ele expôs a indústria nacional a uma concorrência externa desigual. Isso, aliado ao processo cambial, provocou um choque muito forte. Mas gerou o aprimoramento da indústria brasileira. (...) Forçou (a modernização). Temos um custo financeiro de remuneração de capital para modernização tecnológica dos mais altos do mundo. (...) É uma concorrência desigual. Lutamos com armas diferentes para sermos competitivos em relação a outros parceiros do mundo.*

<sup>38</sup> Gazeta Mercantil, 22/05/2000, Cad. Santa Catarina, p. 5.

### **3.2.3. Reestruturação na indústria têxtil catarinense**

O quadro recente da reestruturação produtiva nas grandes empresas de fiação e tecelagem de Santa Catarina marca-se pela introdução generalizada de novas tecnologias e por drásticas alterações no processo e na organização do sistema produtivo. Baseadas em intensa inovação tecnológica de maquinário e de gestão, a reestruturação introduz formas de flexibilização do trabalho que reduzem custos operacionais e aumentam o lucro das empresas. As máquinas automatizadas introduzidas recentemente no processo produtivo têxtil compreendem:

- na malharia, os teares circulares automáticos com controle computadorizado (CC);
- máquinas novas com dispositivos eletrônicos na caldeiraria e tinturaria;
- na peluciadeira, máquina com CC (esta máquina faz o moletom ficar mais grosso, com a pelúcia na parte de dentro do tecido);
- no corte de malhas, máquina de estender e amontoar o tecido para o corte automatizada e uma máquina de corte com CC;
- sistema de CAD/CAM<sup>39</sup> no setor de estilismo que passa diretamente para a máquina de corte com CC;
- setor de bordado com sistema de CAD/CAM.
- Nas tecelagens de tecidos lisos estão os teares sem lançadeira e, mais recentemente, são usados os teares a jato de ar com componentes de microeletrônica que “efetua e controla a seqüência de cores, ligamento do tecido, quantidade de batidas no comprimento do tecido, local de rompimento de fios, reparação da trama rompida, alteração da densidade da trama, sistema de lubrificação” (CAMPOS, CÁRIO E NICOLAU, 2000, p. 21).

É neste sentido que a indústria têxtil, principalmente nas etapas de fiação, tecelagem e acabamento, tornou-se muito mais intensiva em capital, necessitando cada vez menos de trabalhadores nestas etapas (ibidem, p. 22). O processo produtivo da Empresa A será explicitado através de fotografias,<sup>40</sup> que registram as diversas etapas das atividades na fábrica e no prédio da administração central. Nas fotos 1 e 2 visualizamos os depósitos de malhas e de fios. A empresa não tem mais fiação própria e adquire no mercado todos os fios necessários à sua demanda produtiva. Entretanto a malha é produzida em seu parque de tecelagem circular.

---

<sup>39</sup> *Computer aided design / computer aided manufacturing*, a tradução é desenho com auxílio de computadores e produção industrial com auxílio de computadores. O uso dos dois indica a passagem automática das especificações do projeto para a produção.

**Foto 1**  
**Depósito de malhas**



**Foto 2**  
**Depósito de fios**



<sup>40</sup> As fotos foram tiradas pela própria autora em visita à fábrica no dia 5 de junho de 2000.



No depósito de malhas é realizado um controle de qualidade sobre 100% da malha produzida. Na Foto 3 observamos o modo como é realizado este controle.

**Foto 3**  
**Controle de qualidade da malha**



A Foto 4 mostra uma das muitas células de produção do parque de malharia. As máquinas de tecelagem circulares são provenientes da Inglaterra, da Alemanha e dos Estados Unidos e, atualmente, é empregado apenas um trabalhador para operar quatro máquinas. Em cada célula da malharia há doze máquinas. Normalmente, convivem na mesma planta produtiva máquinas de diversos graus tecnológicos, ficando separadas somente pelas células.

**Foto 4**  
**Tecelagem circular**



Na Foto 5 aparece uma das máquinas de tecelagem retilínea utilizada para a confecção de golas e punhos de blusas e camisetas, já que a empresa visitada produz vestuário de malha. Cada trabalhador deste setor é responsável por quatorze máquinas. O normal seria, de acordo com o programador do setor, que cada trabalhador cuidasse de nove máquinas. As máquinas são de origem italiana, de última geração. Segundo o técnico em segurança do trabalho da empresa, causam muito menos acidentes e são menos barulhentas que as mais antigas.

**Foto 5**  
**Tecelagem retilínea**



A Foto 6 apresenta a máquina que tingem a malha de algodão. Essas máquinas não utilizam altas temperaturas no processo de tingimento, como ocorre com as que tingem os tecidos de poliéster, que devem alcançar uma temperatura de até 135° C. Elas tingem a malha a, no máximo, 90° C. Na Foto 7 aparecem as máquinas de tingimento de poliéster. São alemãs.

**Foto 6**  
**Tingimento do algodão**



**Foto 7**  
**Tingimento do poliéster**



Após o tingimento, o produto passa por uma máquina que vai abrir o tubo da malha.<sup>41</sup> Esta máquina é chamada “abrideira” (Foto 8). Após aberto, o tecido vai ser lavado (Foto 9), amaciado (Foto 10) e seco a, aproximadamente, 180°C (Foto 11).

Após a secagem, a malha passa pela “calandra compactadeira” se for do tipo normal (Foto 12), ou para a “rama” no caso de ser a malha *body-size*,<sup>42</sup> fotos 13 e 14. A função destas duas últimas máquinas é dar um banho de vapor na malha para que ela fique bem esticada (no caso específico da calandra, aparar as bordas) e, ainda, compactar a malha. Estas máquinas são todas importadas da Suíça.

<sup>41</sup> As máquinas de malharia são chamadas de teares circulares porque produzem o tecido em tubos.

<sup>42</sup> Nesse caso não passa pela abrideira pois este tipo de malha é justamente para fazer camisetas sem a costura lateral. A malha continua em forma de tubo, portanto.

**Foto 8**  
**Abrideira**



**Foto 9**  
**Máquina de lavar**



**Foto 10**  
**Máquina de amaciar**



**Foto 11**  
**Máquina de secar**





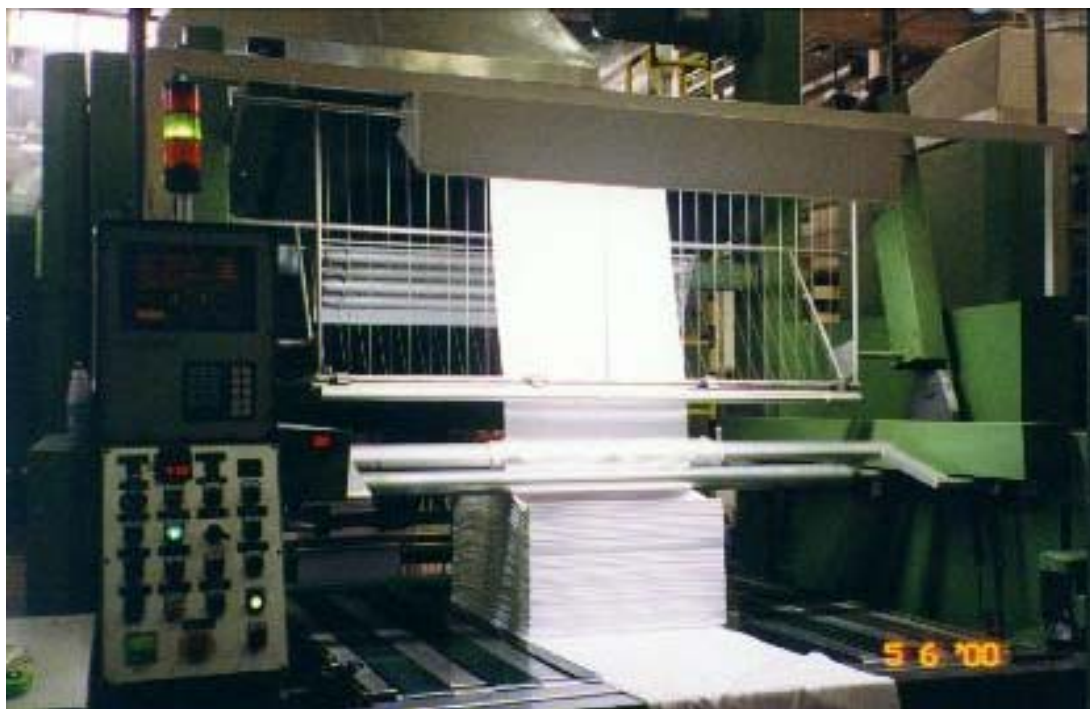
**Foto 12**  
**Calandra compactadeira**



**Foto 13**  
**Rama**



**Foto 14**  
**Rama**



O próximo passo é o setor de corte. Ali coexistem formas manuais de corte com o processo automatizado. O tecido é colocado em várias camadas, sobre a mesa de corte (Foto 15). No processo manual, o tecido é cortado com uma serra e com base em moldes de papelão que vêm em tamanho natural dos setores de estudos de otimização de corte, onde são concebidos meios para evitar perdas no tecido (Foto 16). Aqui, além de haver mais perda de tecido, o trabalhador está muito mais exposto ao risco de uma grave lesão pelo uso direto da serra.

No processo automatizado, tem sido introduzido um sistema em CAD/CAM que vem do *design*, setor de estilismo, passa pelo setor de otimização do corte e acaba diretamente na máquina de corte, que tem controle computadorizado, com a inserção de um disquete (Foto 17). A partir daí a máquina realiza o trabalho sem a necessidade de um operário controlando-a mais diretamente. Se, por um lado, isto gera um efeito positivo evitando acidentes de trabalho, por outro, corta os postos de trabalhadores que poderiam estar nas mesas de cortes de tecidos. Estas máquinas mais novas são norte-americanas.

**Foto 15**  
**Mesa de corte**



**Foto 16**  
**Processo de corte manual**



**Foto 17**  
**Máquina de corte automatizado**



O setor de confecção é a próxima etapa na produção têxtil. Este setor não foi fotografado devido ao fato de que a empresa visitada terceiriza toda a sua atividade de costura. As costureiras são organizadas em células de produção – ou “mini-fábricas” como também é chamado este sistema –, onde, objetivando um incremento produtivo, são estabelecidas metas e adotado o sistema de remuneração variável, em forma de participação nos resultados. Dessa forma, as costureiras tornam-se fiscais de si mesmas, perseguindo o aumento de sua remuneração por meio de intensificação do ritmo da jornada laboral.

No setor de bordado também é utilizado o sistema de CAD/CAM. O desenho sai em disquete do computador do *design* direto, para o computador que controla a máquina de bordar. Este programa integra os setores de criação com a linha de produção: as máquinas ficam ligadas com os computadores do setor de criação, recebem a informação deles e começam a produção em tempo real. As máquinas de bordar da empresa visitada são de tecnologia bastante avançada, de origem japonesa (Foto 18).

**Foto 18**  
**Setor de bordado**



Na estamparia, máquinas novas convivem com equipamentos de tecnologia considerada ultrapassada. As máquinas mais avançadas são austríacas e podem estampar em até doze cores (Foto 19). As mais antigas estampavam em oito cores, somente. Ambos funcionam em sistema de moldura rotativa, com a técnica dos quadros de serigrafia. Há, ainda, o sistema de estampa por *transfer*, no qual a estampa é fixada na peça de vestuário por altas temperaturas (Foto 20). A máquina de estampa por *transfer* é a única máquina nacional encontrada no parque produtivo da empresa A.

**Foto 19**  
**Estamparia**



**Foto 20**  
**Estampa por *transfer***



Assim que os produtos saem da estamperia ou do setor de bordados, eles passam por uma máquina, proveniente dos Estados Unidos, que se chama “passadeira”. Esta máquina, que funciona com um sistema de vapor, tem como objetivo tirar rugas e amassados das roupas (Foto 21).

**Foto 21**  
**Passadeira**



Nos setores de desenvolvimento de estampas e de engenharia de produtos há, permanentemente, profissionais (*designers* e estilistas) buscando novas tendências da moda, fora do país. O setor de desenvolvimento de estampas (Foto 22) fica localizado no prédio de cada fábrica e tem como principal função receber as novas estampas, retocá-las e melhorá-las no que for necessário. Por fim, o setor vai fabricar os fotolitos nas cores do desenho, para que possam ser montados os quadros em cada cor, que vão ficar nas máquinas de estampar.

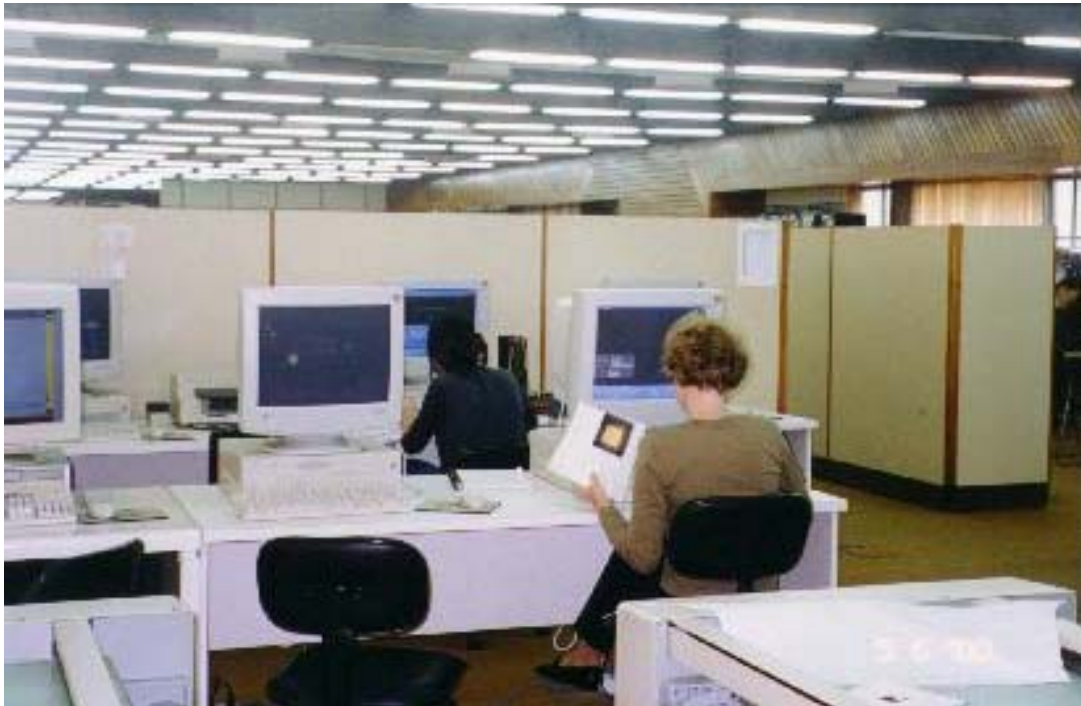
**Foto 22**  
**Desenvolvimento de estampas**



Por outro lado, a engenharia de produtos está no prédio da administração central. Há dois setores distintos na empresa visitada. O primeiro se ocupa do desenvolvimento de novos produtos para a marca principal da empresa, enquanto o segundo fica responsável pelas demais marcas, que buscam atingir nichos de mercado específicos. Junto a esse setor, que cuida da criação de novos produtos, há um pequeno setor de corte e de costura, para que possam ser testados os produtos concebidos (Fotos 23, 24 e 25).



**Foto 23**  
**Engenharia de produtos**



**Foto 24**  
**Corte e costura da engenharia de produtos**



**Foto 25**  
**Costureira**



Os escritórios do prédio da administração central têm divisórias baixas, dando a impressão de grandes espaços, como vê-se na Foto 26. Somente a diretoria da empresa tem seus escritórios fechados. Todos os outros cargos de chefia estão em permanente contato com o restante dos trabalhadores. Se, por um lado, este tipo de organização do local de trabalho faz com que o trabalhador se sinta valorizado, mais próximo da chefia, por outro, facilita sobremaneira o controle do seu trabalho.

**Foto 26**  
**Escritórios da administração**



#### **3.2.4. Mudanças organizacionais**

Simultaneamente à mudança tecnológica, novos padrões organizacionais e gerenciais vão sendo experimentadas nos locais de trabalho. Surgem os programas de Qualidade Total e o sistema *Just in Time*.<sup>43</sup> Os Círculos de Controle de Qualidade já fazem parte do cotidiano do trabalhador têxtil catarinense desde a década de 1980. Todas essas inovações visam um incremento na produtividade do trabalho, com a redução do “tempo morto” no processo produtivo e a busca da adesão do trabalhador à ideologia empresarial. Com efeito, as atuais políticas de gestão e de controle do trabalho tentam mobilizar o trabalhador a aderir integralmente aos objetivos de lucratividade das empresas. O trabalhador deverá assimilar e praticar o discurso empresarial de “competitividade”, “eficácia” e “qualidade” na sua atividade cotidiana. (AUBERT et GAULEJAC, 1991; FRIGOTTO, 1996).

<sup>43</sup> “Sistema de organização da produção orientado para fabricar determinado produto apenas na quantidade e no momento exatos. A produção é puxada por vendas e, internamente, o mesmo ocorre com os processos finais ‘pedindo’ componentes para os processos anteriores” (DIEESE, 1993).

A reorganização espacial das fábricas e a implantação de células de produção,<sup>44</sup> principalmente no setor de costura, têm se consolidado como mais um elemento do complexo de reestruturação produtiva no setor têxtil. Esse novo modo de organizar o trabalho gera um ambiente de competição entre as trabalhadoras (no setor de costura as mulheres são maioria esmagadora), no qual cada uma se encarrega de cobrar o trabalho da colega buscando uma maior qualidade, rapidez e produtividade.

Essas células geralmente têm metas de produtividade e o trabalho das costureiras é parcelar. Nas células de costura da Empresa B, onde as trabalhadoras costumam os roupões, uma faz os cintos, outra as mangas e assim por diante. Dessa forma, o controle sobre a qualidade do produto recai diretamente sobre a trabalhadora: se o cinto não ficou dentro dos parâmetros de qualidade impostos, sabe-se exatamente qual a operária responsável por isto.

Segundo o depoimento de um trabalhador (DIEESE, 1997, p. 98):

*em outro setor, a máquina está trabalhando e o operador está olhando. Se ele sai, outro dá uma olhadinha, a máquina funciona sozinha. (...) Daí se começa a flexibilizar o horário da refeição e fazer revezamento de grupos de trabalhadores para vigiar as máquinas. A costureira não, ela tem que estar ali presente. Saiu da máquina, a máquina dela pára. Por isso que é forte a cobrança dentro do grupo. Porque pelo fato do corpo dela não estar ali, presente no local, a máquina dela está parada.*

Os ritmos pessoais de trabalho não são respeitados e as operárias são obrigadas a nivelarem-se pelas mais rápidas, na busca por atingir as metas de produtividade impostas. Na indústria visitada, existe um controle diário da produtividade de cada célula (que fica afixado no mural do setor) e são concedidos prêmios, em forma de remuneração participativa, para as trabalhadoras que estão nas células que se sobressaem em termos de produção e qualidade. O principal elemento motivador da organização do trabalho em células pode ser considerado a falta de tecnologia para enxugar a força de trabalho do setor. Como consequência, as indústrias, implantando o sistema de células de produção, adotam uma estratégia de maximizar a produtividade das trabalhadoras.

Os métodos flexíveis de contratação da força de trabalho, com a disseminação dos processos de terceirização, são também elementos importantes da reestruturação produtiva nas fábricas têxteis. Tais processos são observados nas grandes tecelagens de

<sup>44</sup> As células de produção, ou "mini-fábricas", são uma forma de organizar a produção que consiste em montar grupos de trabalhadores que ficam responsáveis por uma determinada parte do processo de produção. No caso

Blumenau, onde se incentiva a implantação de pequenas e micro empresas por seus ex-funcionários. O sistema de trabalho a domicílio, que objetiva um menor custo do trabalho por parte da empresa, também é bastante utilizado. Devido a estas novas técnicas de contratação, há uma grande generalização da condição de informalidade e de precarização das relações de trabalho na indústria têxtil.

Apesar das alegações patronais de que os sistemas flexíveis de contratação permitem um aumento dos níveis de emprego, tem crescido o desemprego no setor. Segundo Osmar Zimmermann, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis de Blumenau,

*Em abril de 94 nós tínhamos 32.200 trabalhadores na categoria; em 31 de dezembro de 97 havia 20.076 trabalhadores. Foram fechados doze mil postos de trabalho em menos de quatro anos. Os empresários alegam que, ou a gente faz alguma coisa para que eles possam manter a produção aqui na região, ou eles acabam transferindo para outras unidades no país (...).<sup>45</sup>*

A costura é o setor mais intensivo em força de trabalho do setor têxtil. Portanto, à luz das estratégias de contenção de custos das grandes empresas, é também a área mais terceirizada na linha de produção da indústria têxtil catarinense. É muito comum a constituição de empresas (micros, pequenas e médias) que prestam serviços para as grandes deste setor. É o que se chama de "facção" em Santa Catarina.

Tal processo de desverticalização é explicitado por Magheli (2001), que desenvolverá o conceito de rede interfirmas para explicá-lo. Ele exemplifica o que seria uma rede hierarquizada, através de uma grande empresa de vestuário de malha de Blumenau, que reduziu em quase dez mil seus postos de trabalho diretos, com o estabelecimento de uma rede de aproximadamente quatro mil trabalhadores em 300 empresas, sendo que metade deles localizados no Vale do Itajaí. Tal rede apresenta um caráter precário devido à carência de transferência tecnológica da empresa-mãe às empresas subcontratadas e à ausência de sustentação financeira das faccionadas. Neste tipo de rede, a empresa-mãe restringe suas atividades às etapas de maior valor agregado e transfere as de baixo conteúdo tecnológico e de trabalho simplificado.

Já segundo Campos, Cário e Nicolau (2000, p. 79-80):

---

do setor de costura, as células são implantadas de modo que o produto saia pronto de cada célula. O trabalho é parcelar, cada costureira fica responsável por uma tarefa específica.

<sup>45</sup> Entrevista realizada em 11/03/99 pela autora. Os dados citados pelo entrevistado referem-se à base do Sindicato: Blumenau e Região.

*As estratégias das empresas em favor da desverticalização mostram-se distintas por tamanho de empresas e por etapas do processo produtivo têxtil-vestuário. O quadro atual aponta que as grandes empresas, em sua maioria, mantêm-se integradas senão em toda a cadeia, mas em boa parte dela, sendo a confecção o sub-segmento onde ocorre forte desverticalização, porém não na totalidade. Neste sub-segmento existem grandes empresas que continuam intensificando o processo de desverticalização, enquanto outras acham que em face da produção ser cada vez mais especializada e em diferenciação constante, faccionistas não teriam condições de atender a estas exigências. Neste jogo, as estratégias das grandes empresas continuam em direção da desverticalização, com as relações contratuais sendo aperfeiçoadas em favor do maior controle da qualidade dos produtos terceirizados. Entende-se que as estratégias de desverticalização estão ocorrendo em maior intensidade no final da cadeia produtiva, em face do caráter capital-intensivo que assumiram as outras etapas produtivas, as especificidades técnico-produtivas que interligam as fases da cadeia produtiva exigir maior homogeneidade tecnológica entre as partes e a opção do empresariado de aproveitar as condições institucionais oferecidas para reestruturar a planta industrial de forma mais ampla possível.*

De acordo com uma representante do setor de recursos humanos da Empresa A,

*Ela (a empresa) enxugou há mais ou menos seis, sete anos atrás. Teve uma reestruturação e ela terceirizou muito. Então, a empresa enxugou porque colocou boa parte do trabalho fora. Nós temos inúmeras facções que prestam serviços para a gente. Hoje se pode dizer que a gente deve ter fora o mesmo número (de trabalhadores) que a gente tinha. Juntando o que tem fora com o que tem aqui dentro, temos o mesmo número (de trabalhadores) que tínhamos antes.*

A terceirização, como regra geral – e o setor têxtil não é exceção – reduz postos de trabalho. Isto foi bem demonstrado em pesquisas anteriores.<sup>46</sup> Além disso, ela tem significado grave precarização do trabalho. As costureiras que trabalham por facção têm jornadas maiores, não têm nenhum tipo de proteção laboral, recebem salários inferiores aos das trabalhadoras contratadas formalmente, entre outros problemas. Sobre isso Osmar Zimmermann, então presidente do STI Fiação e Tecelagem de Blumenau, comenta (DIEESE, 1997, p. 97-98):

*A empresa-mãe sabe quanto custa aquela peça para ela produzir e, nesse custo, está envolvido o trabalho da costureira, os encargos, tudo aquilo (...). Ao contratar uma terceira, é lógico que ela vai reduzir esse custo (...) uns 30% inferior ao que custaria dentro dela (...). A terceira vai reduzir ainda mais para a costureira, porque ela não tem o objetivo de contratar o serviço e não ganhar nada, então se torna uma cascata que, lá na frente, entre a*

<sup>46</sup> Pesquisa Dieese nº 7, 1993 e Estudo Regional nº 1, 1997.

*empresa e aquela que vai produzir vai dar uns 50% de diferença(...). O empregador terceiro vai pagar para o empregado uns 20 a 30% a menos do que ele contratou com a empresa-mãe (...). No fundamental, todo esse circuito resulta no não pagamento de encargos sociais e outros impostos. A costureira não é registrada no INSS, não ganha benefícios que ganhava na empresa-mãe. O salário dela na empresa oscila entre R\$ 350,00 e R\$ 400,00 e, com férias, 13º salário, INSS e outros encargos, chega a uns R\$ 700,00 a R\$ 800,00 o custo dessa costureira para a empresa. Se (a costureira) trabalha em casa, pode ter algumas compensações: ganha uns R\$ 400,00 a R\$ 500,00, sem ter registro na carteira, mas tem uma jornada flexível, não gasta tempo com transporte casa-trabalho-casa, não se sujeita às relações rígidas de trabalho nas células, pode realizar tarefas da empresa e de casa, alternando os tempos mas ela também trabalha mais porque usa o seu tempo disponível, fazendo longas jornadas na costura. Se monta uma fabriqueta nos fundos da casa, pode sentir-se proprietária e trabalhadora de si mesma e não subordinada a um patrão (...), etc. No entanto, se o sonho não se realiza, a sua situação, no futuro, quando envelhecer, poderá se agravar. Não adianta querer pagar o INSS porque existe um prazo de carência. Por isso ela não vai poder se aposentar.*

Um trabalhador da empresa A, ao ser perguntado sobre se há pressão para que os ex-funcionários abram suas próprias empresas para prestar serviços, diz: "Ele é convidado. Eles vêem quem que tem mais jeito pra abrir empresa e convidam e dão as condições: 'Nós pagamos isso, oferecemos isso, damos essa assistência'. Aí ele se vira".<sup>47</sup>

### **3.2.5. Qualificação e educação**

Todas essas transformações acarretam mudanças expressivas nas condições de trabalho. Uma brutal redução de tempo no processo produtivo tem incrementado sobremaneira a produtividade do trabalho. Além disso, houve um aumento do número de máquinas controladas por cada trabalhador, ocasionando uma aguda intensificação do ritmo de trabalho. Ressalte-se, ainda, a pressão cotidiana por metas de produtividade, numa conjuntura de insegurança generalizada, diante da constante ameaça da perda do emprego. Sob o contexto nacional de altos índices de desemprego, observa-se ainda o surgimento de novas exigências de qualificação do trabalhador por parte da empresa (CORDER, 1994).

Com efeito, é unanimidade entre os representantes empresariais a importância do trabalhador não parar de estudar. Há, entretanto, distinções importantes em termos de política de incentivos. Enquanto uma grande empresa reembolsa 50% dos custos de cursos (superior, mestrado, idiomas, informática), outras empresas, também grandes,

<sup>47</sup> Entrevista concedida a autora em 17/04/2000.

somente pressionam seus trabalhadores sem que estes tenham possibilidades financeiras mais concretas para procurar os cursos. Segundo representante da Empresa A:

*Nós temos uma campanha muito grande para que as costureiras, o pessoal de piso de fábrica, vá estudar. É uma campanha grande, está no jornal, nos cartazes, os supervisores falam. É o tempo inteiro. Nós temos o CEA, que é o Centro de Educação para Adultos, dentro da empresa. Eles vêm até nós.*

E mais adiante:

*Treinamento a gente sempre deu, treinamento técnico, treinamento na máquina, treinamento no local de trabalho. Então, isso nunca foi um problema para nós. Nosso grande problema era o nível de qualificação, era o nível de informação mesmo. Porque você coloca tecnologia, você coloca máquinas que exigem mais compreensão, maior capacidade de raciocínio, e o pessoal não consegue, tem dificuldade, porque não estudou. Temos muita gente ainda com o primeiro grau incompleto, e a gente tem conseguido fazer com que eles voltem ao estudo. Enfim, devagar e sempre. Se ele (o trabalhador) tem uma melhor qualidade de vida, e está mais satisfeito, mais reflexivo, aprendendo mais, procurando entender mais as coisas, tendo maior facilidade de compreensão, mesmo de dados, certamente que tudo é mais rápido, mais ágil, e especialmente na qualidade a gente sente muita diferença. Então, são pessoas que começam a perceber que o mais importante não é produzir em larga escala, é produzir aquilo que o cliente vê como qualidade. E também no nível de sugestões de melhorias que eles trazem para a gente. Hoje você consegue perceber que existe um maior embasamento nas coisas. Então, você diz as coisas sabendo o que você está dizendo. Isso tem facilitado bastante (o processo produtivo).<sup>48</sup>*

Ainda em relação à qualificação dos trabalhadores, ocorreu no início de 2000, uma situação pouco usual. Com o movimento de recuperação do setor têxtil, já a partir de 1999, as indústrias passaram a encontrar dificuldades em recrutar força de trabalho qualificada. A rapidez das inovações tecnológicas, e o fato do setor haver passado por um período relativamente longo de desaquecimento, ocasionou a formação de uma massa de desempregados têxteis que não teve acesso aos treinamentos com as novas máquinas.

O Senai tem unidades em Blumenau, Brusque e Jaraguá do Sul e oferece cursos de curta duração de costura, modelagem, manutenção, CAD para confecção. Oferece, também, cursos de longa duração em técnico têxtil e técnico em vestuário (CAMPOS, CÁRIO, NICOLAU, 2000). Algumas vezes estes cursos são oferecidos em parcerias com as empresas. O presidente da Teka, Frederico Kuenrich, contudo, afirma que somente os



cursos do Senai não suprem a demanda por maior qualificação. Ele acredita que o processo de formação do trabalhador deve ser mais amplo (Diário Catarinense, 18/06/2000, p. 22). Em Blumenau, ainda são oferecidos cursos de nível superior voltados ao setor têxtil pela FURB: em moda e em química, com profissionalizante de química têxtil (CAMPOS, CÁRIO, NICOLAU, op. cit.).

A dirigente sindical de Jaraguá do Sul tem uma clara percepção da relação entre qualificação e emprego formal nas indústrias têxteis. Apesar de parecer pouco crítica sobre a forma como as novas exigências de escolaridade são usadas pelas empresas, muitas vezes de forma excessivamente exigente com o trabalhador, ela demonstra notar a falsa argumentação empresarial do “desemprego desqualificado”:

*A falta de qualificação é a maior argumentação das empresas em relação ao desemprego. As pessoas voltam a estudar, ou são excluídas do mercado de trabalho. E as empresas têm utilizado isso para penalizar o trabalhador. Os trabalhadores têm sido substituídos por pessoas com uma escolaridade maior. Ou, então, também estão estudando. A pessoa sai do trabalho, vai para a aula e para casa, executar suas tarefas domésticas. Então, esses trabalhadores ficam sobrecarregados, principalmente a mulher trabalhadora. Também não avalio isso de uma forma negativa, avalio como sinais dos tempos, mas é uma pena que os trabalhadores mais antigos acabem sendo penalizados. Mas acho que esse é um caminho sem volta.<sup>49</sup>*

### **3.2.6. Prática sindical**

Às difíceis condições de trabalho, explicitadas acima, somam-se as jornadas laborais extenuantes e suas formas de flexibilização a que estão submetidos os trabalhadores. Neste contexto, surgiram na indústria têxtil (em Blumenau e em Jaraguá do Sul), como em praticamente todos os setores da economia brasileira, acordos de “banco de horas”, através dos quais a jornada diária vai sendo determinada pela empresa, conforme a demanda de trabalho. Note-se que a implantação do banco de horas gera, em muitos casos, turnos aos domingos, nas grandes indústrias têxteis. Isto porque a maioria destas companhias tem produção contínua, ininterrupta. Portanto, em diversas ocasiões, o trabalhador fica desprovido do seu descanso semanal, o que prejudica sua vida social e suas condições de saúde.

Entre os trabalhadores têxteis de Blumenau, o sistema de banco de horas foi implantado em praticamente todas as empresas, desde 1997, sendo, a partir de 2000, recusado em assembléia dos trabalhadores. O impacto desse novo mecanismo da

<sup>48</sup> Entrevista com gerente de RH de grande empresa de vestuário de Blumenau, realizada em 17/04/2000.

<sup>49</sup> Entrevista com Rosane, secretária geral do STI Vestuário de Jaraguá do Sul, realizada em 18/07/2001.

acumulação flexível de capital nas condições de vida e trabalho é assim descrito por um operário da Empresa A:

*Eu sempre me opus (ao banco de horas), acho que é uma maneira errada de conduzir o trabalho dentro da empresa, principalmente porque tira a liberdade do fim de semana. Eu sou muito a favor da convivência com a família, quando possível sair, apreciar os finais de semana. E isso tira a liberdade do convívio com a família (...) dentro da empresa a revolta é geral, porque chega o fim de semana e está lá, você preso. Você é um prisioneiro do seu trabalho. Trabalha a semana inteira no mesmo trabalho, chega no final de semana e enfrenta mais dois dias. Lá na frente não nos traz resultado nenhum. Porque, se você trabalha em banco de horas, você não tem retorno financeiro. E quem trabalha, vende a sua força bruta, é a força do trabalho a troco de salário. Essa é a desvantagem do banco de horas: você dá o seu trabalho, vende seu serviço a troco de uma folga, quando possível, a critério da empresa.<sup>50</sup>*

O então presidente do STI Fiação e Tecelagem de Blumenau, Osmar Zimmermann, também tem claro que o banco de horas prejudica o trabalhador:

*Uma coisa que a gente tem que ter bem claro: os trabalhadores não podem se iludir, é que o banco de horas é muito mais favorável ao empregador do que aos trabalhadores. O empregador tem uma flexibilidade na jornada de trabalho e consegue repassar para os trabalhadores a carência que existe dentro do ciclo produtivo. Então, todo o ônus do ciclo produtivo é transferido para o trabalhador. Para o trabalhador, não tem só desvantagem, o retorno é que ele se torna um pouco mais estável dentro da empresa pelo fato dela manter uma média produtiva anual igual. Como ela consegue compensar horas trabalhadas, com horas de folga, ela evita que, nos momentos de sazonalidade, quando cai a produção, haja maiores números de demissão. A empresa tem evitado muito mais a demissão.<sup>51</sup>*

As transformações que se desencadeiam na indústria têxtil catarinense constituem um cenário econômico, político e social, no qual predominam os princípios neoliberais de desenvolvimento capitalista e se expandem os movimentos globais do capital. Nesta conjuntura extremamente favorável à acumulação da riqueza privada, muitos trabalhadores enfrentam cotidianamente a pressão por produtividade, a sobrecarga de tarefas e jornadas extenuantes ou têm suas condições de vida precarizadas pelo desemprego e subemprego.

Os sindicatos de trabalhadores não têm negociado alguns pontos cruciais da reestruturação das indústrias. Nos três casos estudados, os acordos assinados pelos STI

<sup>50</sup> Entrevista concedida a autora em 11/03/99.

<sup>51</sup> Entrevista concedida a autora em 11/03/99.

Fiação e Tecelagem de Brusque, de Blumenau e STI do Vestuário de Jaraguá do Sul com os respectivos sindicatos patronais de 1988 a 2002, não contém nenhuma cláusula sobre implantação de novas tecnologias, por exemplo. Seleccionamos as cláusulas sobre emprego, tecnologia, formação e treinamento e organização do trabalho.

A série histórica dos acordos de Blumenau inicia-se na convenção coletiva de 1988/89. Naquela ocasião, anterior à greve de 1989, a convenção continha essencialmente cláusulas econômicas e de garantias de emprego em determinadas condições – para as trabalhadoras gestantes, trabalhadores em véspera de aposentadoria, em serviço militar ou, ainda, para integrantes da comissão de negociação. Havia, uma cláusula que orientava a compensação das horas que deveriam ser trabalhadas aos sábados (adequação da jornada de 44 horas) e outra que tratava da readaptação dos empregados acidentados ou que haviam contraído doenças do trabalho.

Na convenção coletiva de 1990/1991, surge uma cláusula que limita a utilização da força de trabalho de terceiros aos casos de trabalhadores temporários previstos em lei e somente em casos emergenciais. Na convenção assinada em 1995, as cláusulas sobre garantia de emprego estendem-se aos trabalhadores afastados em situação de auxílio-doença até um prazo máximo de 45 dias.

Na convenção coletiva dos trabalhadores têxteis assinada em 1997, a cláusula relativa a banco de horas aparece pela primeira vez. Esta cláusula é estratégica no processo de reestruturação das empresas e tem um impacto significativo na vida do trabalhador têxtil, como já foi demonstrado. Na convenção de 2000/2001, há uma cláusula que desobriga a empresa a pagar as horas despendidas em formação e treinamento, realizados fora do horário normal de trabalho e não foi renovada a cláusula sobre banco de horas.

Na última convenção estudada de Blumenau, a de 2001/2002, os destaques são a manutenção das garantias de emprego já mencionadas, o fato de não haver cláusula sobre banco de horas e uma cláusula sobre impedimento de uso de força de trabalho terceirizada nas atividades fins da empresa. Segundo depoimentos dos diretores do sindicato, os trabalhadores recusaram o sistema de banco de horas em assembleias.

Os acordos de Brusque têm início com a Convenção Coletiva de 1989. Nesta convenção aparecem cláusulas sobre a garantia de emprego à gestante e ao trabalhador que está no serviço militar, além de uma cláusula de adequação da jornada de 44 horas. Em 1994, surge a cláusula de garantia de emprego àqueles trabalhadores que vão se aposentar. A particularidade principal dos acordos de Brusque é a ausência de cláusulas de banco de horas. Naquele município, portanto, as horas extraordinárias de modo geral são pagas, não sendo utilizado o sistema de compensação de banco de horas para o

conjunto das empresas. Todavia, as grandes empresas negociam separadamente seus sistemas de banco de horas. A convenção de 2002 não apresenta novidades.

As convenções coletivas assinadas em Jaraguá do Sul têm características parecidas com as anteriores. As cláusulas que se enquadram em nosso recorte são poucas: a garantia de emprego ao operário que vai se aposentar e a adequação da jornada de 44 horas. O sistema de banco de horas está previsto a partir da convenção de 1998/1999, sendo necessário ser aprovado em assembléia dos trabalhadores da empresa proponente do sistema.

Contudo, segundo a dirigente sindical entrevistada em julho de 2001, as grandes empresas pressionam os trabalhadores para que aceitem o sistema de banco de horas. Cerca de 10 empresas, das 400 empresas da base do sindicato, têm banco de horas e as duas maiores empresas de Jaraguá do Sul, Marisol e Malwee adotaram o sistema. É nestas empresas que, apesar de surgirem as maiores reclamações dos trabalhadores contra o banco de horas, as assembléias têm cerca de 80% de índice de aprovação na renovação do sistema. Isto ocorre, principalmente, por medo de represálias por parte da empresa. A convenção de 2001 não apresenta nenhuma alteração digna de destaque.

Segundo a mesma dirigente, torna-se difícil tentar regular a extinção de postos de trabalho por novas tecnologias, já que seria "ir contra o progresso". Sobre o processo de negociação:

*A retirada de direitos tem dificultado a negociação, principalmente na questão salarial. Porque os dissídios eram utilizados pelos sindicatos, já que a Justiça do Trabalho entendia um pouco mais o ponto de vista do trabalhador. Agora, entrar com dissídio coletivo é suicídio. Eles têm adotado uma linha padrão e não se tem conseguido grandes conquistas no dissídio. O que a nossa Federação, a FETIESC, orienta, é que se evite entrar com dissídio coletivo, porque as perdas são muito grandes. No nosso caso temos cláusulas sociais que afetam diretamente o bolso do trabalhador, como o auxílio-farmácia (...) ou o adicional noturno, que é 25%, enquanto o de lei é 20%. Então, temos algumas cláusulas que, se formos para dissídio coletivo, vão ser retiradas da nossa convenção.<sup>52</sup>*

Sobre a experiência de Blumenau com o dissídio coletivo, Osmar Zimmermann afirma:

*Em 96 entramos com dissídio coletivo e, no julgamento, eles deram menos do que os empresários ofereciam na mesa. Foi tão cômico, que nós discutíamos um reajuste de 14,22%, a inflação do período, os empregadores ofereceram*

<sup>52</sup> Entrevista com Rosane, secretária geral do STI Vestuário de Jaraguá do Sul, realizada em 18/07/2001.

*10% e o Tribunal deu 7%. Menos do que os empregadores. E tiraram todas as conquistas. Em 97, nós reconquistamos na mesa a nossa convenção coletiva. Por isso, em 98, nós não entramos com dissídio coletivo. E não entraremos mais, porque entendemos que a Justiça do Trabalho, através dos seus tribunais, está a serviço do empregador, tirando as conquistas dos trabalhadores.*<sup>53</sup>

### **3.2.7. Políticas públicas**

Em 30 de maio de 2000 foi lançado o Fórum de Competitividade do Setor Têxtil. O presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil (ABIT), Paulo Skaf, representou a cadeia produtiva têxtil no encontro que reuniu diversos empresários do setor com o ministro Alcides Tápias. Segundo os jornais Gazeta Mercantil e O Estado de São Paulo, ambos de 31/05/2000, foram estabelecidas metas de geração de emprego (470 mil até 2005), de incremento das exportações (dos atuais US\$ 1 bi para US\$ 4,3 bi, ou seja, 1% do mercado mundial, até 2005), de crescimento da área plantada de algodão, de aumento da produtividade em torno de 20% e de realização de maiores investimentos em modernização e expansão.

Em contrapartida, o governo deve melhorar o acesso ao crédito, fiscalizar de modo mais atuante os produtos importados e diminuir impostos sobre importação de bens de capital e de peças de reposição, assim como reduzir toda a carga tributária sobre a cadeia produtiva, além de isentar de imposto de renda as remessas para pagamento no exterior na participação de eventos comerciais.

Anteriormente, houve a retomada do Programa de Apoio à Comercialização do Algodão Brasileiro, impulsionado por uma linha de crédito de US\$ 222 milhões e do Programa de Financiamento às Exportações (PROEX), que financia 85% do valor exportado (LOMBARDI, 2001).

Em Santa Catarina, em julho de 1997, foi aprovado o Prodec Têxtil (Programa de Desenvolvimento Catarinense Têxtil) pela Assembléia Legislativa. Essa era uma reivindicação antiga dos industriais têxteis catarinenses, desde que avaliaram como ameaçada a indústria nacional pelos produtos importados provenientes da Ásia. O principal argumento centralizava-se no fato de outros estados já oferecerem incentivos fiscais. O Programa prevê a postergação do pagamento do ICMS por até cinco anos.

Além disso, há programas (o Programa de Desenvolvimento Tecnológico Industrial – PDTI, do Badesc, que dá incentivos fiscais) dos bancos de desenvolvimento regionais (Badesc – Banco de Desenvolvimento de Santa Catarina e BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento) que financiam as empresas em sua expansão e modernização.

<sup>53</sup> Entrevista concedida em 11/03/99.

Na Tabela 15 pode-se perceber que a evolução dos desembolsos do BNDES à cadeia têxtil. É interessante lembrar que o BNDES entre maio de 1996 e julho de 1998 promoveu o Programa de Apoio à Modernização do Setor Têxtil, voltado a investimentos no imobilizado das empresas (CAMPOS, CÁRIO, NICOLAU, 2000).

**TABELA 15**  
**Evolução dos Desembolsos do Sistema BNDES à Cadeia Têxtil por Regiões**  
**1990 a 2000**

(em milhões de dólares)

Região	1990	1992	1993	1995	1996	1998	2000
Norte	-	0,13	0,03	-	-	0,01	-
Nordeste	17,02	23,34	31,45	132,09	77,09	50,02	64,01
Centro-Oeste	1,74	2,52	0,33	4,80	0,15	0,70	0,61
Sudeste	49,38	48,06	44,17	84,23	41,64	248,00	103,85
Sul	52,02	30,29	33,03	118,58	33,11	69,04	57,77
<b>Total</b>	<b>120,16</b>	<b>104,34</b>	<b>109,01</b>	<b>339,70</b>	<b>151,99</b>	<b>367,77</b>	<b>226,24</b>

Fonte: Abit / Sintex / BNDES  
Elaboração própria

Ainda em relação ao BNDES,

*No âmbito do Programa de Apoio ao Setor Têxtil desenvolvido pelo BNDES, o Estado de Santa Catarina constituiu o principal demandador de recursos em nível nacional. Foram 39 operações de crédito envolvendo recursos da ordem de US\$ 64.914 mil. Estes valores são expressivos se comparado com os estados de Minas Gerais e São Paulo, considerados dois dos principais pólos têxteis-vestuários do país, que demandaram recursos da ordem de US\$ 47.931 mil e US\$ 37.711 mil, respectivamente. A participação de 29,84 % do total dos recursos indicou que as empresas têxteis-vestuários existentes em SC, e principalmente as situadas no arranjo produtivo em estudo, recorreram a financiamentos para reestruturação produtiva com o intuito de aumentarem as condições competitivas de forma a melhor se posicionarem no mercado concorrencial (ibidem, p. 82-83).*

As instâncias organizativas do empresariado têxtil regionalmente são o Sindicato da Indústria de Fiação, Tecelagem e Vestuário de Blumenau – Sintex, a Associação Comercial e Industrial de Blumenau – ACIB.<sup>54</sup> Nacionalmente, há a Associação Brasileira da Indústria Têxtil – ABIT.

<sup>54</sup> Em relação a estas duas organizações, ver a dissertação de mestrado de Fabrício Tomio, 1995 e de Bárbara Giese, 1991.

## CAPÍTULO 4 – MERCADO DE TRABALHO E PERFIL DO TRABALHADOR

### 4.1. Perfil do trabalhador

#### 4.1.1. Gênero

Em relação aos traços que marcam o perfil da força de trabalho, é interessante observar o predomínio de mulheres no setor. Em 1990, a população formalmente contratada na indústria têxtil catarinense compunha-se de 62,72% de mulheres e 37,28% de homens. Em 2001, os percentuais praticamente não apresentam alteração. A maior participação feminina é coerente com a divisão sexual do trabalho nas indústrias têxteis, onde as mulheres ocupam predominantemente postos nos setores de costura, fiação e embalagem – os quais, principalmente a costura e embalagem, empregam mais força de trabalho, por serem setores com menos possibilidades de implantação tecnológica redutora de força de trabalho – e os homens têm participação maior nos setores de tecelagem e transporte de produtos e insumos.

**TABELA 16**  
**Trabalhadores na Ind. Têxtil por sexo (%)**  
**Santa Catarina – 1990 / 2001**

Sexo	Anos							
	1990	1992	1993	1995	1996	1998	2000	2001*
Masculino	37,28	39,33	37,99	39,99	39,33	37,65	37,7	37,8
Feminino	62,72	60,67	62,01	60,01	60,67	62,35	62,3	62,3
Total	100	100	100	100	100	100	100	100

\*Dados preliminares

Fonte: RAIS / MTe

Elaboração própria

A maior inserção feminina na indústria têxtil catarinense não implica em ocupação proporcional de cargos de chefia. As mulheres, tradicionalmente, estão alocadas em postos de trabalho hierarquicamente inferiores na estrutura ocupacional das empresas. É Osmar Zimmermann quem confirma:

*Você tem a mulher que é encarregada de confecção, mas o gerente de confecção vai ser um homem. Ela tem um cargo de chefia, mas é um cargo subalterno, o chefe maior dificilmente vai ser uma mulher. Então, na indústria têxtil você dificilmente vai encontrar uma mulher gerente, a mulher ocupa no*

*máximo os cargos de chefia baixos, é a encarregada, chega no máximo a supervisora.*<sup>55</sup>

Ao mesmo tempo, as mulheres são maioria também no trabalho precarizado, que deriva das formas “flexíveis” de contratação. Note-se que o setor mais terceirizado na linha de produção é a confecção, que utiliza o trabalho feminino de modo amplamente dominante. Como já assinalado, as grandes empresas contratam as chamadas facções, que realizam os serviços de costura.

#### **4.1.2. Remuneração**

De forma geral, os níveis de remuneração das mulheres são bem inferiores aos dos homens, apesar de elas serem detentoras de graus de escolaridade muitas vezes mais elevados. Por vários motivos, muitas mulheres que estão ingressando no mercado de trabalho aceitam trabalhar por salários bem mais baixos do que os pagos aos empregados homens.

Entre 1990 e 2001, houve um crescimento da participação de trabalhadores com menor remuneração entre o total de trabalhadores têxteis. Em 1990, os trabalhadores concentravam-se mais fortemente na faixa de remuneração até 4,00 salários mínimos – aproximadamente 62% do total da força de trabalho têxtil de Santa Catarina. Em 2001, este percentual sobe para assustadores 85%.

Em relação aos valores de remuneração média, portanto, nota-se um movimento de queda: em 1990, o trabalhador recebia 4,19 salários mínimos e, em 2001, seu salário médio fica em 2,91 salários mínimos.

A situação é ainda mais grave já que nosso parâmetro, o salário mínimo brasileiro, sofreu forte desvalorização no período estudado: entre janeiro de 1990 e janeiro de 2002<sup>56</sup> o salário mínimo brasileiro perdeu, em termos reais, 22% do seu poder de compra. Em janeiro de 1990, o salário mínimo nacional valia 34,45% do primeiro SM pago no Brasil, em julho de 1940. Em janeiro de 2002 esse número cai para 26,86%.<sup>57</sup>

<sup>55</sup> Entrevista concedida a autora em 11/03/99.

<sup>56</sup> Utilizamos os dados do salário mínimo de janeiro porque os dados da RAIS referem-se ao número de trabalhadores em 31 de dezembro.

<sup>57</sup> Dados do DIEESE.



**TABELA 17**  
**Trabalhadores na Ind. Têxtil por faixa de remuneração média (%)**  
**Santa Catarina – 1990 / 2001**

Faixa Salarial (Sal. Mínimos)	Anos							
	1990	1992	1993	1995	1996	1998	2000	2001*
0 - 0,50	0,03	0,02	0,03	0,03	0,03	0,06	0,06	0,05
0,51 – 1	1,08	2,04	2,36	0,89	0,81	1,15	1,25	1,38
1,01 – 2	15,02	16,05	19,16	10,32	11,56	23,00	33,39	40,20
2,01 – 3	21,55	21,03	21,59	22,81	25,11	28,95	32,31	30,5
3,01 – 4	24,19	24,87	26,16	22,42	23,95	20,26	14,7	12,69
4,01 – 5	16,09	15,28	13,02	15,52	15,26	10,42	7,44	6,34
5,01 – 7	11,16	11,10	9,43	15,48	12,92	8,97	5,73	4,64
7,01 – 10	5,56	5,32	4,24	6,47	5,57	3,83	2,66	2,21
10,01 – 15	2,60	1,99	1,73	3,07	2,34	1,69	1,22	1,04
15,01 – 20	0,79	0,62	0,58	1,03	0,88	0,58	0,39	0,34
mais de 20	1,04	0,79	0,67	1,24	1,09	0,73	0,46	0,45
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>
<b>Rem. Média</b>	<b>4,19</b>	<b>4,00</b>	<b>3,75</b>	<b>4,58</b>	<b>4,31</b>	<b>3,64</b>	<b>3,08</b>	<b>2,91</b>

\* Dados preliminares

Fonte: Rais / MTe

Elaboração própria

A disparidade salarial entre homens e mulheres fica explicitada com a maior diferença encontrada na série histórica analisada: no ano de 1990, o salário das mulheres com superior completo equivalia a somente 46% do salário de um homem com a mesma escolaridade. Calculando-se a média, nesse ano as mulheres recebiam 54% do salário de um homem, ou seja, o salário feminino era pouco mais da metade de um salário masculino (Tabela 18).

**TABELA 18**  
**Trabalhadores na Ind. Têxtil por sexo, grau de escolaridade e remuneração**  
**média em salários mínimos – Santa Catarina / 1990**

Gênero	Masculino		Feminino		Total		
	Escolaridade	Particip. %	Rem. Média	Particip. %	Rem. Média	Particip. %	Rem. Média
Analfabeto		0,89	4,15	1,09	2,78	0,99	3,30
4º Série incomp.		4,76	4,46	5,81	2,91	5,26	3,49
4º Série comp.		31,39	5,18	39,34	3,22	35,17	3,91
8º Série incomp.		16,02	4,47	22,39	2,86	19,05	3,40
8º Série comp.		14,99	5,21	17,19	3,02	16,04	3,80
2º Grau incomp.		6,85	5,72	5,19	3,34	6,06	4,44
2º Grau comp.		11,43	9,63	6,09	4,60	8,89	7,10
Superior incomp.		4,85	12,97	1,44	6,74	3,23	10,85
Superior comp.		8,74	22,54	1,22	10,48	5,16	19,95
Ignorado		0,08	2,09	0,24	1,52	0,16	1,63
<b>Total</b>		<b>100,00</b>	<b>5,89</b>	<b>100,00</b>	<b>3,17</b>	<b>100,00</b>	<b>4,19</b>

Fonte: Rais / MTe

Elaboração própria

Em 2001, as diferenças salariais entre homens e mulheres se mantêm. A maior diferença, novamente, encontra-se na faixa de trabalhadores com superior completo. As mulheres com o terceiro grau recebem cerca de 43% da remuneração masculina, porcentagem ainda menor que em 1990. Na média desse ano, as mulheres percebem 57% do salário pagos aos homens. Portanto, praticamente não houve alteração, ao longo da década, na discriminação salarial por gênero (Tabela 19).

**TABELA 19**  
**Trabalhadores na Ind. Têxtil por sexo, grau de escolaridade e remuneração**  
**média em salários mínimos – Santa Catarina / 2001\***

Gênero	Masculino		Feminino		Total		
	Escolaridade	Particip. %	Rem. Média	Particip. %	Rem. Média	Particip. %	Rem. Média
Analfabeto		0,27	2,87	0,32	1,83	0,29	2,2
4º Série incomp.		1,52	3,28	2,31	2,12	1,9	2,48
4º Série comp.		13,41	3,66	17,24	2,25	15,26	2,73
8º Série incomp.		15,56	3,18	19,11	2,06	17,28	2,47
8º Série comp.		22,39	3,19	28,55	2,09	25,37	2,48
2º Grau incomp.		10,31	2,99	11,6	2,11	10,93	2,46
2º Grau comp.		18,68	4,55	14,75	2,58	16,78	3,43
Superior incomp.		5,23	7,15	2,62	4,04	3,96	5,74
Superior comp.		12,64	17,81	3,49	7,63	8,21	13,98
<b>Total</b>		<b>100</b>	<b>3,98</b>	<b>100</b>	<b>2,26</b>	<b>100</b>	<b>2,91</b>

\* Dados preliminares

Fonte: Rais / MTe

Elaboração própria

O problema de diferenciais de remuneração entre homens e mulheres é grave e atinge os diversos setores produtivos da economia brasileira. O fato das mulheres estarem ingressando no mercado de trabalho mais recentemente e, de algumas vezes, não serem chefe de família, tendo uma posição somente de complementar o orçamento doméstico, faz com que elas aceitem trabalhar por salários mais baixos.

Além disso, algumas funções tipicamente femininas são tradicionalmente menor remuneradas. A função de enfermeira, por exemplo, tem remuneração bem menor que a do médico, e ambas requerem curso superior. A ausência de mulheres em cargos de chefia também acarreta uma redução do salário feminino em relação ao masculino. Outro problema enfrentado atualmente é que as mulheres vêm aceitando ocupar funções que requerem escolaridade inferior a que de fato têm, devido às dificuldades encontradas no mercado de trabalho.

No caso dos trabalhadores têxteis de Santa Catarina podemos afirmar que as diferenças salariais entre homens e mulheres estão ligadas a uma divisão sexual do trabalho. Homens e mulheres não ocupam as mesmas funções. Além das mulheres não ocuparem cargos de chefia mais altos, suas funções típicas são menor remuneradas. Segundo Osmar Zimermann, presidente do STI Fiação e Tecelagem de Blumenau,<sup>58</sup>

*Fiação e confecção, normalmente estão destinados à mulher. Tecelagem, acabamento, estão destinados ao homem. A fiação era uma função exclusiva do homem, hoje na fiação o homem só desenvolve as funções mais pesadas de transporte de produto, de fardo de algodão, e a mulher é quem faz a operação da máquina. Como eles perceberam que a mulher tinha mais agilidade que o homem, porque ela tem muito mais sensibilidade para fazer o trabalho de operação da máquina, de emendar um fio, eles perceberam que poderiam ter maior produtividade e, ainda por cima, pagando um salário menor. Hoje na fiação paga-se um salário bem menor que o de um tecelão e, no passado, fiandeiro e tecelão recebiam um salário igual. Agora, você não vai encontrar na indústria têxtil quem faça os mesmos trabalhos, exceção feita ao pessoal de escritório que pode ser masculino ou feminino. Mas na linha de produção é definido o que é função masculina e o que é feminina. Você tem a mulher que é encarregada de confecção, mas o gerente de confecção vai ser um homem. Ela tem um cargo de chefia, mas é um cargo subalterno, o chefe maior dificilmente vai ser uma mulher (...) a mulher ocupa no máximo os cargos de chefia baixos, é o de "encarregado", chega no máximo a supervisor.*

A gerente de Recursos Humanos da Empresa A assinala as dificuldades femininas de ascensão profissional:

<sup>58</sup> Entrevista com Osmar Zimermann realizada em 11/03/99.

*(..) somos uma empresa eminentemente feminina, nós temos aí 95% de cargos de mulheres. Isso na área de confecção. Mas nós temos a área de beneficiamento, deve dar uns 70% de mulheres. E chefia masculina. Hoje nós temos uma mulher chefiando uma das confecções. Todos os nossos superintendentes são homens. Gerência, nós temos mulheres em engenharia, uma na área de RH. Então, você percebe que quem lidera essa empresa são os homens. E a mulher está conseguindo aos poucos se encaixar. Mas, você vê, você tem 10 supervisoras numa unidade X, eles trazem um homem para gerenciar, todas as supervisoras podiam ter sido desenvolvidas para uma gerência. É uma coisa complicada. Eu sinto que existe ainda uma supremacia masculina aqui dentro, em termos de liderança.<sup>59</sup>*

#### **4.1.3. Escolaridade**

A grande maioria dos trabalhadores do setor está situada na faixa de escolaridade que vai até a oitava série completa: cerca de 69% em 2001. A análise da década permite verificar uma seletividade de força de trabalho que favoreceu o trabalhador mais escolarizado, já que em 1990 mais de 86% dos assalariados têxteis possuíam apenas o 1º Grau (Tabela 20).

De fato, os trabalhadores com níveis de escolaridade até a oitava série incompleta reduziram significativamente sua participação relativa no setor. O total desse segmento era de 68,66% do total dos trabalhadores em 1990. Onze anos depois, esse percentual cai para 39%. Os trabalhadores com segundo grau (completo+incompleto) tiveram uma expressiva elevação (em 1990 eram 10,95% e, em 2001, ficam em 27%), assim como aqueles que têm a 8ª série completa que respondiam por 17,65% da força de trabalho em 1990 e, em 2001, sobem para quase 30%. Os demais segmentos (superior incompleto e completo), também seguiram um movimento ascendente, ainda que de modo menos pronunciado.

---

<sup>59</sup> Entrevista com gerente de RH de grande empresa de vestuário de Blumenau, realizada em 17/04/2000.

**TABELA 20**  
**Trabalhadores na Ind. Têxtil por grau de escolaridade (%)**  
**Santa Catarina – 1990 / 2001**

Grau de Escolaridade	Anos							
	1990	1992	1993	1995	1996	1998	2000	2001*
Analfabeto	1,25	1,08	0,73	0,60	0,81	0,61	0,43	0,39
4º Série incomp.	6,31	5,12	4,67	4,91	6,57	3,11	2,44	2,23
4º Série comp.	37,62	35,29	33,74	29,46	28,73	22,62	18,1	16,3
8º Série incomp.	23,48	23,08	23,94	23,08	22,19	21,39	21,1	20,4
8º Série comp.	17,65	20,98	21,34	23,40	23,16	28,38	30,3	29,8
2º Grau incomp.	5,71	6,21	7,11	8,00	7,72	10,43	11,9	12,9
2º Grau comp.	5,24	5,14	5,67	7,10	7,43	10,23	12,5	14,2
Superior incomp.	1,25	1,24	1,20	1,45	1,27	1,51	1,5	2,01
Superior comp.	1,08	1,24	1,10	1,73	1,70	1,69	1,66	1,71
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

\* Dados preliminares

Fonte: Rais / MTe

Elaboração própria

#### **4.1.4. Faixa Etária**

Os trabalhadores têxteis catarinenses têm, atualmente, uma idade média mais alta. A participação de crianças e adolescentes no mercado formal cai abruptamente de 12,24% em 1990, para 4,3% em 2001. Todavia, o aparente significado positivo desses dados pode encobrir uma situação de maior precariedade na condição de trabalho desse segmento: crianças e adolescentes podem somente ter saído do mercado formal de trabalho para ingressar no setor informal, tendo suas condições de trabalho ainda mais precarizadas (Tabela 21).

O segmento da força de trabalho que tem entre 18 e 24 anos também perde um pouco de participação. Em 1990, os trabalhadores que estavam nessa faixa etária eram 31,25% do total de assalariados têxteis e em 2001 esse percentual cai para 30%. São justamente os segmentos de trabalhadores com idades entre 30 e 49 anos que conquistam espaço e aumentam sua participação relativa no mercado de trabalho têxtil. Tais segmentos contam, em 2001, com 45% do total da força de trabalho, ou seja, quase metade da força de trabalho total da indústria têxtil de Santa Catarina pertence a tal faixa etária. Em 1990 esses mesmos segmentos tinham participação de 34,58%.

**TABELA 21**  
**Trabalhadores na Ind. Têxtil por faixa etária (%)**  
**Santa Catarina – 1990 / 2001**

Faixa Etária	Anos							
	1990	1992	1993	1995	1996	1998	2000	2001*
10 a 14	1,16	0,53	0,53	0,29	0,25	0,17	0,01	0,01
15 a 17	11,08	8,16	7,67	7,86	6,70	5,91	4,93	4,43
18 a 24	31,25	30,37	29,56	27,42	27,27	27,76	29	30
25 a 29	18,59	19,74	19,45	18,63	18,89	18,86	17,6	16,8
30 a 39	24,41	26,48	27,82	29,22	30,23	31,01	30,5	29,8
40 a 49	10,17	11,31	11,92	13,44	13,70	13,41	14,6	15,4
50 a 64	2,88	3,00	2,74	2,99	2,84	2,78	3,22	3,49
65 ou mais	0,11	0,11	0,09	0,12	0,09	0,09	0,08	0,08
Total	100	100	100	100	100	100	100	100

\* Dados preliminares

Fonte: Rais / MTe

Elaboração própria

#### **4.1.5. Tempo de emprego**

O tempo médio do vínculo empregatício dos têxteis catarinenses não condiz com a realidade brasileira, caracterizada por empregos de curta duração: quase 10% dos trabalhadores têxteis têm dez anos ou mais de vínculo empregatício. Tal percentual mantém-se praticamente estável ao longo da década, caindo somente cerca de dois pontos percentuais entre 1990 e 2001. Percebemos, ainda, um tênue incremento na faixa de trabalhadores que têm de 5 a 9,9 anos. Eles passam de 11,66% em 1990, para 12,76% em 2001. Desse modo, cerca de 33% dos trabalhadores têxteis estão empregados há três anos ou mais em 2001. Tal porcentagem apresenta queda ao longo da década estudada, já que em 1990 esse número era de quase 40%. Tais dados coincidem com a atual situação do mercado de trabalho de instabilidade e insegurança descrita pelos próprios trabalhadores anteriormente.

**TABELA 22**  
**Trabalhadores na Ind. Têxtil por tempo de serviço (%)**  
**Santa Catarina – 1990 / 2001**

Tempo de serviço	Anos							
	1990	1992	1993	1995	1996	1998	2000	2001*
0 - 2,9 meses	5,65	7,76	7,09	5,16	5,96	6,38	8,82	7,95
3 - 5,9 meses	10,5	8,5	7,39	5,88	8,34	9,13	10,19	9,7
6 - 11,9 meses	11,89	12,66	14,93	19,64	13,64	14,38	18,88	17,62
1,0 - 1,9 ano	20,47	16,72	15,62	18,31	18,90	17,41	17,96	20,71
2,0 - 2,9 anos	11,9	10,67	10,32	10,25	12,62	11,33	9,6	11,09
3,0 - 4,9 anos	16,39	17,37	15,13	10,99	12,06	15,66	11,74	10,87
5,0 - 9,9 anos	11,66	15,96	17,97	17,75	16,04	14,16	13,16	12,76
10 ou + anos	11,48	10,27	11,5	12,01	12,42	11,53	9,66	9,28
Total	100	100	100	100	100	100	100	100

\* Dados preliminares

Fonte: Rais / MTe

Elaboração própria

#### 4.2. Comportamento do emprego

Os postos de trabalho nas grandes indústrias têxteis foram fechados sistematicamente ao longo da década de 1990. Como já assinalado, isto é reflexo direto da política econômica do governo e da abertura brasileira aos produtos importados que entraram no país com alto grau de competitividade. Toda esta conjuntura desfavorável às empresas têxteis nacionais resulta em um intenso movimento de reestruturação produtiva, altamente destrutiva em relação ao trabalhador, que arca com o ônus de todas as oscilações das demandas dos produtos.

Portanto, a grande maioria das empresas têxteis do país passa a adotar inovações organizacionais como a flexibilização da jornada de trabalho, *just in time*, círculos de controle de qualidade, células de produção, entre diversas outras mudanças, que afetam diretamente as condições de emprego e trabalho. A terceirização, assim como o trabalho a domicílio, também é realidade concreta no mercado de trabalho dos têxteis catarinenses.

Em relação ao número de trabalhadores, verifica-se que o emprego no setor teve queda de aproximadamente 8% entre 1990 e 1998. Todavia, tal quadro foi totalmente revertido pela desvalorização cambial de janeiro de 1999, desde quando foram gerados cerca de 26 mil postos de trabalho na indústria têxtil de Santa Catarina. Assim, percebe-se que não houve queda dos postos de trabalho. Entre 1990 e 2001 o número de trabalhadores cresceu cerca de 20% (Tabela 23). Todavia, a situação se agrava quando se nota que a população economicamente ativa (PEA) de Santa Catarina, que era de

2.160.372 em 1990, subiu para 2.936.660 em 2001.<sup>60</sup> Ou seja, houve um crescimento de 36% na PEA catarinense, enquanto os postos de trabalho apresentaram crescimento de somente 20%.

**TABELA 23**  
**Número de trabalhadores por sexo na indústria têxtil**  
**Santa Catarina – 1990 / 2001**

Sexo	Anos							
	1990	1992	1993	1995	1996	1998	2000	2001*
Masculino	33.803	30.280	35.022	36.830	34.410	31.441	38.950	41.271
Feminino	56.871	46.709	57.156	55.271	53.080	52.061	64.356	68.068
<b>Total</b>	<b>90.674</b>	<b>76.989</b>	<b>92.178</b>	<b>92.101</b>	<b>87.490</b>	<b>83.502</b>	<b>103.306</b>	<b>109.339</b>

\* Dados preliminares

Fonte: Rais / MTe

Elaboração própria

Interessa observar que os trabalhadores estão vinculados a empresas menores, mais enxutas em termos de força de trabalho. Todas as faixas de empresas com até 99 empregados aumentam sua participação no mercado de trabalho. Se, em 1990, elas empregavam 25% da força de trabalho do mercado formal, em 2001 este número avança para 46%. Por outro lado, as empresas com 1.000 ou mais trabalhadores reduzem sua participação em 22,19 pontos percentuais: empregavam em 1990 37,68% do total de trabalhadores e, em 2001, empregam somente 15,49% destes (Tabela 24).

<sup>60</sup> Dados obtidos na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE.



**TABELA 24**  
**Trabalhadores na indústria têxtil por tam. de estabelecimento empregador (%)**  
**Santa Catarina – 1990 / 2001**

Tamanho (nº empregados)	Anos							
	1990	1992	1993	1995	1996	1998	2000	2001*
até 4 emp.	3,04	3,4	3,35	3,86	3,77	4,83	4,52	4,74
de 5 a 9	2,64	3,21	3,08	3,76	3,99	5,71	5,93	6,04
de 10 a 19	4	4,96	4,31	5,58	6,14	7,63	8,97	9,49
de 20 a 49	6,99	8,89	8,65	9,94	10,6	14,79	16,14	16,37
de 50 a 99	8,6	8,55	7,2	8,44	9,18	10,96	10,32	9,55
de 100 a 249	13,98	17,14	15,91	14,7	14,15	12,98	14,51	13,69
de 250 a 499	12,22	11	10,53	11,54	12,84	10,93	12,58	10,23
de 500 a 999	10,84	15,51	14,43	16,09	17,36	15,71	10,20	14,39
1000 ou mais	37,68	27,33	32,55	26,11	21,96	16,47	16,84	15,49
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

\* Dados preliminares

Fonte: Rais / MTe

Elaboração própria

Há, aqui, duas tendências que podemos apontar para a ocorrência dessa situação. A primeira delas é o enxugamento de força de trabalho ocorrido ao longo da década de 1990 nas empresas, através das reestruturações de seus sistemas produtivos. A segunda tendência está intimamente interligada com a primeira: é a terceirização crescente das atividades das empresas maiores. A ligação entre os dois aspectos citados é clara: as grandes empresas demitem grandes contingentes de trabalhadores e estes, muitas vezes, abrem pequenos negócios que prestam serviços para as grandes empresas. Existem casos extremos de empresas que têm muitos setores terceirizados e, outras, que só terceirizam os setores de apoio: segurança, limpeza, alimentação.

De acordo com dados do Caged, de janeiro de 2001 a setembro de 2002, foram gerados quase dez mil postos de trabalho formal na indústria têxtil catarinense, a configuração destes trabalhadores pode ser vista na tabela abaixo. Os empregos tiveram variação positiva para uma determinada parcela da população e aumentaram os postos de trabalho com certo tipo de configuração. Mais especificamente temos que:

1. Foram os trabalhadores com maior escolaridade que conseguiram emprego no período. A tabela mostra que o crescimento de empregos ocorreu, principalmente, entre os trabalhadores com segundo grau completo (35%). Contudo, a movimentação dos trabalhadores com escolaridade a partir da oitava série incompleta apresentou variação positiva.

2. A movimentação da quantidade de trabalhadores em relação ao seu salário é clara: os postos de trabalho abertos no período foram os de menor média salarial. As faixas salariais até dois salários mínimos aumentam incrivelmente sua participação e, são as demais faixas que perdem postos de trabalho.
3. A tendência atual do mercado de trabalho de se evitar contratação de trabalhadores mais velhos também se apresenta aqui: os postos de trabalho abertos estão voltados aos trabalhadores entre 15 e 24 anos de idade, com forte variação positiva. Os empregos voltados aos trabalhadores com mais de 40 anos apresentaram variação negativa.
4. Estes postos de trabalho estão preponderantemente voltados às mulheres, que apresentam variação de quase 61%, valor bem maior que a variação dos empregos masculinos: 39%.

**TABELA 25**  
**Configuração da movimentação do número de trabalhadores têxteis**  
**Santa Catarina – janeiro de 2001 a setembro de 2002**

Escolaridade		Faixa de Remuneração (salários mínimos)	
Analfabeto	-0,65	Ate 0,5 SM	1,13
4ª série incompleta	-1,15	De 0,51 a 1,0 SM	36,46
4ª série completa	-3,74	De 1,01 a 1,5 SM's	86,86
8ª série incompleta	9,96	De 1,51 a 2,0 SM's	66,85
8ª série completa	30,25	De 2,01 a 3,0 SM's	-59,13
2º grau incompleto	28,43	De 3,01 a 4,0 SM's	-16,37
2º grau completo	35,46	De 4,01 a 5,0 SM's	-4,43
Superior incompleto	1,4	De 5,01 a 7,0 SM's	-4,5
Superior completo	0,01	De 7,01 a 10,0 SM's	-2,31
		De 10,01 a 15,0 SM's	-1,78
		De 15,01 a 20,0 SM's	-0,45
		Mais de 20 SM's	-1,83
Faixa Etária		Sexo	
10 a 14 anos	0,34	Masculino	39,19
15 a 17 anos	56,73	Feminino	60,81
18 a 24 anos	46,74		
25 a 29 anos	0,48		
30 a 39 anos	4,6		
40 a 49 anos	-3		
50 a 64 anos	-5,7		
65 anos ou mais	-0,27		

Fonte: Caged / MTe  
Elaboração própria

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O setor têxtil nacional, em que pese a grande heterogeneidade das empresas que o constituem, vem passando por intensa transformação na última década. Inovações organizacionais como a organização do trabalho em células de produção, a implantação de círculos de controle de qualidade e a terceirização de atividades diretamente ligadas à produção estão sendo largamente utilizadas.

Adicionalmente, as novas tecnologias de maquinário imprimem um novo ritmo ao trabalho, fazendo com que o trabalhador opere mais máquinas, ao mesmo tempo, e mais rapidamente. Todas essas inovações adotadas nas empresas têm um único objetivo: aumentar a produtividade do trabalho buscando um incremento da competitividade de seus produtos no mercado interno e externo.

Marx (1996) inicia seu capítulo sobre maquinaria e indústria moderna, de sua obra *O Capital*, com uma breve citação de John Stuart Mill que diz que é duvidoso que as invenções mecânicas tenham aliviado o trabalho de alguém. Em seguida, ironicamente, Marx completa: de alguém “que não viva do trabalho alheio. As máquinas aumentaram certamente o número dos abastados ociosos” (op. cit., p. 423). Portanto, ele deixa claro que qualquer inovação produtiva no trabalho tem como único objetivo “... baratear as mercadorias, encurtar parte do dia de trabalho da qual precisa do trabalhador para si mesmo, para ampliar a outra parte que ele dá gratuitamente ao capitalista. A maquinaria é meio para produzir mais valia” (ibidem, p. 424).

Por outro lado, com as grandes indústrias têxteis automatizadas, como Hering, Marisol, Teka, Karsten e Artex, coexistem centenas de pequenas empresas que não têm acesso às inovações tecnológicas de forma semelhante, nem implantam mudanças organizacionais com o mesmo ímpeto.

Todavia, seria incorreto minimizar o impacto da reestruturação produtiva no conjunto do setor. O aumento verificado, recentemente, na quantidade de micros e pequenas empresas, por exemplo, é resultado direto desse processo, já que é a principal consequência do forte enxugamento de força de trabalho e da terceirização adotados por praticamente todas as grandes empresas do setor.<sup>61</sup> A intensificação do trabalho e a

---

<sup>61</sup> Colli (2000) discute a crescente degradação das relações de trabalho no setor têxtil de Americana, São Paulo, a partir do processo de disseminação da terceirização da produção.

crescente instabilidade e precariedade do emprego são consequências dessas mudanças.<sup>62</sup>

Importa assinalar que a indústria têxtil de Santa Catarina tem um papel de relevo no cenário nacional, sediando as maiores empresas do setor. O setor continua sendo forte empregador, apesar de se observar um declínio dos postos de trabalho desde o início da década que, todavia, foi barrado a partir de 1999 devido à nova conjuntura econômica. Verifica-se também uma deterioração dos indicadores financeiros das empresas, sendo que algumas delas encontram-se numa situação bastante precária, com gigantescos índices de endividamento.

Contudo, apesar da crise do setor têxtil, se em alguns setores pode-se falar em desindustrialização na década de 1990, isto não é verdade para as indústrias têxteis. A região sudeste, como Ana Paula Gorini (2000) evidencia, diminuiu sua participação na produção têxtil entre 1995 e 1999, principalmente na produção de fios e tecidos. Por outro lado, a região nordeste aumentou sua participação no mesmo período, tanto na fiação, quanto na tecelagem. Assim, no contexto nacional talvez se possa falar em uma realocação do setor têxtil, mais do que em desindustrialização.

Já em Santa Catarina não se apresenta nem o processo de realocação industrial. O estado é tradicional produtor de vestuário de malha e de produtos de cama, mesa e banho. Na produção de malhas, as empresas do sul do Brasil respondem por cerca de 58% da produção nacional, e este percentual não apresentou alteração segundo o estudo de Gorini (op. cit.). As grandes indústrias catarinenses, apesar de possuírem unidades em outros estados, ou seja, buscarem expansão em outras regiões do Brasil, mantêm suas sedes e unidades no estado. A implantação de novas unidades fora de Santa Catarina, como foi o caso da Marisol recentemente, está ligada aos benefícios que os governos dos estados e municípios oferecem e à força de trabalho mais barata.

Em recente estudo da Confederação Nacional das Indústrias – CNI (CNI, 2001, p. 27), realizado com base em extensa pesquisa de campo em empresas de todo o Brasil, os dois principais motivos da instalação de unidades produtivas em estados distintos são, justamente, os benefícios municipais e o custo da força de trabalho.

A relação do desempenho do setor com as políticas macroeconômicas adotadas pelo governo ficou clara no estudo sobre as indústrias catarinenses. Não é à toa que a

---

<sup>62</sup> Perguntado sobre a segurança no emprego de quem está na empresa atualmente, um dos trabalhadores entrevistados é claro: "Hoje quem tem emprego, amanhã não tem. Fica aquele pé em falso, porque antigamente você tinha emprego. Há dez anos atrás, você era um funcionário e, se a empresa estava produzindo bastante, a tendência dela não era reduzir nada, deixar funcionar, trabalhar à vontade. Agora, hoje não. Qualquer crise, já dá aquela balançada. Hoje é redução de quadros. O que ela pensa hoje em dia: 'o mercado está baixo, como tem bastante mão-de-obra fora, eu vou mandar esse funcionário embora, daqui há dois ou três meses, estou contratando um novo'". Entrevista realizada em 18/04/2000 pela autora.

CNI elabora, a cada início de mandato presidencial, um documento que desenvolve suas demandas corporativas de políticas macroeconômicas e legislativas. Neste ano, a CNI adiantou-se na sua publicação: antes mesmo das eleições dois documentos já estavam prontos. O primeiro, sobre as questões macroeconômicas (2002a), disserta sobre política industrial, competitividade, desenvolvimento e inclusão social. A CNI afirma que o foco da política industrial deve ser a inserção competitiva das empresas nacionais no mercado mundial e que os desafios para isto ocorrer passam pelos temas da reforma tributária e trabalhista, do financiamento das empresas, da legislação sobre meio-ambiente e infraestrutura.

O segundo texto (2002b) faz um extenso mapeamento das 125 principais proposições legislativas de interesse do setor industrial, descrevendo brevemente cada uma delas, expondo o posicionamento da CNI e em que instâncias estão sendo discutidas. Os destaques ficam para as reformas tributária e trabalhista, atualmente pontos centrais nas preocupações do capital nacional.

Portanto, apesar da desvalorização cambial haver afetado positivamente a indústria brasileira, incluindo o setor têxtil, há diversas outras demandas de políticas macroeconômicas para o setor. A reforma da CLT, a flexibilização das relações de trabalho, do contrato, questões sobre a política salarial, a gestão sindical, o sistema de negociação e a Justiça do Trabalho são temas centrais para o empresariado que busca, cada vez mais, diminuir custos trabalhistas. Esta flexibilização das relações de trabalho tem como conseqüências diretas a degradação e a precarização ainda maior de um mercado de trabalho já tão fragilizado como o brasileiro.

Em relação ao movimento sindical face às mudanças produtivas em curso, os sindicatos de trabalhadores têxteis de Santa Catarina, que foram estudados, comprovam a crise do movimento sindical nacional. Assim como o movimento sindical nacional vem adotando uma postura conciliatória e buscando ser "propositivo" (ANTUNES, 1997; BOITO, 1999 e SANTANA, 2000), os têxteis de Santa Catarina praticamente abandonaram instrumentos históricos de luta, como a greve, buscando maior espaço de negociação com o empresariado.<sup>63</sup>

O fato é que há total falta de participação do movimento sindical têxtil catarinense nos processos de reestruturação das empresas. Na análise das convenções coletivas, praticamente não há cláusulas que regulem os movimentos reestruturantes empresariais. A tradição da colonização germânica pode ser uma das origens do enfraquecimento sindical na região, Rosane, secretária geral do STI Vestuário de Jaraguá do Sul, diz que

---

<sup>63</sup> Mais sobre a crise do movimento sindical na década de 1990, ver JINKINGS, 2002.

“aqui na região com a cultura alemã, as pessoas são muito obedientes, se entregam muito ao trabalho sem exigir muito em troca”.<sup>64</sup>

Além disso, o contexto atual de forte desemprego, precarização e informalidade do mercado de trabalho prejudica de forma determinante a atuação dos dirigentes sindicais, já que a pressão da massa de trabalhadores desempregados e na informalidade é muito forte sobre os que estão inseridos no mercado formal. Como Ricardo Antunes (1997, p. 79) lembra: “Com o aumento do fosso entre operários estáveis e precários, parciais, reduz-se fortemente o poder dos sindicatos, historicamente vinculados aos primeiros e, incapazes, até o presente, de incorporar os segmentos não estáveis”.

Há, ainda, as estratégias empresariais de buscar o trabalhador ideologicamente para dentro da empresa, para os ideais de produtividade e qualidade empresariais, principalmente, através dos treinamentos e dos programas de qualidade total. E, quando esta adesão espontânea não ocorre, ainda podem ocorrer ameaças veladas à participação do trabalhador no movimento sindical, como lembrou a dirigente de Jaraguá do Sul em relação às assembleias de trabalhadores que, apesar das crescentes reclamações, sempre aprovam majoritariamente o sistema de banco de horas.

As respostas do movimento sindical têxtil em Santa Catarina, passam pelo que convencionou-se chamar de sindicalismo assistencialista. Os três sindicatos estudados possuem sedes grandes e oferecem diversos serviços aos sócios: médicos, dentistas, farmácia, cabeleireiro. Além disso, todos têm, também, sedes de campo e promovem festas e bailes. Em Jaraguá do Sul, por exemplo, há a promoção anual do “Baile da Garota Vestuarista” e a diretoria faz sorteios de brindes nas assembleias de trabalhadores. Com efeito, há, também, uma forte preocupação com a qualificação e a saúde do trabalhador, traduzida na promoção de seminários, atividades e cursos voltados a estes temas.

É este trabalhador que está mudando ao longo da década. Algumas tendências atuais no perfil do trabalhador têxtil catarinense são constatadas. Verifica-se que estão sendo prioritariamente selecionados os trabalhadores mais escolarizados. Além disso, o diferencial da remuneração por gênero apresenta-se como um forte desafio a ser superado. As mulheres recebem menos devido à divisão sexual do trabalho no processo produtivo e à falta de inserção feminina em cargos de chefia. Assim, os postos de trabalho femininos são, tradicionalmente, menor remunerados na indústria têxtil (a costureira, por exemplo, ganha bem menos que o tecelão). Adicionalmente a este fato, existem maiores dificuldades para a ascensão profissional das mulheres nas empresas, conforme foi verificado pelos depoimentos expostos.

---

<sup>64</sup> Entrevista realizada em 18/07/2001.

Por outro lado, a queda nos postos de trabalho da indústria têxtil catarinense foi, a princípio, minimizada com a desvalorização do Real e a mudança de conjuntura econômica. Verificaram-se, a partir do início de 1999, novas contratações em praticamente todas as grandes indústrias têxteis catarinenses. Só neste ano foram gerados quase oito mil postos de trabalho formais na indústria têxtil de Santa Catarina, de acordo com dados da RAIS. O acumulado de 1999 a 2001 dá um total de quase 26 mil postos de trabalho criados nestes anos, segundo dados da Tabela 23. Segundo dados do Caged, de janeiro a setembro de 2002, foram gerados mais de dois mil postos de trabalho. Tal fato é revelador de que o desemprego causado pelas políticas macroeconômicas do país é mais relevante que o desemprego oriundo de inovações tecnológicas ou organizacionais.

O crescimento da produção industrial, verificado a partir de 1999, foi fato fundamental na abertura desses novos postos de trabalho. Todavia, verifica-se que a queda nos postos de trabalho nas grandes indústrias é reflexo das estratégias empresariais na busca por maiores taxas de lucro no contexto de consolidação dos programas e reformas de cunho neoliberal, na década de 1990.

Assim, é de fundamental importância tentar desvendar dados sobre a qualidade destes postos de trabalho gerados. Com base nos dados da Rais e do Caged apresentados no item anterior, explicita-se o caráter de degradação do emprego atual do setor: os salários estão mais baixos, a escolaridade é mais alta, os trabalhadores mais jovens e, cada vez mais, as mulheres ganham participação neste mercado de trabalho exigente e precarizado. Parece estar acontecendo um distanciamento progressivo entre trabalho qualificado masculino e trabalho desqualificado feminino, sendo que, apesar das mulheres muitas vezes terem escolaridade superior aos homens, elas nem mesmo alcançam os escalões mais altos na hierarquia da empresa. É neste sentido que Tânia Mara Fonseca (2000) denomina a força de trabalho feminina como "ideal".

Além disso, é nas pequenas e médias empresas que estes trabalhadores estão preponderantemente alocados. Se utilizarmos o índice de rotatividade, que é a relação entre o número de trabalhadores e a sua movimentação, temos que, em 1997, este índice era de 0,41; em 1998, era de 0,37; em 1999, 0,39; em 2000, 0,46; em 2001, 0,48; e, finalmente, de janeiro a setembro de 2002, este número é de 0,36. O número oscila, mas não apresenta grandes variações ao longo do período analisado.

É assim que, apesar do crescimento dos postos de trabalho formais no período estudado, o fato destes postos de trabalho terem sido abertos por micro, pequenas e médias empresas faz com que as condições de trabalho e remuneração destes trabalhadores fiquem extremamente prejudicadas. No caso de micro empresas

terceirizadas pela empresa-mãe, é muito comum a prática do trabalho a domicílio, principalmente nos casos de facção de costura, com a costureira trabalhando junto com os filhos para aumentar a produção.

No pólo têxtil de Americana, a terceirização atingiu proporções gigantescas. Em relação a este tema, Juliana Colli (2000) explicita que a dominação de classe se mantém na relação entre a empresa contratante e a contratada, principalmente porque o contratado continua vendendo o produto do seu trabalho, ou seja, “a compra e a venda da força de trabalho (...) ocorre por vias indiretas, metamorfoseadas no contrato de fornecimento de mercadorias” (ibidem, p. 114). O contratado não tem controle sobre a sua produção, que é determinada pela empresa contratante. Assim, o terceirizado têxtil de Americana assume uma identidade contraditória: ao mesmo tempo em que é capitalista, é assalariado de si mesmo, o que o faz se esforçar ao máximo em seu processo de trabalho e se tornar cada vez mais individualista e cindido da identidade de classe.

Sem perder de vista a reestruturação do modelo de acumulação do capital, Colli (ibidem, p. 123) afirma que:

*O façomismo, que já era uma forma antiga de terceirização, hoje reorganizado a partir de suas bases originais, é uma forma de tentar superar essa crise (do padrão taylorista/fordista) por meio da expulsão do capital fixo de dentro das empresas (...), investindo em novas tecnologias e assim desvalorizando o antigo capital fixo mediante sua obsolescência (...). Isso significa, em última análise, que as grandes empresas, ou grupos de marketing e griffes, ou seja, o grande capital, encontraram uma forma de centralizar o capital, descentralizando a produção.*

Em extensa pesquisa de campo sobre a cadeia de subcontratação têxtil em Tubarão, Santa Catarina, Fabíola Cordovil (2001) também conclui que são as grandes indústrias que determinam a possibilidade de trabalho de uma grande quantidade de trabalhadores têxteis ligados às facções. Além disso, o estudo também documenta fotograficamente as, de modo geral, péssimas condições de trabalho e moradia destes trabalhadores que, em sua maioria, são mulheres.

É interessante notar como o problema do trabalho a domicílio, tão atual no setor têxtil brasileiro, já era comentado por Marx, em relação às indústrias têxteis contemporâneas a ele: “A indústria a domicílio se converteu na seção externa da fábrica. (...) o capital põe em movimento, por meio de fios invisíveis, um grande exército de trabalhadores a domicílio” (op. cit., p. 529). E Marx denuncia suas péssimas condições de trabalho:



*...o trabalho a domicílio luta por toda parte contra a produção mecanizada ou pelo menos contra a manufatureira; nele, a pobreza despoja o trabalhador das condições mais indispensáveis ao trabalho, o espaço, a luz, a ventilação, etc; a irregularidade do emprego aumenta e, finalmente, neste último refúgio daqueles que a indústria e a agricultura moderna tornaram supérfluos, atinge o máximo, por força das circunstâncias, a concorrência entre os trabalhadores. (ibidem, p. 530)*

Pode ser que as condições físicas de trabalho dos trabalhadores a domicílio da indústria têxtil atualmente sejam um pouco melhores que as descritas por Marx, contudo a insegurança e, como falou Ricardo Antunes, a desidentidade entre estes trabalhadores e gênero humano se intensificam cada vez mais nos dias de hoje. A citação de Marx, portanto, datada da década de 1860, poderia muito bem ser utilizada atualmente.

Druck (1999, p. 128) considera a terceirização como elemento central da adoção do modelo japonês no Brasil e enumera suas características: 1. é a prática de gestão de força de trabalho que mais tem se difundido, não só na indústria, mas nos serviços, comércio e setor público; 2. percebe-se uma mudança na intensificação da terceirização, que deixa de estar restrita aos serviços de apoio, para se difundir entre as atividades nucleares das empresas; 3. é o movimento que torna mais visível a "desintegração dos coletivos de trabalho"; 4. agrava a situação do mercado de trabalho com a segmentação, fragmentação, desorganização e a informalização dos trabalhadores; 5. suas consequências políticas são, principalmente, a fragilização dos sindicatos e da identidade de classe, fortalecendo identidades corporativas.

É assim, portanto, que fica claro que a degradação das condições de trabalho e do mercado de trabalho mostra-se como parte fundamental deste novo padrão de acumulação, já que este tem base justamente num recrudescimento da exploração do trabalho.<sup>65</sup> Desse modo, o trabalho é fundamental nas estratégias de competitividade das empresas e é neste sentido que a centralidade do trabalho é cada vez maior, mas encontra-se focada na precarização e no estranhamento de classe.

Conseqüência disso é que as relações entre capital e trabalho apresentam-se cada vez mais contraditórias, numa condição mais desfavorável aos trabalhadores, acentuada no período considerado e refletida na sua própria organização sindical. O capital, embora segmentado, como corpo único está cada vez mais centralizado e, sendo assim, mais fortalecido e organizado quando refuncionaliza os dados negativos de sua crise a seu favor, em sua busca permanente pela dominação e exploração da força de trabalho. Esta é a realidade da reestruturação produtiva: predeterminar o sentido do trabalho à valorização do capital.

---

<sup>65</sup> Ver TUMOLO, 2001.

## BIBLIOGRAFIA

Associação Brasileira da Indústria Têxtil – ABIT. *Carta Abit – Série Estatística da Cadeia Produtiva Têxtil e do Vestuário 1999*.

\_\_\_\_\_, *Clippings*, 1999, 2000. URL: <http://www.sinditextil.org.br/clipping>. Consultado em 04, 05 e 06/2000.

Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT. *Informação e documentação*. “Referências – elaboração: NBR 6023”. Rio de Janeiro, agosto de 2000. 22 p.

\_\_\_\_\_. *Informação e documentação*. “Trabalhos acadêmicos – apresentação: NBR 14724”. Rio de Janeiro, julho de 2001. 6 p.

\_\_\_\_\_. *Informação e documentação*. “Apresentação de citações em documentos: NBR 10520”. Rio de Janeiro, julho de 2001. 4 p.

\_\_\_\_\_. “Resumos: NBR 6028”. Rio de Janeiro, maio de 1990. 3 p.

\_\_\_\_\_. “Sumário: NBR 6027”. Rio de Janeiro, agosto de 1989. 2 p.

\_\_\_\_\_. “Numeração progressiva das seções de um documento: NBR 6024”. Rio de Janeiro, agosto de 1989. 3 p.

ANDERSON, Perry. “Balanço do Neoliberalismo”, in: SADER, Emir. e GENTILI, Pablo. (orgs.), *Pós-Neoliberalismo – As Políticas Sociais e o Estado Democrático*, 3ª edição, São Paulo: Paz e Terra, 1996.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 3º ed., São Paulo: Boitempo, 2000.

\_\_\_\_\_. “Trabalho, reestruturação produtiva e algumas repercussões no sindicalismo brasileiro”. In: *Neoliberalismo, trabalho e sindicatos*. São Paulo: Boitempo, 1997.

\_\_\_\_\_. *Adeus ao Trabalho?: Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.

AUBERT, N.; GAULEJAC, V.. *Le Coût de L'Excellence*. Paris: Éditions du Seuil, 1991.

BELLUZO, Luiz Gonzaga. *Imperialismo e cosmopolitismo*. São Paulo: Fundação Seade, setembro de 2000.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, *Tecelagem e Malharia*, 1998a.

\_\_\_\_\_, Relato Setorial nº 8: *O Setor de Cama, Mesa e Banho no Brasil*, 1998b.

\_\_\_\_\_, *Complexo Têxtil Brasileiro*, 1997.

\_\_\_\_\_, *Informe Setorial*, nº 9, 19/01/1996.

\_\_\_\_\_, *Principais Matérias-Primas utilizadas na Indústria Têxtil*, 1995.

\_\_\_\_\_, *Informe Setorial*, nº 8, 14/11/1995.

\_\_\_\_\_, *Relato Setorial, Fibras Artificiais e Sintéticas*, junho/1995.

\_\_\_\_\_, *Malharias*, dezembro/1994.

\_\_\_\_\_, *O segmento de fiação no Brasil*, 1985.

\_\_\_\_\_, *Investimentos Necessários para a Modernização do Setor Têxtil*, s/d.

BOITO Jr., A. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1999.

BUETTNER, URL: <http://www.buettner.com.br>. Consultado em 04/2002.

CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, Ministério do Trabalho, janeiro de 1997 a setembro de 2002.

CAMPOS, Renato; CÁRIO, Sívio; NICOLAU, José Antônio. Arranjo produtivo têxtil-vestuário do Vale do Itajaí-SC. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, novembro/2000.

CARDOSO, Adalberto M. "Reforma econômica, competitividade e relações industriais no Brasil: estudos de caso nos setores automobilístico e têxtil", in: *Revista Latino-americana de Estudo do Trabalho*, ano 5, nº 9, 1999.

CARDOSO, Fernando Henrique e FALETTO, Enzo. "Repensando dependência e desenvolvimento na América Latina". In: *Economia e movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

CARDOSO, José Álvaro e JINKINGS, Isabella. *Indústria Têxtil: desempenho econômico e negociação coletiva*. Mimeo, Dieese-SC, 1999.

CARLOS RENAUX, URL: <http://www.renaux.com.br>. Consultado em 04/2002.

CARNEIRO, Ricardo. "Globalização financeira e inserção periférica". In: *Economia e Sociedade*, nº 13, Campinas, SP: Unicamp, dezembro de 1999.

CHAPLIN, Charles. *História da minha vida*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1965.

CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

\_\_\_\_\_. *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*, São Paulo: Xamã, 1999.

CHOSSUDOVSKY, Michel. "A Globalização da Pobreza", in: *Princípios – Revista Teórica, Política e de Informação*, nº 38, São Paulo: Editora Anita, 1995.

CIET – CENTRO INTERNACIONAL PARA A EDUCAÇÃO, TRABALHO E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA, *Mapa do Trabalho e da Difusão de Tecnologia na Indústria Brasileira*, vol. 2, Rio de Janeiro, setembro / 1995.

COLLI, Juliana. *A trama da terceirização*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2000.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS INDÚSTRIAS – CNI. *A indústria e o Brasil: uma agenda para o crescimento*. Brasília, 2002a. 150 p.

\_\_\_\_\_. *Agenda legislativa da indústria*. Brasília, 2002b. 180 p.

\_\_\_\_\_. *Investimentos na indústria brasileira 1998 / 2002*. Brasília, 2001. 103 p.

CONVENÇÕES COLETIVAS acordadas entre Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Blumenau e Sindicato das Indústrias de Fiação, Tecelagem e do Vestuário de Blumenau, 1988/1989, 1990/1991, 1992/1993, 1995/1996, 1997/1998, 1998/2000 e 2001/2002.

CONVENÇÕES COLETIVAS acordadas entre Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Brusque e Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Brusque e Itajaí, 1989/1990, 1994/1995, 1997/1998, 1998/1999, 1999/2000 e 2001/2002.

CONVENÇÕES COLETIVAS acordadas entre Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Vestuário de Jaraguá do Sul e Sindicato das Indústrias do Vestuário de Jaraguá do Sul, 1995/96, 1996/97, 1998/99, 2000/2001.

CORDER, S., *Indústria Têxtil: Inovações Tecnológicas e Impactos sobre as Qualificações dos Trabalhadores*, dissertação de mestrado, Campinas, Instituto de Geociências, Unicamp, 1994.

COROVIL, Fabíola Castelo de Souza. *A situação das indústrias domésticas das redes de subcontratação têxteis no espaço urbano e microrregional de Tubarão-SC*. 2001. 193 f.. Dissertação (mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

CORIAT, B. *Pensar pelo avesso: o modelo japonês de trabalho e organização*. Rio de Janeiro: Editora Revan, Editora da UFRJ, 1994.

CREMER, URL: <http://www.cremer.com.br>. Consultado em 04/2002.

CUT – Central Única dos Trabalhadores, *Caderno Síntese: Têxtil e Vestuário*, dezembro/1999.

CVM – Comissão de Valores Mobiliários, Informações Trimestrais (ITR), Informações Anuais (IAN), Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP). Empresas selecionadas, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000 e 2001.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos, *Anuário dos Trabalhadores de Santa Catarina 2002*.

\_\_\_\_\_, Estudo Regional nº 2. *Reestruturação Produtiva Na Indústria de Santa Catarina*. Florianópolis, 1997.

\_\_\_\_\_, *Mercado de Trabalho em Santa Catarina: comportamento do setor formal no período 1991/96*. Estudo Especial, Florianópolis, 1996.

\_\_\_\_\_, *Os trabalhadores frente à terceirização*, Pesquisa Dieese nº 7, São Paulo, 1993.

DINIZ, C. C., *Impactos territoriais da abertura externa, privatizações e reestruturação produtiva no Brasil*, in: Cd-rom “XIII Congresso Brasileiro de Economistas”, Rio de Janeiro, 13 a 17 de setembro de 1999.

DÖHLER, URL: <http://www.dohler.com.br>. Consultado em 04/2002.

DRUCK, Maria da Graça. *Terceirização: (des)fordizando a fábrica*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

Entrevistas realizadas em 11/03/99 com Osmar Zimmermann (Presidente STI Fiação e Tecelagem Blumenau), Iracema Gayo Pagnoncelli (Diretora de Formação STI Fiação e Tecelagem Blumenau) e Valfredo Schmitt (trabalhador de base); em 07/12/99 com representante empresarial, em 17 e 18/04/2000 com representantes empresariais, trabalhadores e dirigentes sindicais e, em 18/07/2001, com Rosane Sasse Gieburowski (secretária geral do STI Vestuário de Jaraguá do Sul) e Gildo Alves (presidente do STI Vestuário de Jaraguá do Sul ) concedidas a autora.

FBET – FUNDAÇÃO BLUMENAUENSE DE ESTUDOS TÊXTEIS, Relatório nº 04, dezembro / 1995.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 3ª edição, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

FIESC – FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE SANTA CATARINA, *Santa Catarina em Dados*, Florianópolis, volumes 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11.

FONSECA, Tania Maria Galli. *Gênero, subjetividade e trabalho*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FRIGOTTO, G.. "Educação e Formação Humana: Ajuste Neoconservador e Alternativa Democrática". In: GENTILI, P. e SILVA, T. (orgs.), *Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação: Visões Críticas*. 4ª edição, Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

GALVÃO, O. J. A.. *Inserção internacional, novos paradigmas tecnológicos e reestruturações produtivas no Brasil: o caso da migração de indústrias intensivas em mão-de-obra para o Nordeste*. In: Cd-rom "XIII Congresso Brasileiro de Economistas", Rio de Janeiro, 13 a 17 de setembro de 1999.

GAZETA MERCANTIL, Balanço Anual 2002.

\_\_\_\_\_, Balanço Anual Santa Catarina 2002.

\_\_\_\_\_, Boletim Setorial 1999 (vários).

GIESE, Bárbara. *A atuação política do empresariado catarinense dos ramos têxtil e agroindustrial: demandas de canais de influência (1970-1985)*. 1991. 149 f.. Dissertação (mestrado em sociologia política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

GÓMEZ, José María. "Reinventando a comunidade política, globalizando a cidadania". In: *Política e democracia em tempos de globalização*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

GORINI, Ana Paula. "Panorama do setor têxtil no Brasil e no mundo: reestruturação e perspectivas". In: *BNDES Setorial*, Rio de Janeiro, nº 12, p. 17-50, setembro de 2000.

GOUNET, Thomas. *Fordismo e Toytismo na civilização do automóvel*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

GUIA DA INDÚSTRIA TÊXTIL E DO VESTUÁRIO DE SANTA CATARINA, 1996 e 1997.

GUIMARÃES NETO, L.. *Economias regionais e mercado de trabalho no Brasil dos anos 90*. In: CD-Rom "XIII Congresso Brasileiro de Economistas", Rio de Janeiro, 13 a 17 de setembro de 1999.

HABERMAS, Jürgen. "El Estado-nación europeo y las presiones de la globalización". In: *El nacionalismo en tiempos de globalización*, New Left Review, nº 1, fevereiro 2000.

HACO, URL: <http://www.haco.com.br>. Consultado em 04/2002.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

HERING, A *Hering de Blumenau: um século. 1880 / 1980*. Publicação comemorativa do centenário da empresa. Blumenau, SC: Hering, 1980.

HERING, Maria Luiza Renaux. *Colonização e Industrialização no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento*. Blumenau, SC: Editora da FURB, 1987.

HERING, URL: <http://hering.com.br>. Consultado em 04/2002.

IANNI, Octavio. *Teorias da Globalização*. 4ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

\_\_\_\_\_. *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1992.

JINKINGS, N. *Trabalho e resistência na "fonte misteriosa": os bancários no mundo da eletrônica e do dinheiro*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.

JINKINGS, Isabella e d'AVILA, Juliana. "União Européia e Mercosul em um mundo globalizado". In: *Emprego e desenvolvimento tecnológico – artigos dos pesquisadores*. São Paulo: Dieese/Cesit/CNPq, 1999.

KARSTEN, URL: <http://www.karsten.com.br>. Consultado em 04/2002.

KLAGSBRUNN, V. H.. *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1992. *Inserção internacional e emprego: uma perspectiva histórica*. In: CD-Rom "XIII Congresso Brasileiro de Economistas", Rio de Janeiro, 13 a 17 de setembro de 1999.

LACERDA, A. C.. *Economia brasileira: reestruturação produtiva e vulnerabilidade externa*. In: CD-Rom "XIII Congresso Brasileiro de Economistas", Rio de Janeiro, 13 a 17 de setembro de 1999.

LINS, Hoyêdo Nunes. *Reestruturação industrial em Santa Catarina: pequenas e médias empresas têxteis e vestuaristas catarinenses perante os desafios dos anos 90*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2000.

LOMBARDI, L. *Indústria têxtil de Blumenau: consolidação, crise e reestruturação*. 2001. 184 f.. Dissertação (mestrado em economia) – Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

MAGHELLI, F. *Desverticalização produtiva e relações interfirmas no aglomerado têxtil-vestuário do Vale do Itajaí*. 2001. 105 f.. Dissertação (mestrado em economia) – Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

MALWEE, URL: <http://malwee.ind.br>. Consultado em 04/2002.

MARISOL, URL: <http://www.marisol.com.br>. Consultado em 04/2002.

- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. livro 1, volume 1, 15º ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. 2v.
- MATTOSO, Jorge. "Produção e Emprego: Renascer das Cinzas". In: LESBAUPIN, Ivo, *O Desmonte da Nação: Balanço do Governo FHC*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- MORAES, Reginaldo. *Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai?*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001.
- NETTO, J. P.. "FHC e a Política Social: Um Desastre para as Massas Trabalhadoras". In: LESBAUPIN, I.. *O Desmonte da Nação: Balanço do Governo FHC*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- NIEBUHR, Marlus. *Memória e cotidiano do operariado têxtil na cidade de Brusque-SC: a greve de 1952*. 1997. 171 f.. Dissertação (mestrado em História do Brasil) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- PEIXOTO, João. *As migrações e a organização do espaço: novas dinâmicas territoriais e fluxos de trabalho nos contextos nacional e internacional*. mimeo, s/d.
- PETRAS, James. "Os Fundamentos do Neoliberalismo". In: RAMPINELLI, Walter. e OURIQUES, Nildo. (orgs.), *No Fio da Navalha: Crítica das Reformas Neoliberais de FHC*. São Paulo: Xamã, 1998.
- POCHMANN, M. *O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo: Boitempo, 2001.
- PONTE DE SOUSA, F.; PEREIRA, L. B.. *Desempenho e perspectivas dos setores agroindustriais da economia brasileira: implicações econômicas e sociais*, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, mimeo, 1996.
- QUIJANO, Anibal. "Coloniality of power and eurocentrism in Latin America". In: *International Sociology*, vol. 15, nº 2, junho 2000.
- RAIS – Relação Anual de Informações Sociais, Ministério do Trabalho, 1987, 1994, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000 e 2001.
- REVISTA EXAME, *Melhores e Maiores*, 1999, 2000, 2001 e 2002.
- SANDRONI, Paulo. *Novo dicionário de economia*. Rio de Janeiro: Ed. Best Seller, 1994.
- SANTANA, Marco Aurélio. "As centrais sindicais brasileiras e a reestruturação produtiva: análises e propostas". In: *Sociologias*, ano 2, vol. 4, Porto Alegre, jul/dez 2000.
- SCHERER, Clóvis. *O emprego no setor elétrico*. Mimeo, 1999.
- SINTEX – Sindicato das Indústrias de Fiação, Tecelagem e do Vestuário de Blumenau, Estatísticas de Domínio Público, 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000 e 2001. URL: <http://www.sintex.org.br>. Consultado em 10/2002.
- SOARES, Laura Tavares. *Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina*. São Paulo: Cortez Editora, 2000.
- TAUILE, José Ricardo. *Para (re)construir o Brasil contemporâneo: trabalho, tecnologia e acumulação*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

TAVARES, Maria da Conceição. *Destruição não criadora: memórias de um mandato popular contra a recessão, o desemprego e a globalização subordinada*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

\_\_\_\_\_. *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*, 3ª edição, Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1997.

TAYLOR, Frederick Winslow. *Princípios de administração científica*. 7ª edição, São Paulo: Editora Atlas, 1970.

TEIXEIRA, F., "Modernidade e Crise: Reestruturação Capitalista ou Fim do Capitalismo?". In: TEIXEIRA, F.; OLIVEIRA, M., *Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva: As Novas Determinações do Mundo do Trabalho*. São Paulo: Cortez; Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1996.

TOMIO, Fabrício. *Organização coletiva e representação de interesses do empresariado industrial têxtil de Blumenau-SC: a atuação da ACIB e do SINTEX em um espaço político-institucional democrático (1985-1994)*. 1995. 241 f.. Dissertação (mestrado em sociologia política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

TUMOLO, Paulo. "Reestruturação produtiva no Brasil: um balanço crítico introdutório da produção bibliográfica". In: *Educação e Sociedade*, ano XXII, nº 77, dezembro/2001.

WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. 4ª edição, São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1985.